



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 87

III Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 13 de janeiro de 2015

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

A sessão iniciou-se com a [verificação de poderes do Sr. Deputado Nuno Miguel Aguiar de Meneses](#).

Após a leitura do relatório da CAPAT pela Sra. Deputada Marta Couto (PS), relatora da Comissão, passou-se de seguida para a votação que registou a aprovação por unanimidade.

De seguida e por Sua Excelência a Presidente da ALRAA, foi apresentado um [Voto de Pesar “como tributo à memória dos trabalhadores do Charlie Hebdo e de todas as vítimas dos atentados terroristas”](#), o qual foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se a [interpeção ao Governo Regional sobre "Acessibilidades e transportes"](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após a intervenção do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usou da palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*).

O debate prosseguiu com a participação dos Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Miguel Costa (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Rogério Veiros (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Jorge Macedo (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*) e ainda da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Para protestos e contraprotesto usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e Francisco César (*PS*).

Seguiu-se a [apresentação do Projeto de Resolução n.º 107/X – “Jornadas Parlamentares Atlânticas”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, mais precisamente pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Por fim, foi aprovada por maioria a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/X – “Regime jurídico contra incêndios em edifícios na Região Autónoma dos Açores”](#).

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Ana Espínola (*CDS-PP*), Bruno Belo (*PSD*), Manuel Pereira (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Joaquim Machado (*PSD*) e André Rodrigues (*PS*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 48 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Vamos começar os nossos trabalhos.

Àqueles que ainda não o fiz pessoalmente desejo um bom ano e um bom trabalho a todos.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 08 minutos.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da Costa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Ricardo Manuel Viveiros Cabral

Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

António Lima Cardoso Ventura

António Oldemiro das Neves Pedroso

Bruno Filipe de Freitas Belo

Cláudio Borges Almeida

Cláudio José Gomes Lopes

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos temos um ponto prévio na nossa Agenda que se refere à **verificação de poderes do Sr. Deputado Nuno Miguel Aguiar de Meneses.**

Peço então à Sra. Relatora da CAPAT o favor de apresentar o relatório.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer relativo à Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Nuno Miguel Aguiar de Meneses.

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 06 de janeiro de 2015, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Nuno Miguel Aguiar de Meneses.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Marta Couto (Relatora), José Andrade (Secretário), Benilde Oliveira, Graça Silva, José Contente, Pedro Moura, Ricardo Ramalho, Joaquim Machado, Luís Garcia, Luís Rendeiro e Félix Rodrigues.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de Novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante de ordem profissional.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70º, n.º 2 do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da

elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DO DEPUTADO

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 16 de dezembro de 2014, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pelo Deputado Paulo Alexandre Vieira Borges, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, com efeito a 1 de janeiro de 2015, e da suspensão do respetivo mandato pelos candidatos Isménia Carvalho Landeiro Alves, Joaquim Mário Grilo Pires, Diana Rosa Ávila Valadão, José Gaspar Rosa de Lima e Osório Meneses da Silva, a Direção do Grupo Parlamentar do PS comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato Nuno Miguel Aguiar de Meneses.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 14 de outubro de 2012, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato Nuno Miguel Aguiar de Meneses, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir o Deputado Paulo Alexandre Vieira Borges.

O candidato Nuno Miguel Aguiar de Meneses não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que o candidato é professor do quadro da Escola Secundária Vítorino Nemésio e que suspendeu as respetivas funções a 01 de janeiro de 2015, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS/PP* consideram estar verificada a elegibilidade e que o candidato não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível o candidato Nuno Miguel Aguiar de Meneses, e que o mesmo não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 1 de janeiro de 2015.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Ponta Delgada, 06 de janeiro de 2015

A Relatora, *Marta Couto*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Relatora.

Julgo não haver inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Verificados que estão os poderes, convidava então o Sr. Deputado Nuno Meneses a ocupar o seu lugar.

Seja bem-vindo, Sr. Deputado.

Desejo-lhe um bom trabalho nas funções que agora desempenha.

(Neste momento o Deputado Nuno Meneses ocupou o seu lugar na bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

Presidente: Antes também de iniciarmos a nossa Agenda, será lido por mim um **Voto de Pesar**, conforme ficou ontem deliberado na Conferência de Líderes referente “**aos últimos atentados terroristas**”, que passo de imediato a ler.

VOTO DE PESAR

No passado dia sete de janeiro, a França chorou a morte de doze pessoas, após um atentado terrorista ao jornal satírico *Charlie Hebdo*.

O Mundo solidarizou-se com a França, lastimou as mortes e os feridos bem como o atentado à liberdade de expressão, pela qual aquele jornal sempre se pautou, lutando contra todos os que o quiseram silenciar.

Este atentado, o mais grave em solo francês nos últimos 50 anos, é também um ataque à democracia plena, à liberdade de pensamento e à memória de todos aqueles, que ao longo dos séculos, viveram, morreram, foram presos e torturados para que hoje possamos viver em liberdade, nesta sociedade cada vez mais global e que não pode ficar refém e amordaçada por grupos fundamentalistas.

A gravidade destes acontecimentos uniu o Mundo, contra o terror, contra o medo, levando às ruas o povo que se indigna contra a violência e que reitera o direito à liberdade de expressão e de pensamento.

Esta indignação deve unir-nos igualmente na condenação dos atentados que atingiram, nos últimos dias, a cidade de Baga na Nigéria, ou o Nordeste dos Camarões, e que mataram milhares de pessoas, principalmente mulheres e crianças.

Por isso, a nossa solidariedade deve ser extensiva a todos aqueles que são vítimas de grupos radicais, seja na Europa ou na África ou em qualquer parte do Mundo. A defesa dos direitos humanos é assim cada vez mais imperiosa e deve fazer parte da nossa ação política e social.

Nesta sociedade moderna, global e tecnológica há cada vez menos lugar para as relações humanas, para os afetos e para a tolerância e por isso é fundamental que todos possamos contribuir para vivermos livres em sociedade independentemente da religião, raça ou género.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a aprovação deste Voto de Pesar como tributo à memória dos trabalhadores do *Charlie Hebdo* e de todas as vítimas dos atentados terroristas, bem como dele dar conhecimento à Embaixada de França em Portugal e ao jornal *Charlie Hebdo*.

Horta, Sala das Sessões, 13 de janeiro de 2015

Os Líderes Parlamentares, *Berto Messias, Duarte Freitas, Artur Lima, Zuraida Soares, Aníbal Pires e Paulo Estevão*

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então avançar com a nossa Agenda.

O primeiro ponto é a **Interpelação ao Governo Regional sobre "Acessibilidades e transportes"**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Os tempos são os que têm sido habitualmente utilizados nesta figura regimental e definidos pela Conferência de Líderes:

O interpelante, o PS e o Governo Regional dispõem de 32 minutos;

O PSD, 24 minutos;

As Representações Parlamentares, 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Implementar um sistema de transportes eficiente e promotor de acessibilidades é fundamental em todas as regiões e, por acrescidas razões, numa região com as características dos Açores, que mais do que a fronteira da Europa na rota para a América têm periferias internas que merecem dirigida atenção.

A nossa periferia, a nossa ultraperiferia extrema, as grandes distâncias internas, exigem de quem nos governa a implementação de políticas estruturadas e estruturais de transportes (aéreo e marítimo), que transformem as fragilidades e as desvantagens da realidade arquipelágica em oportunidades geoestratégicas que promovam e sustentem a coesão social e territorial, garantindo a todos os Açorianos a igualdade de oportunidades de mobilidade, quer inter-ilhas, quer no acesso ao exterior, bem como permitam o escoamento célere e economicamente rentável das boas produções açorianas.

Perante esta realidade um desígnio regional impera: ter transportes regulares, com tarifas a preços socialmente justos. É precisamente este desígnio que o CDS-PP tem vindo a perseguir desde há muito.

Importa recordar, aqui e agora, que sempre defendemos abaixamentos significativos nos preços das passagens aéreas, sendo as propostas de introdução das tarifas promocionais para o exterior, inter-ilhas e para estudantes ou o aumento do número de tarifas promocionais por voo (aprovadas por esta Assembleia e por esta maioria), ou a abolição da taxa de combustível (rejeitada pela maioria socialista – e que permitiria que há muito os Açorianos estivessem a pagar viagens muito mais baratas) um património político do qual não abdicamos!

Aliás, os Açorianos reconhecem ao CDS-PP, sob o ponto de vista da política de transportes aéreos, em particular, uma coerência e uma consistência nas palavras e nos atos: Sempre fomos contra a liberalização selvagem do espaço aéreo açoriano ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... (e o que está a acontecer, com o novo modelo de Obrigações de Serviço Público, é praticamente isso e com a conivência, imagine-se, do PS).

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do PS!

Deputado José San-Bento (PS): E do Ministro da Economia!

O Orador: Sempre fomos críticos da política de preços e horários praticados nas ligações inter-ilhas.

Acima de tudo, temos uma visão política substantivamente diferente de quem tem governado a Região (PS e PSD) sobre como gerir um ativo chamado SATA.

Estão em curso grandes anúncios sobre uma nova política de acessibilidades dos Açorianos ao exterior e dos turistas aos Açores. Vêm aí novas Obrigações de Serviço Público para o transporte aéreo regular entre os Açores, o Continente e a Madeira. Um modelo com peculiares diferenças face à proposta inicial do PS; um modelo que regista uma estranha inversão conceptual e política da maioria socialista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

“É consensual na sociedade açoriana que as ligações aéreas com o exterior têm de obedecer aos seguintes critérios:

- 1. Preços iguais para todas as ilhas;*
- 2. Possibilidade de um Açoriano poder sair ou entrar da sua ilha no mesmo dia;*
- 3. Possibilidade da carga perecível originada em cada ilha poder ser exportada no mesmo dia;*
- 4. Potenciar o desenvolvimento do turismo em todo o arquipélago.*

Qualquer alteração ao modelo de transporte aéreo existente tem que ter em atenção estes 4 critérios. (...) A miragem de uma baixa súbita das passagens, para uma determinada ‘gateway’, para retirar alguém do mercado ou apenas como técnica de marketing, é mesmo só uma miragem. O que interessa é saber o que perdura, o que fica depois da guerra comercial e ou da publicidade enganosa! A estabilidade e a previsibilidade do transporte aéreo são

fundamentais para o desenvolvimento do sector do turismo, mas também para o desenvolvimento económico e social das diversas ilhas dos Açores”.

Pergunto ao Governo se concorda com estas premissas?

Pergunto, igualmente à maioria socialista se concorda com o que acabei de ler e citar (Duarte Ponte, Ex-Secretário da Economia do velho Governo Socialista)?

Deputado Aníbal Pires (PCP): PS!

O Orador: Esta era a visão do PS/Açores até há pouco tempo. Esta era a visão socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Devia ser bem criticado!

O Orador: Também o ex-Presidente do Governo Regional, Carlos César, sem prescindir da proteção integral de todos os Açorianos, ao contrário do que agora se verifica com as novas regras, finalizou, passo a citar um *“processo de revisão das Obrigações de Serviço Público nas ligações aéreas com o Continente, no sentido de permitir que no âmbito das tarifas promocionais, quer para residentes e estudantes, quer na operação regular destinada a não residentes, possam ser praticadas preços de passagens inferiores a 100 euros”.*

Aliás, a própria proposta inicial do Governo Regional, enviada a Lisboa, não contemplava qualquer liberalização selvática de rotas, até porque estavam acauteladas as frequências mínimas para todas as *Gateways*, que era um modelo ideal do Partido Socialista implementado nesta Região.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade, Sr. Deputado. É bom lembrar essas coisas!

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: Já lá vamos, Sr. Deputado, também tem para si.

Luísa Schanderl, Secretária da Economia, na comunicação aos Açorianos, em maio de 2012, resumindo as principais alterações apresentadas à República, dizia e passo a citar: *“Esta é uma proposta que não contempla qualquer aumento do financiamento público ao transporte aéreo (a proposta socialista)...*

Deputado Aníbal Pires (PCP): Do PS!

O Orador: ... mas que permite uma redução do custo atual das passagens superior a 40 por cento para os residentes. Assim, as alterações propostas visam flexibilizar, flexibilizar, as Obrigações de Serviço Público, (...), garantindo a manutenção das acessibilidades atuais e permitindo que os residentes e os estudantes dos Açores, independentemente da ilha onde residam, tenham acesso, em condições de igualdade, a tarifários inferiores àqueles que atualmente são praticados”.

Como se vê das intenções manifestadas a Lisboa em 2012, às atuais negociações com a República vai uma grande diferença. Sucumbiu-se a lobbies de companhias aéreas e de outros grupos empresariais.

Deputado Francisco César (PS): Dizem exatamente o contrário!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

O Orador: E a prova disso foi a presença cicerone, aliás incompreensível, de um governante que é acionista de uma companhia pública (do Governo, é acionista de uma companhia pública), ...

Deputado Francisco César (PS): Ele não é acionista!

O Orador: ... o Sr. Secretário Regional, ao lado de uma companhia privada, concorrente da companhia pública açoriana ...

Deputado Francisco César (PS): O PSD também tem!

O Orador: ... e o mesmo se diz de um Secretário de Estado que vem aos Açores promover uma companhia privada em concorrência com a companhia pública, que é a TAP.

Se isso é assim eu já percebo pouco disto.

A prova disso, a prova provada, é a presença cicerone destes dois governantes num evento de determinada companhia aérea, acompanhando o Deputado do PSD Jorge Macedo!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Representante do povo açoriano! Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

Apesar de se registarem alguns aspetos que o CDS não pode deixar de considerar positivos nestas novas OSP, até porque resultam de propostas feitas

por nós e aprovadas por este Parlamento – como o aumento das frequências ao Pico, o aumento das frequências ao Pico foi uma proposta do CDS, e o aumento das tarifas promocionais em cada voo, foi uma proposta do CDS – as novas regras, neste momento, suscitam mais dúvidas do que certezas.

Assim, importa interpelar o Governo e particularmente o Sr. Secretário sobre alguns aspetos:

Sr. Secretário, já foi finalizado o acordo entre os Governos Regional e da República para rever as Obrigações de Serviço Público? Quais os pormenores que ainda estão pendentes?

Utiliza-se o chavão de que os Açores foram transformados em “aeroporto único”, mas não se explica a Terceirenses, Graciosenses ou Jorgenses, por exemplo, como farão para viajar para o exterior se ficarem sem acesso a viagens diretas a partir das Lajes?

Não se diz a ninguém como é que se procederão os encaminhamentos dos residentes e estudantes para a *Gateway* que apresente o melhor preço?

E as viagens inter-ilhas, Sr. Secretário ... Como ficam? Vamos viajar para Lisboa por 30 e 40 euros, ...

Deputado Francisco César (PS): Ah! Agora já se pode falar de Lisboa!

O Orador: ... mas continuar a pagar 160 ou 170 ou 200 euros para ir das Flores ou do Faial para São Miguel?

Quais as principais alterações com que os Açorianos serão confrontados com a alteração às Obrigações de Serviço Público nas ligações aéreas inter-ilhas? Nesta altura, Sr. Secretário, já não devíamos ter as OSP's inter-ilhas enquadradas com o novo modelo de ligações para o exterior?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já se sabe!

O Orador: Qual é o segredo? O que esconde o Governo?

Como se vão articular as ligações inter-ilhas com as partidas e chegadas dos voos *low cost*, Sr. Secretário?

Que garantias de segurança têm os Açorianos que percam a ligação ao Continente porque o voo inter-ilhas sofreu atrasos ou cancelamentos?

E como ficam os Açorianos que são servidos pelo Aeroporto das Lajes se não existirem companhias interessadas em voar na rota liberalizada da Terceira? E por que foi liberalizada esta rota, Sr. Secretário?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Servem em S. Miguel!

O Orador: Com que contas, com que números, com que fundamento foi liberalizada a rota da Terceira e até a rota de S. Miguel, Sr. Secretário?

E quais serão as regras dos reembolsos aos passageiros residentes e estudantes que sejam confrontados com passagens acima dos 134 euros?

E quem suportará os custos acrescidos dos Açorianos que sejam obrigados, por deficiente articulação horária entre companhias, e nisso a SATA-AIR Açores é especialista, a ter que pernoitar fora da sua ilha de residência?

Deputado Francisco César (PS): Nada como tratar bem a SATA! Acho que sim!

O Orador: E quem vai assegurar o pagamento do reencaminhamento dos turistas que cheguem aos Açores por São Miguel e que queiram ir a outras ilhas? É legal pagar reencaminhamentos a turistas, Sr. Secretário? A União Europeia aprova esta habilidade Sr. Secretário e Sr. Deputado Duarte Freitas, que dizem eles que o senhor é o pai do modelo? Eu fico à espera. É legal este modelo?

Estamos a cerca de 60 dias da entrada em vigor das novas regras e nada disso está explicado. Impõe-se esclarecimentos e nesta Casa, a 60 dias como vão funcionar as coisas.

Em maio de 2012, os Açorianos foram o ponto de partida para a revisão das regras; em maio de 2015, os turistas serão a única prioridade! Por que será? Quem se quer proteger, ou quem se quer beneficiar?

Trata-se realmente de promover melhores acessibilidades aos açorianos ou andam aqui outros interesses devidamente escondidos?

É isso que se tem que explicar nesta Casa, os autores do modelo.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é que tem que explicar por que é que está a fazer essas perguntas!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Se nos transportes aéreos a nebulosa é grande, importa também esclarecermos, ao longo deste debate, as tentativas que tem vindo a ser feitas para se implementar uma política de transporte marítimo inter-ilhas.

Existem obsessões com mega barcos, existem Planos Integrados que são só fachada, existem incidentes e acidentes que carecem ser devidamente explicados.

O debate começa agora... Esperam-se e exigem-se respostas claras e concretas do Governo até porque para citar um especialista nesta matéria, dizia o seguinte: *“O sistema de transportes está para o bem-estar económico e social de qualquer região como o sistema circulatório está para o bem-estar físico individual, de um indivíduo”*.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora e conforme define o art.º 184.º do Regimento, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais permitam-me desejar a todos um bom ano de 2015, tanto a nível político, a trabalhar em prol de todas as açorianas e todos os açorianos, como a nível pessoal, tanto para vós, como para as vossas famílias.

É com satisfação que voltamos a esta câmara, para falar de um tema que é recorrente, é naturalmente recorrente porque todos nós, todos os que aqui estão reconhecem a importância que as acessibilidades e o sistema de transporte tem ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo não!

O Orador: ... para uma Região insular, para uma região arquipelágica como a nossa.

A revisão do modelo de acessibilidades foi uma prioridade definida por este Governo. É um processo que eu não me vou alongar, explicar e dizer quais os

passos que foram dados, mas é um processo que se arrasta desde agosto de 2011, quando foi manifestada a intenção do Governo dos Açores para que o sistema e as Obrigações de Serviço Público da ligação da Região com o exterior, fosse revisto.

Esta necessidade de revisão não surge por qualquer capricho. Surge porque efetivamente o sistema que nós tínhamos já não respondia às necessidades de acessibilidade e de mobilidade de todos os açorianos.

Estas prioridades estão bem patentes no Plano Integrado de Transportes, através da medida 13 e da medida 16, onde se preconiza a revisão das Obrigações de Serviço Público.

Aquilo que foi feito foi definir um modelo de acessibilidades para a Região, que ao contrário do que o Sr. Deputado Artur Lima disse há pouco, não privilegia ninguém, mas engloba todos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Privilegia sim senhor!

O Orador: É um modelo inclusivo; é um modelo que incorpora as necessidades de mobilidade de todos os açorianos, de Santa Maria ao Corvo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... desde logo definindo um valor máximo no custo da acessibilidade.

Qualquer açoriano, qualquer açoriana que pretenda deslocar-se da Região de e para o continente no máximo pagará 134€.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: No máximo pagará 134€!

Isto conseguiu-se introduzindo novos conceitos no modelo de acessibilidades, nomeadamente o efeito do subsídio variável, nomeadamente o efeito do custo elegível, englobando não só a tarifa, mas também as taxas que estão associadas e continuando a desenvolver a política de encaminhamentos que tem estado em vigor, alterando apenas a possibilidade de qualquer açoriano de qualquer ilha da Região, poder optar pela *Gateway* que tem a oferta mais adequada às suas necessidades.

Este modelo contempla dois sistemas distintos: contempla a liberalização de rotas para aquelas que economicamente são sustentáveis ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor explique as perguntas que eu fiz!

O Orador: ... e contempla Obrigações de Serviço Público para as *Gateways* onde essa liberalização se vem a mostrar que economicamente não era viável, com estudos desenvolvidos pelo INAC.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor não ouviu! O senhor ouve bem?

O Orador: Este modelo tem esta particularidade ou esta virtuosidade, que é o de permitir que a Região seja encarada como aeroporto único, ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que todos os aeroportos, todas as *Gateways* possam concorrer entre si e por esta via reduzir o custo da acessibilidade.

O facto de termos uma companhia que presta um determinado serviço a um determinado preço numa *Gateway* vai fazer com que as outras, dado que há liberdade de escolha para todos os residentes e estudantes de poderem optar pela *Gateway* que entenderem, que operam noutras *Gateways*, tenham também que concorrer com essa companhia ...

Deputado Francisco César (PS): Possam competir!

O Orador: ... e por essa via haver uma redução de preço e naturalmente também uma elevação da qualidade de serviço.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é virtual! Explique as perguntas que eu fiz!

O Orador: Este é um modelo que efetivamente, na minha opinião, na nossa opinião, defende os interesses dos Açores e os interesses dos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esse modelo não é do PS, é do PSD!

O Orador: Um modelo que privilegia aquilo que nós sempre considerámos essencial em toda a política de transportes e de acessibilidades da Região, que é a proteção dos residentes e dos estudantes.

Em relação a questões concretas e perdoe-me se deixar alguma para trás, mas tentei anotar todas aquelas que colocou, nomeadamente as dúvidas se o modelo

já foi finalizado ou não, posso dizer-lhe que o modelo da parte do Governo dos Açores está finalizado.

Aquilo que está pendente ou está a decorrer é a parte processual que o Governo da República está a desenvolver, que passou pela comunicação a Bruxelas, como é público, já foi efetuada, que passa pelo desenvolvimento de peças legislativas para regulamentar a atribuição do subsídio social de mobilidade, que também aproveito para dizer-lhe, aquilo que está previsto em termos de pagamento do subsídio social de mobilidade é que qualquer residente, qualquer estudante possa fazer o pedido de reembolso quando efetuar umas das pernas da viagem, desde que tenha direito a esse reembolso, ou seja, desde que o custo seja superior aos 134€.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já agora, e o turista?

O Orador: Outra das questões que o Sr. Deputado colocou é como é que se processa para os residentes de ilhas que não têm *Gateway*.

Esses residentes terão a liberdade de escolher a *Gateway* de saída que lhe for mais adequada em termos de oferta, quer em termos de oferta tarifária, quer em termos de oferta de horários, aquilo que se adequar mais às suas necessidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero saber a nível de encaminhamento de turistas!

O Orador: O processo de revisão das Obrigações de Serviço Público inter-ilhas, estamos a trabalhar nele e como o Sr. Deputado disse, e muito bem, há aqui uma necessidade de ajustarmos aquilo que é a oferta do serviço inter-ilhas, com aquilo que vai ser a oferta do serviço nas acessibilidades para o exterior.

Essa necessidade de ajustarmos para promovermos uma maior ligação entre a oferta que existe nas acessibilidades com o exterior, com aquilo que existe no interior da Região, é que leva a que o processo ainda não esteja encerrado.

Agora, que fique claro, o objetivo do Governo, aquilo que está no Programa do Governo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está! Aí é que está! É que não está!

O Orador: ... aquilo que está no Plano Integrado de Transportes, ao nível da revisão de Obrigações de Serviço Público, prende-se com aumentarmos a capacidade de interligação entre todas as ilhas da Região, por um lado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma vergonha!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Programa do Governo já foi aprovado há dois anos!

O Orador: ... e, por outro lado, adequarmos o preço, termos um preço competitivo que seja devidamente ajustado à qualidade do serviço que se presta, o que na nossa opinião se traduzirá naturalmente numa redução tarifária, como todos nós esperamos.

Depois, o mercado vai funcionar e há de funcionar na perspetiva de promover a competição entre os vários operadores, de promover uma concorrência efetiva que leve a melhorias, tanto ao nível da redução do custo da acessibilidade, quanto ao nível da qualidade de serviço.

Sr. Deputado Artur Lima, há sempre duas maneiras de olhar para os problemas, ou para eventuais problemas, ou para as situações com que nos vamos deparando: ou colocamo-nos do lado do problema, ou colocamo-nos do lado da solução.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Eu prefiro sempre colocar-me do lado da solução e trabalhar na solução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Este Governo está do lado do problema!

O Orador: Eu estou plenamente convicto que não haverá nenhuma rota que foi defendida a liberalização que fique deserta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fundamente!

O Orador: E também lhe posso dizer que aquelas que nos suscitaram algumas dúvidas, que aquelas que nós ponderámos que efetivamente pudesse haver alguma dificuldade, ficaram devidamente acauteladas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais?

O Orador: ... na proposta que nós apresentámos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais? Isso é mentira!

O Orador: Digo-lhe mais

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É mentira!

O Orador: É verdade! Aquilo que eu estou a dizer-lhe é verdade e é facilmente comprovável: as rotas que suscitaram mais dúvidas, está claramente previsto, no caso de ficarem desertas, que se possa aplicar Obrigações de Serviço Público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais delas? Onde é que está escrito? Dê-me o modelo!

O Orador: Agora a minha profunda convicção é que nenhuma das rotas que está prevista a liberalização da *Gateway* ficará deserta...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero ver isso escrito. Isso é falso!

O Orador: ... porque mais do que tudo temos que ser nós a fazer por aquilo que pretendemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! O senhor está constantemente a faltar à verdade!

O Orador: Temos que ser nós a fomentar e a incentivarmos o desenvolvimento da região.

Não podemos acreditar que isto se faça só com medidas protecionistas que não nos levam a lado nenhum.

A concorrência que se introduz com este novo modelo terá naturalmente grandes vantagens para o desenvolvimento da Região ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O modelo é do PSD, não é seu, Sr. Secretário!

O Orador: ... e para os níveis de acessibilidade de todos os açorianos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Deputado Francisco César (PS): Já vai começar outra vez?

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para requerer ao Governo Regional a entrega à Mesa da Assembleia da proposta e dos *drafts* que existem sobre a revisão das Obrigações de Serviço Público, para serem distribuídas a esta câmara, porque há alguns Deputados que têm (os Deputados do PS).

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que isso está escrito!

O Orador: Os restantes Deputados não têm esse documento e nós não podemos ficar apenas pelas palavras do Secretário Regional.

Portanto, o requerimento é para que o Governo entregue à Mesa da Assembleia esse documento e que ele seja distribuído a esta Assembleia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para dar tempo para o Sr. Secretário fazer isso!

Presidente: É regimental.

Regressamos às 11 horas e 05 minutos.

Eram 10 horas e 50 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Sra. Secretária tinha pedido a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para informar que os serviços de apoio ao Governo estão a preparar o documento que foi solicitado por requerimento do Sr. Deputado Aníbal Pires e tão depressa seja possível entregá-lo-emos na Mesa.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires, julgo que também para uma interpelação.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Exatamente, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos para dar tempo que o documento seja distribuído a todos os Deputados.

Presidente: Peço aos Líderes o favor de se aproximarem da Mesa, se faz favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados o intervalo é regimental, portanto regressamos às 11 horas e 45 minutos.

Eram 11 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 59 minutos.

Já foi distribuído o documento entregue pelo Governo Regional.

Penso que estamos então agora em condições de retomarmos o debate.

Está inscrito o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Estratégico apresentado na passada semana pelo grupo SATA deixa-

nos extremamente preocupados pela situação a que chegou uma empresa que presta um imprescindível serviço público regional.

A SATA vive hoje um momento muito difícil. Os seus trabalhadores enfrentam o futuro com grande apreensão e com a incerteza no horizonte.

Tendo vivido numa situação de monopólio ao longo da sua história, o grupo SATA apresenta hoje um défice alarmante por via de políticas erradas, de más opções impostas pelo governo regional e dos atrasos de pagamentos da parte deste governo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): E com o apoio do PSD!

O Orador: Os açorianos podem queixar-se dos governantes que trouxeram a SATA até aqui, mas os governantes não se podem queixar.

Vasco Cordeiro foi secretário da Economia e responsável direto pela tutela da empresa até ao final de 2012. Agora é presidente do Governo.

Vítor Fraga, foi escolhido por Vasco Cordeiro para administrador e depois para governante. A situação financeira que a SATA vive hoje é responsabilidade de ambos e das opções que tomaram nos últimos anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senão, vejamos:

Segundo a própria SATA, em 2012, e cito a página 8 (oito) do Plano Estratégico que está na posse do governo e do conselho de administração na sua versão de 251 páginas, e não na versão de 40 e tal páginas, dizia e cito nesta versão na página 8 refere “o início do desequilíbrio financeiro da SATA Air Açores com o agravamento da dívida do Governo Regional dos Açores para €35 milhões (2011: € 22 milhões)”, fim de citação, E atenção esta última parte que refere o agravamento da dívida do Governo Regional de € 22 milhões, para €35 milhões, esta última parte não está no documento que foi entregue aos Srs. Deputados. É interessante! Mas está no documento base do Grupo SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Também quero um documento desses!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Artur Lima tem razão, naturalmente impõe-se que os açorianos através dos seus representantes tenham acesso a este documento, ...

Deputado Domingos Cunha (PS): Como é que o senhor o tem?

Deputada Zuraída Soares (BE): Já deviam ter tido antes!

O Orador: ... o que é de estranhar é que o governo regional não tenha tido a honestidade de dar este documento aos Srs. Deputados e tenha passado apenas uma versão resumida onde se cortaram importantes informações e relevantes informações para a análise da situação.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Ou seja, o secretário regional da Economia, Vasco Cordeiro, não pagou o que devia à Sata Air Açores e com essa sua decisão de não pagar contribuiu para agravar ainda mais a situação da empresa. E agora queria escondê-lo deste Parlamento e dos açorianos.

Em 2013, dá-se, e cito novamente a versão de 251 páginas do Plano, “a continuação do desequilíbrio financeiro da SATA Air Açores pelo agravamento da dívida do Governo Regional”, fim de citação.

Ou seja, um governo regional que não paga cria problemas e este governo ao não pagar à SATA está a destruir uma das mais importantes empresas dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é o PSD/Açores que o diz. É a própria SATA que descreve a situação muito difícil em que se encontra devido às dívidas do governo regional. Cito de novo: “Atualmente o Grupo SATA não gera *cash flow* para o cumprimento das suas responsabilidades de curto-prazo.

Continuo citando:

Desta forma, a solução tem consistido na contração de dívida bancária adicional de curto-prazo para o cumprimento de responsabilidades correntes (vencimentos e pagamentos a fornecedores), com condições de financiamento cada vez mais penalizadoras da função financeira.

Continuo citando:

Além do agravamento da função financeira e das condições de financiamento, o volume de dívida do Grupo SATA é de tal forma elevado face às perspetivas de sustentabilidade que existe, a curto prazo, o risco efetivo das entidades

bancárias não continuarem a renovar as linhas de curto- prazo existentes”. Fim de citação. Não é o PSD/Açores que o diz. É o grupo SATA que o diz e que o Governo pretendeu esconder a este parlamento!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Percebe-se, desde já, a preocupação do PSD/Açores face ao serviço público que a SATA presta e ao que esta empresa representa em termos sociais, económicos e de emprego em todas as nossas ilhas.

A SATA, uma das joias da coroa da economia açoriana, foi posta em causa por Vasco Cordeiro, Vítor Fraga e Sérgio Ávila.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estes governantes que trouxeram a SATA até aqui, julgam agora poder apresentar-se aos açorianos como salvadores, provavelmente confiantes de que vão conseguir esconder o seu papel não de salvadores, mas de carrascos desta empresa.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Estes governantes vão obrigar a SATA, até 2020, a pagar mais de oito milhões de euros só em juros das dívidas que não pagam, como se pode comprovar na página 22 da tal versão não distribuída aos deputados e aos açorianos.

Estes governantes, que dizem que querem salvar a SATA, são os mesmos que mandaram comprar mais aviões Bombardier do que os necessários, e que agora, aflitos, colocam a possibilidade de vender um desses aviões no final do primeiro semestre deste ano. E ainda mais grave é ter omitido essa informação ao Parlamento regional, como se pode confirmar na página 29 do documento não distribuído.

Mas, Senhoras e Senhores,

Não há melhor prova da falta de competência e de sentido de Estado destes governantes do que a forma como o próprio Plano foi apresentado.

Vejamos:

A SATA diz no seu plano, e cito, “Para efeitos do *Business Plan* 2015/2020, na vertente do transporte aéreo inter-ilhas, assume-se a manutenção de todos os pressupostos operacionais requeridos pelo Contrato de Concessão 2009/2014 (tarifa, frequências, limite do défice de exploração, entre outros), bem como uma remuneração de capital de 6,5%.

Continuo a citar:

Desta forma, a fixação de Obrigações de Serviço Público com um enquadramento diferente do que vigorou no período 2009/2014, implicará, diz a SATA, a revisão do presente *Business Plan* tendo como pressupostos a manutenção das suas determinações fundamentais”, fim de citação.

Ou seja, o presidente do governo regional e o secretário do Turismo mandaram a SATA fazer um Plano Estratégico, com base em Obrigações de Serviço Público regionais que, sabem, vão ser alteradas daqui a poucos meses.

Não há melhor prova de que este é verdadeiramente um plano feito para disfarçar os problemas do passado condicionando desde já o futuro.

Deputado André Bradford (PS): O senhor leu esses documentos todos, mas não percebeu nada do que leu!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD/Açores não pode deixar de denunciar a forma como este governo tentou iludir a opinião pública regional, o Parlamento e os parceiros sociais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senão vejamos: Na versão apresentada aos partidos da oposição e aos açorianos, esta pequena, não diz como diz na versão de 251 páginas, e cito, aquilo que diz na de 251 páginas, o seguinte:

“De 2009 a 2013... Verifica-se um aumento da dívida a receber do Governo Regional dos Açores por conta do auxílio financeiro previsto no contrato de concessão de serviços aéreos regulares no interior da Região Autónoma dos Açores.

No ano de 2014... estima-se que a dívida do Governo Regional dos Açores seja

agravada em €11 milhões face a dezembro de 2013”, fim de citação.

Curiosamente, o governo regional não disse aos deputados regionais aquilo que a própria SATA reconhece como a única coisa de boa que lhe aconteceu nestes últimos anos, citando de novo o documento de 251 páginas, aquilo que a SATA diz. O que é que foi uma das poucas coisas boas que lhe aconteceu? Foi “uma redução contínua da dívida a receber da Direção Geral do Tesouro por conta dos voos regulares e reencaminhamentos abrangidos pelo subsídio ao preço do bilhete entre o Continente e a Região Autónoma dos Açores e entre o Funchal e Ponta Delgada”, fim de citação.

O retrato da realidade financeira da SATA é, na verdade, uma história triste.

Diz a SATA, não é o PSD/Açores. Diz a SATA e cito de novo:

“Desequilíbrio operacional na SATA Internacional iniciado em 2012 e agravado em 2013 e 2014, uma vez que o *free cash flow* operacional libertado pelas rotas que historicamente geram valor não é suficiente para compensar as rotas com margens historicamente negativas”.

Cito de novo:

“Desde 2009 que se tem assistido a um forte aumento dos financiamentos obtidos o que tem impacto natural no aumento dos juros suportados com especial destaque para o aumento de €2,3 milhões em juros com financiamentos bancários de 2012 para 2013, sendo este efeito agravado na estimativa para dezembro de 2014”.

Continuo citando o documento que não foi distribuído:

“A dívida associada a financiamentos bancários, e conseqüentemente o peso da função financeira, tem aumentado de forma significativa desde 2009, a qual decorre essencialmente do aumento da dívida a receber do Governo Regional dos Açores”.

Continuo citando:

“Em 2013 o Grupo necessitaria de pelo menos 15 anos de operação para liquidar as suas obrigações financeiras presentes”.

Cito ainda:

“Linhas de financiamento de curto-prazo utilizadas pelo Grupo SATA, de cerca

de €85 milhões, em 31 de dezembro de 2013, encontram-se no limite do total contratado”.

E ainda continuando a citar o documento que não foi distribuído:

“O *Free cash flow* estimado para 2014 não é suficiente para liquidar os compromissos com serviço da dívida exigíveis a curto-prazo”.

“O desenvolvimento do Plano de Sustentabilidade económico-financeira é crítico para a sustentabilidade e sobrevivência do Grupo SATA e para o normal curso das suas operações”.

Cito ainda.

“Atualmente, o Grupo SATA não entra em incumprimento porque tem recorrido ao crédito bancário para fazer face às suas responsabilidades correntes e imediatas”.

E ainda:

“Atualmente o Grupo SATA não gera *cash flow* para o cumprimento das suas responsabilidades de curto-prazo”.

Também ainda outra citação do documento não distribuído:

“Desta forma, a solução tem consistido na contração de dívida bancária adicional de curto-prazo para o cumprimento de responsabilidades correntes (vencimentos e pagamentos a fornecedores), com condições de financiamento cada vez mais penalizadoras da função financeira”.

Termino esta fase de citações com o seguinte, também no documento não distribuído:

“Além do agravamento da função financeira e das condições de financiamento, o volume de dívida do Grupo SATA é de tal forma elevado face às perspetivas de sustentabilidade que existe o risco efetivo de a curto-prazo as entidades bancárias não continuarem a renovar as linhas de curto- prazo existentes”.

Senhoras e Senhores,

Tudo o que acabei de afirmar não é uma invenção do PSD/Açores é o retrato que a própria SATA faz sobre a forma como foi governada por Vasco Cordeiro e Vítor Fraga.

Deputado Luís Garcia (PSD): Brincam com coisas sérias!

O Orador: Atente-se no seguinte, conforme se pode verificar na página 102 do documento que o governo não queria que se conhecesse.

A dívida do governo regional referente ao contrato inter-ilhas ascende a 51 milhões de euros.

A dívida do governo regional referente aos juros suportados por dívida vencida e não debitada até 31 de dezembro de 2014 ascende a 7 milhões de euros.

A dívida do governo regional estimada por via de juros a suportar de 2015 a 2020 relativamente ao acumulado até aqui ascende a oito milhões de euros.

A dívida do governo regional respeitante ao contrato de gestão de aeródromos ascende a 9 milhões de euros.

A dívida do governo regional por serviços prestados ao Serviço Regional de Saúde ascende aos 2 milhões de euros.

Concluindo:

As responsabilidades do governo regional perante a SATA ascendem a 77 milhões de euros.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! O Diário Insular também o diz!

O Orador: Este é um retrato que devia fazer os governantes pensar no que andam a fazer com as empresas públicas da nossa Região.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todos estes problemas têm em comum os mesmos protagonistas: o atual presidente do Governo Regional e antigo secretário da Economia, Vasco Cordeiro; O secretário do Turismo e dos Transportes atual e antigo administrador da SATA, nomeado por Vasco Cordeiro, Vítor Fraga.

Os açorianos não podem continuar a perder muitos milhões apenas por causa dos erros de alguns socialistas. Nas apostas falhadas, no desperdício e nas opções que custam muito caro aos açorianos.

Não é admissível que os governantes responsáveis por toda esta situação continuem a apresentar-se aos açorianos como a solução, quando sabem bem que foram e são o problema e por isso queriam escondê-lo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A impreparação, a incompetência e a demagogia com que estes governantes têm vindo a dirigir os interesses públicos tem de ser denunciada aqui e tem que ser sempre escrutinada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É por isso Sras. e Srs. Deputados que quero anunciar que o PSD/Açores vai promover a criação de uma Comissão de Inquérito potestativa para análise daquilo que se passa no grupo SATA.

Estes governantes, Vasco Cordeiro e Vítor *Fraga* e todo o Governo têm de ser responsabilizados.

Quem está a perder milhões de euros por toda esta incompetência não é o governo regional.

São os açorianos que são mal servidos e que pagam os milhões de prejuízo da SATA e que ainda por cima não queriam que nós soubéssemos.

Disse!

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra, julgo que é para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar ao Governo Regional ...

Deputado André Bradford (PS): Mais um documento!

O Orador: ... que faça distribuir a esta câmara, o documento que foi referenciado na intervenção do Deputado Duarte Freitas e que na passada reunião da Comissão de Economia foi negado aos Deputados.

Deputado André Bradford (PS): Não senhor, não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Foi solicitado e foi negado aos Deputados, afirmando, jurando a pés juntos, quer pelo Presidente da Comissão de Economia, quer pelo Secretário Regional ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E ainda estão em funções!

O Orador: ... que não existia outro plano.

Aliás, o plano que nos entregaram é um conjunto de 41 *slides*, não são 41 páginas, são 41 *slides* de um *power point*.

Portanto, os Deputados desta câmara têm direito ao acesso ao documento que foi referenciado pelo Deputado Duarte Freitas.

Quanto à forma como o PSD acedeu a este documento também gostava de sabê-lo.

Deputado André Bradford (PS): Faça um requerimento ao PSD!

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação.

O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar que vou fazer chegar este documento à Mesa, como já o tinha referido, para que seja do conhecimento de todos os Deputados e por essa via dos açorianos e não mais se escondam estas matérias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tinha pedido a palavra para uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Secretária.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar o Sr. Deputado Aníbal Pires, aliás na linha daquilo que foi feito aquando da apresentação do plano estratégico da companhia junto da Comissão,

que o documento que o Governo tem, que elaborou e que é denominado plano estratégico, é aquele que efetivamente foi distribuído às Sras. e aos Srs. Deputados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda é mais grave!

A Oradora: Aquilo que sejam documentos internos de trabalho, é outra questão.

Deputado António Marinho (PSD): É mais grave ainda!

A Oradora: Esse documento não é o plano estratégico.

O plano estratégico é aquilo que foi distribuído às Sras. e aos Srs. Deputados, sob a forma que foi escolhida pela companhia, que foi a forma que entendeu ser a mais adequada para constar do plano e para fazer a apresentação aos Srs. Deputados.

Deputado António Marinho (PSD): Isso ainda é mais grave!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço algum silêncio para que possamos continuar os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Eu reitero o requerimento que fiz, para que o Governo Regional faça chegar a todos os Deputados o documento que foi referenciado pelo Deputado Duarte Freitas.

Eu agradeço a disponibilidade do Deputado Duarte Freitas em fazer chegar isso aos Deputados, mas não é ao Deputado Duarte Freitas que compete fazer isso.

Deputado António Marinho (PSD): É verdade!

O Orador: É ao Governo Regional que não pode esconder informação dos representantes eleitos pelo povo açoriano.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E quer continuar a esconder!

Deputado Francisco César (PS): Eu gostava de conhecer esse documento!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor na Comissão de Economia disse que não existia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então continuar este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira reunião plenária do ano de 2015, reforça-se o ânimo e a coragem, que todos nós políticos e todos os agentes económicos, devemos dedicar a este momento que se pretende de viragem, de grandes desafios e de muitas oportunidades.

São momentos como os que iremos viver em 2015 que decidirão o futuro dos Açores nos próximos anos e é nesse sentido que todos devemos estar alinhados na procura das melhores soluções, na construção de procura de melhores condições de vida para todos os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Principalmente escondendo documentos!

O Orador: A postura político-partidária, não se deverá sobrepor aos interesses superiores da Região e por isso será intolerável aos olhos de qualquer açoriano, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Tivemos mesmo agora um exemplo!

O Orador: ... a classe política perder-se em guerrilhas meramente partidárias, utilizando como arma de arremesso instrumentos essenciais para o nosso desenvolvimento e afirmação autonómica.

Deputado José Ávila (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto ao tema que dá início a estes trabalhos parlamentares, acessibilidades e transporte, é um assunto da maior importância e passados que estão quase três anos do início do processo de revisões de Obrigações de Serviço Público Aéreo entre os Açores, continente e Madeira, hoje estamos à porta de iniciar um novo ciclo, cheio de desafios nas acessibilidades aéreas nos Açores, que só ficarão verdadeiramente completas e integradas com a revisão das OSP inter-ilhas, tendo já sido anunciada para breve a sua concretização.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Não valerá a pena perder mais tempo a discutir protagonismos, depois de muitos “inconseguinte” nessa matéria, por parte do maior partido da oposição, porque o que realmente importa é o desafio que se avizinha, é a importância do resultado final que vai muito além das mediatizadas rotas liberalizadas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... mas acima de tudo a importante e imprescindível garantia de proteção dos açorianos residentes e estudantes, ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não é isso que acontece!

O Orador: ... que dessa forma dispõem de melhores condições e com menores custos nas acessibilidades ao exterior da Região.

Esse foi, é, e será sempre um ponto impreterível e fundamental no desenvolvimento deste novo modelo.

Importa referir que a revisão das Obrigações de Serviço Público entre Açores, continente e Madeira, é um compromisso deste Governo Regional, prevendo-se o seu início e a sua concretização no próximo verão IATA, ou seja no final do mês de março.

Em todo o processo de elaboração do documento final o Governo dos Açores nunca, em momento algum, abdicou da elementar proteção dos residentes e estudantes, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... das várias *Gateways*, nunca excluindo qualquer ilha ou açoriano...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem escondeu o documento!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... sempre com o propósito de beneficiar a todos, desde a definição do auxílio social de mobilidade, aos passageiros residentes e estudantes, prevendo-se a atribuição aos passageiros beneficiários, independente do regime de acesso ao mercado liberalizado ou com imposição de Obrigações de Serviço

Público, de um auxílio social variável, cuja aplicação garante um teto máximo de 134€ para residentes na deslocação ao continente português ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP) Devia usar esse documento para os turistas do continente!

O Orador: ... e 99€ para estudantes na mesma ligação, numa viagem de ida e volta.

Além disto, garante-se a manutenção das atuais *Gateways* com a revisão das Obrigações de Serviço Público nas rotas com a Horta, Pico e Santa Maria, onde se prevê o aumento de mais um voo semanal para o Pico e Santa Maria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Proposta de quem? De quem é a proposta?

O Orador: A liberalização do acesso ao mercado e serviços aéreos regulares está prevista para a Ilha Terceira e Ponta Delgada, para o aeroporto de Ponta Delgada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Está igualmente prevista a imposição de Obrigações de Serviço Público para transporte aéreo de carga e correio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Na lógica de coesão territorial que sempre presidiu ao trabalho desenvolvido pelo Governo dos Açores, serão mantidos os princípios do atual regime de encaminhamentos, gratuitos portanto, mas deixando de haver restrições quanto à escolha das *Gateways*, garantindo assim uma efetiva mobilidade de todos os açorianos, de todas as ilhas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem é que paga?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já existe!

O Orador: Nestes termos, este modelo terá todas as condições para vingar, para garantir mais e melhores condições de mobilidade dos açorianos, para potenciar o desenvolvimento económico de todas as ilhas, para ser impulsionador do grande desafio que temos pela frente num setor tão fundamental como o turismo.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado não teve acesso ao documento que teve o Sr. Deputado Duarte Freitas!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é a versão reduzida!

O Orador: Sem falsos protagonismos, ao encontro da realidade e das necessidades, esta é sem dúvida uma grande vitória dos Açores e dos açorianos. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estes desafios ampliam ainda mais a importância da empresa regional de transporte aéreo, por ser estratégica para os Açores...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o que é que os senhores fizeram?

Deputado Luís Garcia (PSD): É melhor não falar na SATA!

O Orador: ... como o foi até aqui e continuará a ser no futuro, até por uma questão de afirmação e da nossa própria autonomia.

A SATA será fundamental no novo cenário que se avizinha ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Corte esse parágrafo!

O Orador: ... mas nunca, e reforço, nunca como regulador de preços, como regulador de mercado, como defende e defendeu o PSD. Aí sim, seria a ruína total da empresa.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ruína total! Foi o que os senhores fizeram!

O Orador: Deve antes constituir-se como uma verdadeira garantia de que continuaremos a ter uma empresa regional para servir, em primeiro lugar os açorianos, cumprindo a sua missão com relevante desempenho social de coesão territorial e por todos os açorianos reconhecido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acabou de sair um documento que os senhores não queriam que a gente soubesse!

O Orador: Por isso a companhia açoriana construiu um plano estratégico, ambicioso e corajoso, preparando-se para os desafios do futuro.

As circunstâncias mudaram. O novo modelo imprimirá novos desafios e pretende-se uma SATA preparada e adequada, competitiva para servir os Açores nas suas acessibilidades e nos fluxos turísticos que se pretendem aumentados no futuro.

Deixo aqui duas preocupações, duas questões ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes:

Passarão os Açores a ser um verdadeiro destino único? Funcionarão como um aeroporto único? Em que moldes é que essa condição será concretizada?

Segunda questão: nas rotas com a Terceira, onde está prevista a sua liberalização, apesar da manifestação de interesse da SATA, caso não se verifique a oferta mínima exigida, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é nos *slides*!

O Orador: ... a questão que se coloca é saber se está garantida no novo modelo a imposição de Obrigações de Serviço Público nas ligações com o Porto e Lisboa, com pelo menos o mesmo número de ligações que existem atualmente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas onde é que isso está?

O Orador: Os dados estão lançados, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Estão, estão! Estão todos!

O Orador: ... as orientações estão definidas, os desafios e oportunidades estão à porta e para o seu correto aproveitamento devemos todos (agentes económicos, parceiros sociais de forma geral, políticos, açorianos) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... estar apurados com um objetivo único: garantir o futuro com as melhores soluções açorianas para os Açores.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os dados foram lançados! Tiveram azar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar esta minha primeira intervenção solicitando ao Sr. Secretário Regional ...

Deputado André Bradford (PS): Mais um documento!

O Orador: ... que não se escude atrás do cliché demagógico e populista: à política o que é da política; à empresa o que é da empresa porque a empresa chegou à situação que chegou em função das orientações políticas que lhe foram imprimidas.

Portanto, Sr. Secretário escuse-se dessa desculpa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente à questão de não haver despedimentos no grupo SATA em função do plano, eu diria, de contingência, que foi apresentado aos açorianos.

Sr. Secretário, não acha que isto é apenas uma maneira redutora de olhar para o problema? Se não há renovação de contratos, isso não contribui para o aumento do desemprego?

Gostaria de ouvir a sua opinião.

Uma outra questão, Sr. Secretário Regional, e que tem a ver com o seguinte: a avaliação que é feita no início do plano de contingência que nos foi apresentado através de um *power point* de 41 páginas, deixa de fora dessa avaliação, algumas questões que nos parecem fundamentais, desde logo, aquilo que foi promovido pelo Governo Regional, a conflitualidade social que foi promovida pelo Governo Regional, em 2013 e 2014 e que provocou fortes danos, fortes prejuízos ao grupo e que resulta inteiramente de uma estratégia de desvalorização da SATA para que se encaminhasse para a situação em que ela hoje se encontra.

Por outro lado, estando já certificados pelo próprio Governo Regional, uma dívida de 35 milhões de euros, o Governo Regional só aloca 20 milhões no Orçamento de 2015, para pagar essa dívida.

Portanto, Sr. Secretário Regional, é bom que explique e é bom que o Governo Regional assuma as responsabilidades sobre a situação operacional e financeira do grupo SATA.

Gostaria que V. Exa. pudesse esclarecer, para já, estas questões que lhe apresentei.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Disseram que o documento não existia!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria também aproveitar a oportunidade de ser esta a primeira intervenção feita nesta Casa no ano de 2015, para desejar um bom ano a todos os trabalhadores ao serviço desta Casa, trabalhadores e trabalhadoras, funcionários e jornalistas, a todas as Sras. e Srs. Deputados, à Presidente, também, deste Parlamento e ao Governo Regional um duplo desejo de bom ano e também que aprenda com os erros que tem cometido, a isso chama-se humildade democrática e que respeite mais os protagonistas desta Casa do que tem feito até agora.

Está mais do que provado que para falar de acessibilidades na Região Autónoma dos Açores, com as suas circunstâncias e com as suas características, é absolutamente inevitável falar de transportes aéreos, das nossas auto estradas do céu, como lhe costumamos chamar.

Neste momento concreto temos que falar da SATA e temos que falar das *low cost* e temos que falar também do plano estratégico da SATA 2015/2020.

Isto mostra bem a importância, absolutamente essencial, que estrategicamente os transportes aéreos têm na nossa Região, do ponto de vista económico e do ponto de vista da coesão social, razão acrescida para que a responsabilidade, o rigor, a transparência e a sustentabilidade sejam os valores máximos no tratamento destas questões.

Sendo assim, eu gostaria de me virar para o Sr. Secretário Regional do Turismo e de Transportes e dizer-lhe uma coisa: é muito difícil, Sr. Secretário, estar do lado da solução, mesmo quando se quer ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Solução? Qual solução?

A Oradora: ... quando não se sabe exatamente qual é a solução.

O caso é que nós não sabemos exatamente qual é a solução e não é preciso ir mais longe, dentro dos documentos que até ao momento têm sido sonogados a esta Casa e aos representantes do povo açoriano, deve estar uma quantidade de soluções e de caminhos de que nós não temos conhecimento.

O BE quer estar com o Governo Regional, do lado da solução, destas e doutras, agora há uma condição: é conhecê-la. Não é um cheque em branco.

É isso que ficou aqui provado. Aquilo que o Sr. Secretário Regional pede quando diz para estarmos do lado da solução é um cheque em branco àquilo que nós, objetivamente, reconhecemos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual solução?

A Oradora: Já agora, dizer também que na Conferência de Imprensa que foi dada para os Deputados e para as Deputadas desta Casa, na última sexta-feira, na Delegação de Ponta Delgada...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Boa! Conferência de Imprensa! Muito bem!

A Oradora: ... aquilo a que se chamou uma reunião de Comissão de Economia, surgiram muitas dúvidas, aliás agora justificáveis porque afinal nós não sabemos nem metade da missa. Surgiram muitas dúvidas, mas também surgiram algumas certezas e algumas conclusões. Eu diria, infelizmente, porque as conclusões pelo menos que o BE tirou dessa Conferência de Imprensa e da leitura do plano estratégico que foi entregue com quarenta e poucas páginas, não o de 251, estas dúvidas são exatamente sobre elas que eu gostaria de falar e das certezas que retirámos da Conferência de Imprensa e confrontar o Sr. Secretário Regional com três ou quatro perguntas diretas que terá a oportunidade, querendo (eu espero que sim) de me responder.

A primeira conclusão que se tira deste documento, do pequenino, do tal das quarenta e poucas páginas, é que isto não é um plano estratégico, Sras. e Srs. Deputados, isto é em boa verdade, um plano de emergência. É o nome que este documento deve ter. É um verdadeiro plano de emergência.

Esta emergência, queiramos ou não, e por muito difícil que seja afirmá-lo, é o resultado de um trabalho feito pelo Governo Regional enquanto dono da companhia, que é como quem diz em nome de todos os açorianos e açorianas e

pelos sucessivos conselhos de gestão, incompetente, irresponsável e insustentável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Bem-vinda ao clube!

A Oradora: É a primeira conclusão que se tira deste documento.

Aliás, não é o BE que o diz, é o *slide* 11. O *slide* 11 (que nós aqui temos em papel, mas é o *slide* que lhe chamam) diz e cito: “É necessário alcançar um crescimento sólido e duradouro e pôr termo à atual insustentabilidade”.

Portanto, é mesmo o plano de emergência que diz que a situação da SATA é insustentável.

Ora, o que é que faz o Governo confrontado com esta situação de insustentabilidade reconhecida no documento?

Faz uma fuga para a frente. Qual é a fuga para a frente? É, em vez de reconhecer aquilo que aqui está escrito, preto no branco, em vez de permitir aos Deputados e às Deputadas desta Casa e portanto a todos os açorianos e açorianas que se compreenda como é que chegamos a esta situação, a decisão do Governo é branquear esta situação e agora vamos abrir as portas ao mercado puro e duro, venham as *low cost*, venham como vierem, venham pelo tempo que vierem, porque ninguém sabe quanto tempo é que as *low cost* ficam.

Qualquer uma das companhias que vem para aqui daqui a 6 meses ou 1 ano pode dizer: “O negócio não é rentável, nós vamos embora” ...

Deputado André Bradford (PS): E?... Quer obrigá-las a voar?

A Oradora: ... e temos uma SATA que neste momento é absolutamente insustentável.

Ou seja, segurança, responsabilidade e confiança da parte dos açorianos e açorianas na sua companhia e sobretudo no direito que têm à acessibilidade e à necessidade de rentabilizar e dinamizar a sua economia, a resposta é, zero, porque por um lado temos as *low cost* que são tudo menos dignas de confiança, como toda a gente sabe em qualquer parte do mundo, e do outro lado temos uma companhia pública que está a desfalecer, se é que já não está morta.

Segunda conclusão que se tira do documento: eu trouxe aliás dois dicionários, um de Inglês/Português, outro de Português/Português, porque é essencial para

os açorianos e açorianas terem acesso a estes dicionários quando lerem este plano de emergência.

Quando o plano de emergência fala em reestruturar (que aliás é um termo que vem do tempo do Eng.º Guterres e do Eng.º Sócrates) reestruturar não está no dicionário, mas nós temos que lhe acrescentar: reestruturar neste contexto quer dizer despedir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quando o Governo do PSD e do CDS na República fala de requalificar, vamos aqui ao dicionário, requalificar quer dizer uma quantidade de coisas, mas no vocabulário político quer dizer despedir.

Agora pegamos no dicionário de inglês, porque no plano de emergência da SATA e no vocabulário do Governo Regional, agora a redução do *headcount* médio do *back office*, quer dizer despedir.

Açorianos e a açorianas oiçam bem *headcount* médio do *back office*, quer dizer despedir!

É isto que a SATA para garantir o mínimo de sustentabilidade que tem vai consumir, está escrito, eu até digo qual é o *slide*, é no *slide* 17. Está tudo nos *slides*.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Na versão reduzida!

A Oradora: Ora bem, eu tenho aqui uma questão a levantar, é que o PS está a fazer nos Açores, exatamente o contrário daquilo que o seu líder nacional diz que vai fazer ao País, exatamente o mesmo que o Governo da República, está a fazer na República.

Os senhores têm que se entender.

Deputado Francisco César (PS): Os senhores têm que se entender!

A Oradora: Os senhores não podem vir para os Açores dizer que são contra a austeridade, contra a penalização dos trabalhadores, contra os despedimentos selvagens e quando forem Governo da República vão fazer tudo diferente e aqui que são Governo fazem exatamente igual ao Governo do PSD/CDS na República.

Mais um *slide* e mais um dicionário, diz e eu cito: “em 2017 haverá um reforço e diversificação de capital”: Fim de citação.

Tradução com o dicionário, privatização. Privatização. De que maneira? Como? Quanto por cento? A quem? Não.

A única coisa que o Governo Regional diz segundo a comunicação social, que tenho aqui, é que garante que não é a privatização.

Faça favor, Sr. Secretário Regional, então de pegar noutra dicionário, Português/Português, Inglês/Português, já não chega, é preciso um outro para explicar como é que o reforço e diversificação de capital não quer dizer privatização.

Chegados aqui, eu penso que só há duas conclusões a tirar: por um lado a absoluta incompetência, desnorte, irresponsabilidade do Governo Regional, das administrações da SATA, face àquilo que fizeram e que estão a fazer.

Os senhores estão reféns e com os senhores todo o povo açoriano, reféns. Das duas uma: ou da incompetência ou de interesses económicos obscuros que nós desconhecemos e que só os senhores é que conhecem. Estão absolutamente reféns e os senhores têm que esclarecer isso nesta Casa.

Uma coisa ou outra: ou é incompetência ou são interesses económicos. Quais e de quem?

Presidente: Sra. Deputada, o seu tempo está a terminar, agradeço que abrevie.

A Oradora: Vou terminar com as perguntas.

Muito obrigada, Sra. Presidente, vou já terminar.

Primeira pergunta direta para o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes: vai despedir ou não trabalhadores na SATA?

Se vai, quantos e quais?

Deputado André Bradford (PS): Os números de telefone!

A Oradora: Segunda pergunta: vai ou não vai privatizar a SATA? Se vai, como e quando?

Deputado Francisco César (PS): Não é o Governo, é a Assembleia!

A Oradora: Última pergunta: se é insustentável, se a SATA é neste momento insustentável, conforme o *slide 7* diz, quais foram os erros cometidos pelo

Governo e pelas sucessivas administrações para chegar a esta insustentabilidade?

Não basta dizer que é insustentável, os senhores têm que fazer uma autocrítica e dizer aos açorianos e açorianas onde é que erraram, o que é que fizeram mal, o que é que vão corrigir.

Finalmente, onde é que está a garantia da sustentabilidade económica, já não é da SATA, é da economia desta Região para todos os açorianos e açorianas com este plano de emergência e com a entrada das *low cost*?

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

O BE esgotou o seu tempo com esta intervenção.

Dou a gora a palavra ao Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e em relação a algumas das questões que foram aqui colocadas e levantados, acho que é importante nós desmitificarmos o que é um plano estratégico.

Plano estratégico, ao contrário do que foi aqui dito não é um plano de salvação. Define sim a linha, o rumo das organizações, num determinado espaço temporal.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Está a falar do Plano que conhecemos ou do plano que não queria que conhecêssemos?

O Orador: O importante aqui é haver uma clara conjugação de esforços, entre acionistas, gestão e trabalhadores no sentido de implementá-lo, de levá-lo a cabo com os objetivos claros.

Há aqui objetivos de várias ordens, há o objetivo do acionista e há os objetivos que são da ordem da gestão da empresa.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E há outro do Governo!

O Orador: Nós temos que nos habituar e saber separar as águas.

Em relação àquilo que foi aqui dito:

Só há um plano estratégico para a SATA, que foi o entregue e o apresentado aos Srs. Deputados.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Uma interpelação Sra. Presidente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Um protesto, Duarte!

O Orador: Quaisquer outros documentos que estejam a circular, são documentos de trabalho de dentro da companhia

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha vergonha!

O Orador: Os senhores deviam ter o recato, o bom senso, se tiveram acesso a eles, de não os divulgarem como têm estado aqui a fazê-lo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É gravíssimo o que o senhor está dizendo! Tenha vergonha!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há uma realidade para os senhores e há outra realidade!

O Orador: A SATA vive num ecossistema concorrencial.

A informação reservada que diz diretamente respeito à sua organização, à sua estrutura de negócio, deve ser mantida nesse âmbito, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso nem na Venezuela!

O Orador: ... porque nós não vemos a estratégia doutras empresas de âmbito privado, vir para a praça pública, porque o pior que podemos fazer, o pior serviço que todos nós podemos fazer é expor desta maneira a SATA ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Esse já está feito!

O Orador: ... e fazer com que abram o jogo e a estratégia que a empresa tem para vencer os desafios futuros.

Sr. Deputado Duarte Freitas, aquilo que o senhor fez aqui é de todo lamentável.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Eu assumo as minhas responsabilidades ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não assume é as consequências!

O Orador: ... para o bem e para o mal.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então seja conseqüente!

O Orador: Mas como assumo as minhas responsabilidades, também sei ter a humildade suficiente de perceber quando tenho alguma virtude no desenvolvimento de alguma ação, nos sucessos alcançados.

Nós já percebemos que o PSD nem uma coisa, nem outra: ...

Deputado Berto Messias (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: ... nem é capaz de assumir a sua responsabilidade, nem é capaz de ter a humildade de perceber quando o trabalho é desenvolvido pelos outros.

Aquilo que está em causa não é a política, aquilo que está em causa é a vida dos açorianos e é a vida dos trabalhadores da SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que os senhores não podiam esconder o que esconderam!

O Orador: É com eles que devemos trabalhar, é para eles que devemos trabalhar.

V. Exa. acusou o Presidente do Governo de uma forma inqualificável.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado faz acusações gravíssimas que deve parar para pensar naquilo que disse.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que o senhor fez aqui é de todo lamentável, é utilizar a SATA como uma arma de arremesso para a sua guerra e para a sua artimanha política que usa diariamente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tenha vergonha!

O Orador: Nós queremos ter uma política de acessibilidades onde a SATA se insere ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ao que isto chegou!

O Orador: ... e este plano estratégico responde claramente a todos os pontos que são necessários para que a SATA contribua de uma forma clara, determinante, para a coesão económica e social da Região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Este plano, Sra. Deputada, eu sei que lhe custa porque aquilo que a senhora queria era que o plano apontasse para despedimentos. Era uma boa arma de arremesso, mas não aponta.

Deputada Zuraída Soares (BE): Então explique Sr. Secretário!

O Orador: Este plano foi feito numa perspetiva de não haver despedimentos nem individuais, nem coletivos.

As reduções que existirão foram devidamente explicadas, advêm da redução da frota e serão feitas com recurso a reformas, reformas antecipadas ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Quantas?

O Orador: ... e fim de contratos a termo. É isso que está previsto no plano estratégico.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quantas pessoas?

O Orador: O que foi tornado público são cerca de 50 pessoas que haverá em termos de redução por via da renovação da frota, porque passa de 4 aviões de longo curso, para dois aviões de longo curso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Aí é que está!

O Orador: O Sr. Deputado Duarte Freitas, tem aqui o deslante que demonstra bem a sua impreparação para estas matérias.

Oh, Sr. Deputado, o Sr. Deputado acha que a SATA poderia ter acesso às novas condições das Obrigações de Serviço Público, antes do concurso público internacional ser lançado?

O Sr. Deputado acha que isso é que é a transparência?

Deputado Luís Maurício (PSD): Transparência é esconder o que os senhores esconderam!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores sabem o que é transparência?

O Orador: Acha que esse era o caminho que o Governo devia seguir?

Acha que esse era o caminho que a própria SATA devia seguir?

Sr. Deputado, não é esse o caminho que nós seguimos.

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados ...

O Orador: Em relação à dívida do Governo ela foi assumida. O Governo dos Açores deve à SATA, 40 milhões de euros.

Deputado Luís Maurício (PSD): São 77, não são 40!

O Orador: É a dívida que existe neste momento.

O Governo dos Açores deve 40 milhões de euros e existem mais 3 milhões de euros que estão em análise por via de pedido de reequilíbrio financeiro, que advém da SATA fazer cerca de mais 10% dos voos do que aqueles que estão previstos nas Obrigações de Serviço Público.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então o carrasco da SATA é o Governo Regional!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, não há qualquer intenção do Governo de privatizar a SATA.

Aquilo que está no plano estratégico da companhia prevê o equilíbrio operacional da companhia, para depois, como todos nós sabemos, a União Europeia permitir uma intervenção ao nível de recapitalização das empresas.

Sem termos a empresa estabilizada em termos operacionais, essa recapitalização não serviria para nada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então diga isso àquele Sr. Secretário-Geral de Lisboa!

O Orador: Portanto, há que estabilizar a companhia e depois sim, se necessário, fazer os reforços de capital que daí advierem.

A insustentabilidade tem várias razões.

Sra. Deputada, se me disser assim, durante a vida da SATA não houve opções erradas? Claro que houve, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Com certeza! Mas diga quais foram!

O Orador: ... mas só não erra, quem não decide.

Isto faz parte da vida.

Agora, há outros fatores que influenciaram para a insustentabilidade, nomeadamente a crise económica que se abateu sobre a Europa...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da Europa? Dos Açores! A Europa está a crescer!

O Orador: ... que todos nós sabemos que afetou sobremaneira as companhias aéreas.

As dificuldades aéreas foram mais do que patentes, o que também se vê traduzido no surgimento de oportunidades de negócio noutras áreas no setor da aviação comercial.

Sras. e Srs. Deputados:

Temos que ser sérios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sérios?

Deputado Luís Maurício (PSD): Sobretudo sério, Sr. Secretário!

O Orador: Temos que ser responsáveis por aquilo que dizemos e não devemos utilizar uma empresa que tem uma importância estratégica para a Região, como uma arma de arremesso político ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja sério!

O Orador: ... para se tentar atirar areia para os olhos dos açorianos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja sério e transparente, Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Duarte Freitas, pediu a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Às declarações do Sr. Secretário Regional que disse que eu teria utilizado a SATA Air Açores como uma arma de arremesso político.

Presidente: Tem a palavra para um protesto.

Dispõe de três minutos.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passou-se aqui hoje, na minha opinião, um dos mais lamentáveis casos do nosso parlamentarismo democrático nos Açores.

A este Parlamento foi deliberadamente ocultada informação relevante sobre uma das mais importantes empresas regionais.

Presidente: Sr. Deputado, tem que limitar-se ao protesto.

O Orador: Isto é inadmissível, Sra. Presidente e acho que a Sra. Presidente, a senhora mesmo, devia em nome desta Casa saber por que é que os Deputados foram enganados desta forma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Eu acho que lhe ficava também muito bem saber isto, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Deixem-me continuar a dizer o seguinte: aquilo que fizemos aqui foi, com elevada responsabilidade política e cívica, levar a verdade às açorianas e aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A verdade que os senhores quiseram esconder, para esconder a sua incompetência, a sua impreparação, a sua demagogia, que levaram uma das joias da coroa da economia dos Açores, a um período difícilíssimo da sua existência.

Deputado Bruno Belo (PSD): Desonestidade!

O Orador: Os principais responsáveis por isso têm nome: Vasco Cordeiro e Vítor Fraga. Por muito que não queiram, têm nome. A sua impreparação, a sua incompetência, usar a SATA de uma forma indevida e não ao serviço dos açorianos, levou a pôr-se em causa esta empresa.

Sr. Secretário Regional, eu fiquei até admirado do senhor intervir.

Depois da denúncia que foi aqui feita, depois da verdade que foi para cima da mesa, depois de todos os açorianos verem que o senhor e o seu Governo enganaram os açorianos, eu até pensava que o senhor já não ia falar mais como Secretário Regional.

Deputada Judite Parreira (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, não. O senhor insistiu e ainda fala em ser sério, Sr. Secretário Regional! Pelo amor de Deus!

Presidente: Sr. Deputado ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso é um protesto?

O Orador: Sra. Secretária da Presidência, vou só ler-lhe ...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... aquilo que diz na página 8 do documento ...

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, não lhe posso permitir...

O Orador: Termino já. O meu protesto foi para provar ...

Presidente: Sr. Deputado ...

Sras. e Srs. Deputados ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, apelo à vossa serenidade.

A Mesa está cá para gerir os trabalhos. Sr. Deputado Duarte Freitas, eu já lhe dei tolerância no seu protesto, mas agradeço que se limite ao protesto relativamente às declarações que o Sr. Secretário proferiu e não à sua argumentação.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Secretário Regional como diz que a SATA foi feita e usada como arma de arremesso, eu estou aqui a comprovar que não teve nada a ver com isso, antes pelo contrário, foi o elevado sentido cívico e de responsabilidade da verdade que aqui trouxe na defesa também desta Casa que foi maltratada e enganada pelo Governo Regional.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto só a terminar, digo, no cronograma indicativo de validação, aprovação, apresentação e execução do *Business Plan*, no documento estritamente confidencial diz o seguinte, em novembro: ...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente....

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: “Aprovação por parte do acionista único, Governo Regional”, do tal documento estritamente confidencial.

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: Em dezembro apresentação ...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... da versão resumida ...

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas ...

O Orador: ... na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... e aos parceiros sociais.

Janeiro, início de execução.

Sra. Secretária da Presidência ...

Presidente: Sr. Deputado ...

O Orador: ... era bom que pensasse ...

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas ...

O Orador: ... e tirasse as devidas ilações.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, não posso deixar de fazer-lhe esta advertência de que para além do uso da figura regimental, nem poderia ter-se dirigido à Sra. Secretária ...

Deputado Berto Messias (PS): Tem que cumprir as regras!

Presidente: ... e também lamento que não tenha pelo menos ouvido as minhas palavras quando lhe pedi para efetivamente ter atenção em relação a esta matéria.

Deputado José Ávila (PS): Já é costume!

Presidente: Sr. Secretário Regional, pergunto se quer usar da palavra para contraprotesto.

Tem dois minutos, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu reitero aquilo que disse.

O PSD utiliza a SATA como arma de arremesso.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Seja sério, Sr. Secretário!

O Orador: O PSD foi o partido que mais destruiu a SATA na sua história!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Oh Srs. Deputados, os senhores não se recordam, os senhores provavelmente não se recordam, do programa de reformas que foi introduzido pela Dra. Berta Cabral, na SATA que descapitalizou, em termos humanos, a companhia, que ainda hoje tem reflexos.

Os senhores não se recordam disso, mas eu lembro-me.

Presidente: Sr. Secretário Regional...

O Orador: É da vossa responsabilidade ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Aquilo que foi aqui dito, eu reitero: existe um único plano estratégico para a SATA. Foi o plano estratégico que foi apresentado às Sras. e aos Srs. Deputados, na Comissão de Economia.

Se existem outros documentos internos, ...

Deputado Luís Rendeiro (PS): Ah! Se! Se...

O Orador: ... naturalmente não de existir, porque um plano estratégico não se faz sem haver muito trabalho prévio para que ele se concretize.

O plano estratégico da SATA é um e é aquele que as Sras. e os Srs. Deputados têm conhecimento.

Deputado Luís Maurício (PSD): Com direito a filarmónica e tudo!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só falta apresentar a sua demissão!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós vínhamos a este debate para discutir ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Finanças?

O Orador: ... transportes, transportes aéreos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: ... pelo que percebi alguma coisa de transportes marítimos, e começamos a nossa discussão por uma discussão que me parece compreensível, que está relacionada com as novas Obrigações de Serviço Público.

O que nós verificamos da discussão que tivemos foi que as premissas que estiveram como base nas afirmações do PS e do Governo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estão erradas?

O Orador: ... sobre a melhoria de acessibilidades para os residentes, para aqueles que nos visitam, podem estar garantidas pelo documento que foi distribuído.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estão!

O Orador: Nós conseguimos fazer um equilíbrio, foi algo que sempre defendemos de conseguir trazer mais companhias aéreas, mais diversificação

turística, mas mantendo o compromisso que os residentes nunca fossem prejudicados.

E apesar da versão a que chegámos, ter sido uma versão negociável, um pouco diferente da primeira versão, esta é a versão a que nós conseguimos evoluir e conseguimos trabalhar com o Governo da República.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não se enterrem mais!

O Orador: Por isso merece uma consideração da parte do PS o trabalho que foi feito pelo Governo Açores, nomeadamente pelo Secretário Regional do Turismo e Transporte, como também merece um louvor o trabalho que foi feito pelo Governo da República do PSD e do CDS.

Por isso muito estranho a divisão que foi feita e pelo papel que assume o CDS nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga?

O Orador: O CDS assume, por um lado, um papel de ter conseguido resolver parte do problema ou desbloquear parte do problema, junto do Governo da República com o seu Ministro, mas quando há algumas coisas com que não está de acordo, põe-se do outro lado e diz: “Não tenho nada a ver com Governo da República e sou contra o modelo!”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! O senhor está a mentir!

O Orador: Não, Sr. Deputado, não estou a mentir, estou a dar a minha opinião, pode não concordar com ela.

Aquilo que nós verificamos é que tanto num caso ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério nas suas afirmações!

O Orador: Sr. Deputado, eu estou a tentar ser sério, agora se o Sr. Deputado não me interromper, pode ser que compreenda tudo o que eu estou a dizer.

... como no outro, quer as acessibilidades, quer a garantia dos residentes para um modelo que seja mais eficiente, estão garantidos.

Este modelo pode ser resumido a três ou quatro questões: mais acessibilidades, tarifas mais baratas, a capacidade de nós termos os Açores promovidos como um destino único ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é tudo mentira!

O Orador: ... ou seja quer os residentes, quer os turistas podem ter a garantia de que independentemente da ilha ou que saem ou que escolhem, o preço é exatamente o mesmo.

Portanto, eu penso que a discussão que tivemos permite-nos chegar a esta conclusão.

A segunda questão que nos foi colocada aqui, tem a ver com o plano de desenvolvimento estratégico da companhia aérea.

Nós tivemos, na passada semana, uma discussão sobre o plano de desenvolvimento estratégico da companhia.

Permitam-me que vos diga que a discussão sobre o plano estratégico da companhia, o plano de desenvolvimento estratégico, ou que plano é que estaríamos a discutir, não é a primeira vez que é, digamos, levada à opinião, ou que é levantado o problema de qual é o plano que nós estamos a discutir.

Durante a Comissão Permanente de Economia, o Deputado Jorge Macedo, levantou perante a Comissão a possibilidade de existir um segundo documento que fosse o plano de desenvolvimento estratégico.

Deputado João Bruto da Costa (CDS-PP): Foi na apresentação do documento aos Deputados do PS nas jornadas parlamentares!

O Orador: Nesta reunião foi perguntado quer ao Presidente da Comissão, quer ao Sr. Secretário Regional e ao Presidente do Conselho de Administração da companhia aérea, se o plano que tinha sido entregue era ou não era o plano de desenvolvimento estratégico da companhia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que o plano apareceu nas mãos do PSD?!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É um documento interno!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se é um documento interno, então mande averiguar junto do Presidente do Conselho de Administração!

O Orador: A resposta dada então pelo Sr. Secretário ...

Oh Sra. Presidente, eu estou a tentar fazer a minha intervenção, mas parece que há uma intervenção concorrente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não há nada! Há apartes regimentais!

Presidente: Faça o favor de continuar Sr. Deputado.

O Orador: A resposta dada então pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes e pelo Presidente do Conselho de Administração foi que este plano é que era o plano de desenvolvimento estratégico, sem prejuízo de *drafts* que possam ter sido realizadas para discussão interna da companhia aérea que pudessem existir...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Página 8!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Página 8?

O Orador: ... sendo que esses *drafts*...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Página 8 do documento grande!

Presidente: Srs. Deputados, nós desta forma não conseguiremos concluir este debate.

Eu apelo a todos, para que o Sr. Deputado Francisco César possa concluir.

O Orador: ... sendo que esses documentos de discussão interna, realizados pela SATA, não eram reconhecidos nem pelo Governo Regional, nem pelo Presidente do Conselho de Administração, como documentos válidos para serem reconhecidos como plano de desenvolvimento estratégico.

Aliás, basta verificar a incongruência que há entre o documento apresentado pelo Deputado do PSD, Duarte Freitas e o documento que é apresentado pelo Governo e pelo Presidente do Conselho de Administração da SATA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O documento diz que isto é uma versão resumida!

O Orador: Basta ver a diferença.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Página 8 do documento grande!

O Orador: É muito simples: reparemos a questão da dívida do Governo da República e do Governo Regional à SATA.

O Presidente do Conselho de Administração da SATA e o Secretário Regional do Turismo, dizem que o valor que tem a haver a SATA em relação a entidades públicas, monta a 63 milhões de euros; e o documento que o Deputado Duarte Freitas tem na mão, tem um valor totalmente diferente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parece que o documento é nosso!

O Orador: Quem assume o valor de 63 milhões de euros é o Presidente do Conselho de Administração da SATA e o Secretário Regional do Turismo.

O documento de discussão que nós nem sabemos qual das versões é porque pode ter havido, uma, duas ou três versões, tem um valor substancialmente diferente.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Por isso importa aqui saber: quanto é que o Governo Regional deve à SATA? 40 milhões de euros, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Acha pouco?

O Orador: ... reconhecidos pelo Presidente do Conselho de Administração, aliás como já tinha dito na Comissão de Economia aquando da discussão do Relatório e Contas da companhia, e afirmado pelo Sr. Secretário Regional, tendo em conta o que está certificado e o que ainda falta certificar.

Três milhões de custos financeiros, três milhões de reequilíbrio. Resta saber quanto é que falta ao Governo da República pagar à companhia aérea. Pelas minhas contas dá cerca de 17,6 milhões de euros.

Deputado Luís Maurício (PSD): Os senhores baralham os números! Esconderam o documento! Isso é que é a verdade!

O Orador: Portanto, estes são os valores que são reconhecidos e que serão tidos em conta para o plano de desenvolvimento estratégico da companhia aérea.

Mas, Sr. Deputado Duarte Freitas, eu conheço-lhe inúmeras virtudes, inúmeras capacidades, percebo que o senhor não tenha diretamente responsabilidade por aquilo que o seu partido fez no passado à companhia aérea, reconheço-lhe a virtude de ser alguém que trabalha, muitas vezes até consegue trabalhar tão rápido que consegue reunir com Senadores que morreram no dia antes, recomendo-lhe essas capacidades.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Tem razão!

O Orador: Recomeço-lhe essa capacidade.

Mas, Sr. Deputado, há limites e há escrúpulos, que o Sr. Deputado deve ter em política.

A SATA é, provavelmente, o instrumento mais importante que nós temos nos Açores para o desenvolvimento estratégico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então não andassem a brincar com ela!

O Orador: O PS tem orgulho nisto, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Em ter destruído a SATA!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Então vão despedir este Secretário!

O Orador: ... porque foi o PS que criou a SATA Internacional, que lhe deu dimensão e que fizeram cumprir um determinado propósito: servir os açorianos, dar novas acessibilidades. E nós temos essa capacidade de criar, reformar quando é necessário reformar e resolver os problemas quando a circunstância, ou mesmo erros que nós possamos ter cometido, são causa para problemas.

Nós temos essa capacidade de assumir e de resolver os problemas.

Nós comprometemo-nos a resolver os problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se não fosse o senhor a dizê-lo, ninguém o dizia!

O Orador: Mas eu peço-lhe um favor, Sr. Deputado: venha aqui discutir se a estratégia que está a ser seguida no plano de desenvolvimento estratégico, é ou não é a mais correta?

Venha aqui discutir se o caminho que nós estamos a fazer nas Obrigações de Serviço Público, é ou não é o mais correto?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: A gente não o conhece!

O Orador: Mas, Sr. Deputado, não venha aqui discutir se a culpa é do Governo Regional ou não é do Governo Regional ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não, não! A culpa é sempre do Governo da República

Inverta isso que bate certo!

O Orador: ... porque nós já sabemos a conclusão a que sempre chega: para o senhor a culpa é sempre do Governo Regional quando há um problema e quando por acaso há alguma coisa que corre bem, o Sr. Deputado vai a correr à Madeira e diz: “Não. Quando esta coisa corre bem, fui eu que fui negociar com o Governo da República”.

Sr. Deputado, isto não lhe fica bem e o senhor merece honrar o património histórico do seu partido, que é um património que deve ser reconhecido.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado,

Sr. Deputado Artur Lima era para uma interpelação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma intervenção! Mas estou inscrito?

Presidente: Está inscrito sim. É o primeiro da parte da tarde.

Sendo assim eu pedia ao Sr. Secretário da Mesa o favor de informar os tempos restantes.

Secretário: Governo Regional – 15 minutos;

PS – 13 minutos e 30 segundos;

PSD – 9 minutos e 20 segundos;

CDS – 18 minutos;

BE – já não tem tempo;

PCP – 7 minutos e 10 segundos;

PPM – 10 minutos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos.

Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 07 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 17 minutos.

Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estava inscrito, mas é para uma interpelação, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para anunciar à câmara que vou fazer chegar à Mesa, o pedido de um debate de urgência sobre a SATA.

Portanto, vai ser imediatamente entregue na Mesa.

Deputado Berto Messias (PS): Mas é amanhã ou é para quinta-feira?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A Sra. Presidente é que agenda!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Ficaremos então a aguardar a entrega do documento.

De qualquer forma Sr. Deputado, continuamos consigo porque está inscrito e tem a palavra agora.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu queria centrar o debate naquilo que é verdadeiramente importante. Importante, neste momento, é o novo modelo de serviço público que se quer para os Açores.

Como nós dissemos, desde sempre, a primeira pergunta que eu faço ao Sr. Secretário, que não me respondeu é, aqui nas novas e nas antigas, no documento novo e no documento velho, fala no subsídio social de mobilidade.

Eu quero saber, Sr. Secretário, se o subsídio social de mobilidade se aplica aos turistas? Se os turistas têm subsídio social de mobilidade? E como é que chegando a uma ilha, numa companhia *low cost*, tem possibilidade de ir para outra ilha e se esse reencaminhamento é subsidiado?

Mais, Sr. Secretário:

Se corresponde à verdade aquilo que foi anunciado numa estação de rádio, que “O Governo Regional assumirá o encargo com reencaminhamento de turistas para as ilhas”. É que estamos aqui a brincar com coisas muito sérias.

Portanto, exijo uma resposta correta, clara a esse assunto.

Depois, Sr. Secretário, nós estamos aqui perante algumas coisas que me parecem muito complicadas.

O Sr. Secretário não fundamentou qual o estudo em que se fundamentaram, quer o Governo Regional, quer o Governo da República, para liberalizarem a rota da Terceira. Que dados os senhores têm? E até que dados os senhores têm para liberalizarem a rota de Lisboa/Ponta Delgada, Porto/Ponta Delgada e Terceira?

Onde está esse estudo e onde é que foi fundamentado, Sr. Secretário?

O que é curioso é que no primeiro documento que os senhores tinham, admitiam apenas e só, e isto é a prova do modelo inteligente do Deputado Jorge Macedo, que o modelo não é inteligente, que nós somos uma região arquipelágica, que este é um modelo errado: é um modelo errado porque não bate com as 5 *Gateways* que o PS criou; é um modelo errado porque os Açores não têm volume de passageiros para essas *Gateways* e não tem volume de passageiros para cinco ou seis companhias; é um modelo errado porque é para favorecer interesses privados e económicos, sabe-se lá de quem. Mas o Sr. Deputado Jorge Macedo há de saber de quem é e o Governo também há de saber de quem é.

Vou dizer-lhe mais. Dizia Duarte Ponte: “Será que estas *Gateways*, permitem a existência simultânea de mais de três companhias aéreas a explorar este mercado?”. Perguntava o Secretário da Economia.

Sr. Secretário, o que é que o senhor diz hoje em dia? Permite? E por que é que o senhor alterou? Nós em setembro dissemos que não tinham capacidade, que era duvidoso que a rota de Ponta Delgada fosse apetecível para quatro ou cinco companhias, e os senhores: “Não. Tem movimento. Vai chegar montes de turistas. Vai vir muita gente!”.

Então se vem muita gente, se vai aumentar o fluxo de passageiros, por que é que o senhor vai alienar um avião da frota da Air Açores, Sr. Secretário?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*): Não é verdade!

Deputado Francisco César (*PS*): Não vai alienar!

O Orador: Mais, Sr. Secretário, explique-me lá porque é que agora no documento inicial apenas se previa a possibilidade (da rota Ponta Delgada/Porto, Terceira/Porto) de se aplicar OSP (a possibilidade) e no documento agora, o último de dezembro, o senhor já admite ou o Governo da República admite, ou o Sr. Sérgio Monteiro admite, Sr. Secretário Estado, ou quem quer que seja, que já se pode aplicar Obrigações de Serviço Público, a todas as rotas, inclusivamente Ponta Delgada/Lisboa, Lisboa/Ponta Delgada e Terceira/Lisboa, Lisboa/Terceira.

Portanto, o senhor explique como é que se foi para uma aventura destas, Sr. Secretário. Isso é uma aventura que os senhores estão a fazer; é experimentalismo com os açorianos; é experimentalismo com o nosso dinheiro, Sr. Secretário; é experimentalismo para financiar turistas. Foi o que os senhores andaram a fazer. É experimentalismo para termos passagens caríssimas nos Açores, para andarem a financiar os outros para virem aos Açores, Sr. Secretário.

Isso é inadmissível para um açoriano que tem que deslocar-se, Sr. Secretário. É inadmissível, quanto a um passageiro (isto é absolutamente grotesco, absolutamente inimaginável, que não se pode aceitar, quantos milhões) na rota Ponta Delgada/Horta, a SATA receba 250€ por esse passageiro, para ir nessa viagem, Sr. Secretário! Isso é absolutamente inaceitável que tenha que se pagar isso do nosso erário público e o dinheiro que a SATA recebe, Sr. Secretário.

Deputado Francisco César (*PS*): Mas depois não tem reembolso!

O Orador: Portanto o senhor explique, se faz favor, todas estas questões que lhe coloquei e se Bruxelas aceita que se financie o reencaminhamento de turistas nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem a palavra.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Prescindo.

Presidente: Sendo assim, passo a palavra ao Sr. Deputado Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP trouxe a este Plenário um debate de urgência sobre acessibilidades e transportes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma interpelação!

O Orador: Uma interpelação, peço desculpa.

O Sr. Deputado Artur Lima iniciou a sua intervenção sobre matérias que preocupam os açorianos em geral e terminou também, muito bem, a sua intervenção fazendo uma observação à importância das acessibilidades num arquipélago como o nosso.

Pelo meio, apresentou um conjunto de dúvidas e de preocupações que são perfeitamente legítimas e que é normal que num período de mudanças, e grandes mudanças se avizinham nos Açores, existam algumas dúvidas.

Por essa medida o Governo Regional, e muito bem, tem esclarecido aquelas que são as dúvidas que têm aparecido em relação às perguntas e às questões colocadas pelo Sr. Deputado do CDS-PP.

Contudo, nós assistimos a uma intervenção de tribuna do líder do PSD e pensava eu que o PSD sobre acessibilidades e transporte iria apresentar aqui matéria de reflexão daquilo que são as ideias do PSD para os Açores, para as açorianas e para os açorianos.

Mas não.

Eu ouvi o Líder do PSD a fazer uma intervenção, em que se baseava sobretudo em citações de um documento que foi descoberto, não sei onde.

Ou seja, o Líder do PSD sobre acessibilidades e transporte, sobre a política de acessibilidades e transportes que o PSD tem para os Açores, nada disse, ...

Deputado André Bradford (PS): Prescinde!

O Orador: ... limitou-se a fazer citações e quando chega a altura de virmos a debate e debatermos as acessibilidades e os transportes, o PSD resume-se a

fazer essa intervenção e quando chega a altura do debate o Líder do PSD prescinde do debate porque o PSD não tem nada para dizer sobre esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Srs. Deputados, um documento também que aqui foi trazido a debate, e trazido a debate pelo PSD e que na semana passada foi apresentado na Comissão de Economia, porque quando se fala de acessibilidades e transportes para uma região arquipelágica como a nossa, é óbvio que temos que falar de transportes aéreos e transportes marítimos.

Sobre transportes marítimos pouco ou nada o PSD nos disse. Falou sobre o plano de reestruturação da SATA.

Mas, Sr. Deputado, sobre esse plano eu até gostaria de ouvir a opinião do PSD. Qual é a política do PSD para a SATA Açores? Qual é a política do PSD para a SATA Internacional?

O senhor não disse nada.

Deputado Miguel Costa (PS): Não há!

O Orador: Um plano é constituído por um conjunto de medidas, de meios que têm objetivos.

A administração da SATA apresentou, a devido tempo, o Plano sobre a reestruturação da SATA. Porquê? Porque o Governo Regional dos Açores, há uns meses atrás, anunciou nesta Casa que iria dar instruções à administração da SATA para que assim o fosse.

Por que é que assim o é? Porque nós estamos a viver um tempo de mudança nos Açores ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... um tempo que tem a ver com as novas Obrigações de Serviço Público, em que a SATA tem novos desafios para além daqueles que já prestou aos açorianos ao longo destes anos, em que a SATA ao longo dos anos e dos mandatos do Governo do PS, foi criada também a SATA Internacional para

servir os Açores e os açorianos e agora que novos desafios temos pela frente, o Governo deu instruções para que esse plano fosse apresentado.

Esse plano é constituído por meios, por objetivos, por medidas.

O PSD sobre as medidas que o plano aponta disse, zero!

Sobre os meios, zero!

Sobre os objetivos, zero!

O PSD não tem nada para dizer sobre acessibilidades de transportes, não tem nada para dizer sobre a SATA, a não ser discutir o número de páginas do documento e isso não é relevante para aqui para o nosso debate.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao debate. Julguei que estava doente!

Liberalização da linha do Corvo!

O Orador: O PPM em relação a esta matéria, em matéria dos transportes aéreos e das ligações, ao longo destes anos tem defendido alterações em relação ao regime vigente.

Era o tempo em que o PS e o Governo Regional da época continuavam a insistir num modelo que não funcionava. Um modelo em que as passagens aéreas eram caríssimas, inacessíveis para uma parte significativa da população e no modelo que não conseguia, apesar dos investimentos enormes que foram realizados pela administração regional ao longo destes anos para fazer crescer o setor do turismo, o que nós constatámos é que com estes preços não era possível fazer crescer significativamente o setor.

Ao longo de todos estes anos o PS insistiu nesse modelo.

Finalmente, nos últimos dois anos alterou a sua posição.

A posição do PPM foi a de defender a liberalização de algumas rotas.

É evidente que isso tem que ser feito em situações de contexto, que proteja a existência da SATA e que também possibilite que o modelo tenha verdadeiramente uma cobertura regional e que não beneficie apenas uma ilha, ou duas ou três ilhas da Região.

Deputado Francisco César (PS): Beneficia os açorianos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Neste momento não beneficia ninguém!

O Orador: O que nós sempre defendemos foi que o modelo que viesse a ser implementado fosse um modelo que tivesse um guarda-chuva regional e que beneficiasse integralmente todas as ilhas.

Devo dizer que da nossa parte nós mantemos a nossa perspetiva de que é necessário agora implementar um modelo que funcione e continuamos a defender a liberalização das rotas.

O que nós consideramos é que agora também cabe ao Governo Regional implementar as estratégias ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fundamentado em quê?

O Orador: ... que permitam que de facto não exista uma desigualdade regional. Eu, por exemplo, vou dizer-vos o que é que preocupa os meus eleitores (nós estamos aqui como representantes do povo e devemos trazer aqui aquelas questões que as pessoas nos colocam) as pessoas estão preocupadas com o seguinte e o que me perguntam na Ilha do Corvo é o seguinte: atualmente nós temos três ligações aéreas...

Deputado Francisco César (PS): Três ligações aéreas?

O Orador: ... ao continente, por semana, que permitem ir a Lisboa, que permitem que, por exemplo, se inicie a viagem em Lisboa para a Ilha do Corvo e que se consiga chegar nesse próprio dia (à segunda-feira, à quarta-feira e à sexta-feira).

A mesma coisa em relação a quem viaja do Corvo para Lisboa, consegue concretizar esta ligação, no mesmo dia, à segunda-feira e à sexta-feira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor só se preocupa com os corvinos!

O Orador: Preocupo-me com todas as ilhas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... mas também temos que nos preocupar com as ilhas mais periféricas, essas têm menos defensores.

Portanto, há aqui algo que os preocupa que é: no novo modelo vai existir uma articulação em relação às rotas que estão liberalizadas e aos percursos inter-ilhas, de forma a que as pessoas consigam viajar para Lisboa no próprio dia. Porque uma coisa é nós defendermos aqui e a população já interiorizou que não pagará mais que 134€, mas é importante que a esses 134€ nunca se junte a despesa suplementar de uma estadia, de uma dormida num outro local, o que faz aumentar imediatamente o preço.

Portanto, esta é a preocupação. Estou convencido que é a preocupação no Corvo mas é a preocupação, com certeza, nas Flores, na Graciosa e nas outras ilhas.

Esta é uma questão, para mim, fundamental: assegurar que as acessibilidades não serão diminuídas e não serão afetadas.

O Governo Regional também já aqui referenciou outra questão que preocupa as pessoas, que é o desfasamento entre os preços, entre o teto dos 134€ e a despesa que hoje as pessoas têm quando viajam entre as diversas ilhas da Região. É necessário baixar as tarifas.

O Governo aqui já disse que o vai fazer, mas eu penso que isto é muito pouco preciso. Baixar pode ser um euro, dois euros, três euros, 2%, 3%, 4%. O que interessa é que o Governo aqui consiga quantificar qual é o seu propósito, qual é o seu objetivo. Essa é a questão que lhe deixo.

Depois quero referenciar, em terceiro lugar, a questão da informação e da relação institucional entre o Governo e o Parlamento.

Eu considero que é fundamental que exista da parte do Governo, sentido de Estado e que exista absoluta neutralidade em relação às diversas forças parlamentares.

Não é possível, não é aceitável que o Governo tenha documentos na sua posse e não os divulgue, por muito negativos que sejam os números, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esqueci-me desse pormenor!

O Orador: ... mas hoje em dia as pessoas já não aceitam políticas do séc. XIX, tratados secretos, cláusulas secretas. Hoje em dia as pessoas reivindicam toda a informação.

As pessoas querem saber a verdade e é a partir da verdade e da absoluta transparência que depois nós podemos analisar um plano estratégico para a SATA, ...

Deputado Francisco César (PS): Nós não podemos organizar um plano estratégico para a SATA!

O Orador: ... mas sem esconder os números e sem os martelar, escondendo o que é pior, para afastar os fantasmas, os investidores. Eu penso que aqui, do ponto de vista político os senhores ficam sempre com este fantasma e com esta acusação muito objetiva que é também a acusação que o PPM faz, claramente.

Os dados que aqui foram avançados pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, são dados preocupantes do ponto de vista económico, são responsabilidades que o Governo Regional tem de assumir em relação à gestão da SATA e eu saio absolutamente convencido deste debate que os senhores quiseram esconder esses dados e quiseram fugir dessas responsabilidades. Isso não é aceitável.

Portanto, o que eu considero que tem que existir é sentido de Estado e toda a informação deve ser disponibilizada aos Deputados, com certeza, e também à população açoriana na generalidade.

Há outro episódio, logo no início do debate.

O Sr. Deputado Aníbal Pires referenciou que o Grupo Parlamentar do PS tinha um documento que nós não tínhamos. Como se veio a verificar o Sr. Deputado Aníbal Pires tinha razão, esse documento já estava na posse de alguns Deputados e não estava na posse dos Deputados da oposição.

Ora, é evidente que tem que existir sentido de Estado, tem que existir da parte do Governo o cuidado de não disponibilizar nada a um partido, sem disponibilizar ao conjunto dos partidos que aqui estão representados.

Deputado Rogério Veiros (PS): Não ia disponibilizar um documento que não tinha!

O Orador: É evidente que é uma má prática, e é evidente também que isto significa que estão a transmitir dados e está a privilegiar-se um determinado partido, por ser o partido que apoia o Governo. Não tem nenhum privilégio estatutário ou constitucional especial. Não! Os Deputados do PS têm exatamente os mesmos direitos e os mesmos deveres que os Deputados da generalidade da oposição e portanto não há qualquer tipo de direito e não é justificável o Governo fazer isto, aliás considero que é um escândalo que o façam.

Devo dizer, para terminar esta minha primeira intervenção, que nós evidentemente não estamos ainda em condições de dar a nossa opinião sobre o modelo que se está a montar, porque para já não temos toda a informação.

Vou ter agora oportunidade de ler o documento que o PSD vai distribuir e analisar aqueles dados...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem nada a ver com isto!

O Orador: ... e depois falta um outro documento que é absolutamente fundamental que é em relação ao serviço inter-ilhas. Este é um dado absolutamente fundamental ...

Deputado André Bradford (PS): Mas ainda não há Obrigações de Serviço Público novas!

O Orador: ... e que tendo o conhecimento daquilo que está a ser estruturado, então aí nós temos uma perspetiva global daquilo que vamos fazer e no sentido da operação aérea que vamos montar e também dos resultados que é possível obter.

Eu estou absolutamente convencido, e quero terminar com esta afirmação, que este modelo vai permitir o crescimento do turismo nos Açores e o crescimento económico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que favorece o turismo nos Açores? Como?

O Orador: Considero que é fundamental e ao mesmo tempo acreditando, firmemente nisto, considero que ainda faltam definir alguns passos e que esses

passos, nomeadamente, estão nas ligações inter-ilhas e nas tarifas que vão ser estabelecidas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como é que favorece o turismo nos Açores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

(*) **Deputado Aníbal Piros (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, uma das questões que lhe queria colocar tem a ver com uma ação já prevista para o ano de 2016 e que tem a ver com a renegociação e/ou suspensão do acordo de empresa e lembrar o seguinte: todos nós sabemos, até porque são dados que estão divulgados, os custos com o trabalho no Grupo SATA não são problema, aliás quando comparados com TAP, Ryanair e Easyjet, apenas para me servir destes exemplos, os custos com o trabalho na SATA são os mais baixos.

Portanto, a questão que se coloca aqui enquanto a renegociação do acordo de empresa, é aceitável, até porque de tempos a tempos, ciclicamente, renegoceiam-se os acordos de empresa.

Agora, a suspensão, Sr. Secretário, só pode ser de facto resultado de uma clara opção ideológica, isto é, tentar, uma vez mais, colocar o ónus da questão em cima dos trabalhadores.

Sabe também V. Exa., assim como todos nós sabemos, que o problema não são os custos de trabalho na empresa, até porque há um outro indicador conhecido e que tem a ver com a rentabilidade por trabalhador.

Também aí os indicadores da SATA são os mais baixos e não me parece que essa responsabilidade possa ser assacada aos trabalhadores.

Portanto, gostava que clarificasse essa questão da eventual suspensão do acordo de empresa.

Por outro lado, Sr. Secretário Regional, eu sei que já deu a resposta a uma questão que a Deputada Zuraida Soares lhe colocou e que tem a ver com o horizonte entre 2017 com reforço e diversificação do capital do grupo.

Oh, Sr. Secretário, tem de explicar isto muito bem. Isto só tem um significado, intenção de privatizar. Intenção de privatizar!

Eu gostaria de o ouvir, outra vez, sobre este assunto.

Para já é só, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é para aqui!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos lá ver se agora responde às questões que eu coloquei!

O Orador: Eu julgo que é importante referir aqui alguns aspetos em relação ao modelo de acessibilidades à Região.

Eu tenho alguma dificuldade em perceber como o modelo que é reconhecido pela generalidade das pessoas, que satisfaz os açorianos, que satisfaz a economia dos Açores, como é que há alguém que tenta encontrar fragilidades no modelo (que certamente as poderá ter, naturalmente) como sendo o essencial da nossa discussão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esclareça!

O Orador: Nós devíamos estar todos preocupados, empenhados, focados em definir estratégias para potenciar ao máximo o desenvolvimento do modelo, em prol da economia da Região e das açorianas e dos açorianos.

Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Deputado Artur Lima colocou aqui um conjunto de questões que eu vou tentar ser muito objetivo nas respostas e tentar não deixar nenhuma para trás.

O subsídio social de mobilidade aplica-se aos turistas? Não.

O Governo Regional dos Açores assumirá o encargo dos encaminhamentos dos turistas para as ilhas? Não, mas vou explicar-lhe como é que é feito.

À semelhança do que é feito hoje, o Governo da República paga o encaminhamento dos passageiros que se deslocam para os Açores, que

pretendem ir para ilhas que não têm *Gateway*. É isso que continuará a acontecer. O mecanismo como é feito é que vai ser diferente.

Vou explicar-lhe qual é esse mecanismo: atualmente o Governo da República paga diretamente à companhia que presta o serviço da ligação dos Açores para o continente esse custo e depois ela paga à SATA-Air Açores.

Com este novo modelo haverá um protocolo financeiro entre o Governo da República e o Governo Regional, em que o dinheiro é passado para o Governo Regional e este passa o dinheiro à companhia que fizer as ligações das Obrigações de Serviço Público inter-ilhas.

É este o mecanismo que será utilizado para pagar os sistemas de encaminhamentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso é para beneficiar quem? Turistas?

O Orador: Não é turistas. Sistema de encaminhamento.

O Sr. Deputado faz aqui uma grande confusão entre encaminhamentos e encaminhamento de turistas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas já é!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: Este modelo à semelhança do que está atualmente em vigor, em termos de universo de pessoas que podem ser encaminhadas é igual, não há nenhuma alteração, inclusivamente não há nenhuma alteração em relação ao número de talões de voo que as pessoas podem utilizar.

O que o Sr. Deputado está, provavelmente, a fazer confusão, é pensar que um turista pode vir para os Açores, para uma ilha, fica dois ou três dias ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores é que disseram!

O Orador: Não senhor, eu nunca disse isso.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Disse! O senhor, o Dr. Mário Fortuna, o Jorge Macedo, o Duarte Freitas, o PSD! Toda a gente disse isso!

O Orador: Nunca disse isso!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Secretário termine e depois então possamos fazer as perguntas que entenderem.

Srs. Deputados ...

Sr. Secretário faça o favor de continuar.

O Orador: Sra. Presidente, vou tentar esclarecer o que é que são os encaminhamentos para ver se clarificamos isto de uma vez por todas.

O encaminhamento acontece em duas situações: na saída e na entrada e destina-se às pessoas que se deslocam para ilhas que têm como destino final, ilhas que não têm *Gateway*, ou seja que não é aquela ilha em que as pessoas querem ficar. O que o Sr. Deputado está a dizer eu pressuponho que seja outra coisa, que é a possibilidade de alguém se deslocar para uma ilha, depois querer ir visitar outras e esse custo da deslocação ser assumido pela Região ou pelo Governo da República.

O encaminhamento não é isto.

O encaminhamento é: se eu quiser ir para o Corvo e entrar pela Terceira, o meu custo de chegada ao Corvo é idêntico ao custo de chegada à Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para residentes!

Deputado Francisco César (PS): Está enganado!

O Orador: Isto é que é o sistema de encaminhamento que está hoje em vigor e que irá continuar com o novo modelo.

Em relação às questões levantadas sobre os estudos para as liberalizações das rotas, estes estudos foram efetuados pela Autoridade Aeronáutica Nacional.

Julgo que respondi a todas as questões que o Sr. Deputado colocou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondeu não senhor!

Deputado André Bradford (PS): Responder, respondeu! O senhor é que não gostou da resposta!

O Orador: No entanto, Sr. Deputado, gostaria de fazer aqui uma pequena nota.

Os únicos interesses que são defendidos com este modelo são os interesses das açorianas, dos açorianos e da economia açoriana.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Foram estes os pressupostos que estiveram na elaboração deste modelo de acessibilidades para a Região.

Tudo o resto, eu não sei de que é que o senhor está a falar, não faço a menor ideia e não é esse o foco da minha atuação.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, se no novo modelo vai haver articulação entre as ligações inter-ilhas e a ligações para o exterior da Região.

O desenvolvimento das novas Obrigações de Serviço Público, ainda não está concluído precisamente para se conseguir garantir a máxima ligação possível e irmos ao encontro do objetivo que o senhor coloca, que é não criarmos aqui custos extras às pessoas na sua acessibilidade.

As outras questões enquadram-se na revisão das Obrigações de Serviço Público, nomeadamente a redução do custo no acesso. Isto faz parte do processo de revisões de Obrigações de Serviço Público, sendo esse um dos objetivos da própria revisão das Obrigações de Serviço Público inter-ilhas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O objetivo da redução das tarifas inter-ilhas!

O Orador: Em relação às questões levantadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Oh, Sr. Deputado, estas questões foram abordadas na Comissão de Economia.

Naturalmente que no plano estratégico pretende-se que seja feito em consonância com todos, porque nomeadamente os trabalhadores são uma peça fundamental na concretização do plano estratégico de qualquer companhia.

Do ponto de vista do acionista, acho que é isso que importa discutir nesta Casa, no âmbito do plano estratégico, é se estamos ou não estamos de acordo com os objetivos a que nos propomos, que é que SATA seja uma empresa que dê resposta às reais necessidades das açorianas e dos açorianos, que preserve os seus postos de trabalho, que gere riqueza, que seja uma organização sustentável. Também, acho que devemos discutir se o posicionamento estratégico que nós entendemos que deve ser aquele do grupo SATA, é aquele que os senhores concordam ou não com ele, nomeadamente o grupo assumir uma clara vocação regional, assumir-se como prestador de serviço público no interior da Região dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde?

O Orador: ... ser uma companhia de referência nas ligações ao continente português, prestar um serviço à diáspora sendo esta a verdadeira motivação para a operação comercial nos Estados Unidos e no Canadá, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: ... ser um instrumento dinamizador da captação de fluxos turísticos para a Região, ser um operador de referência na Região da Macaronésia ...

Deputado Rogério Veiros (PS): É isso que temos que discutir!

O Orador: ... e ser um prestador de serviços complementares ao nível da gestão aeroportuária e de *handling*.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: É isto que nos compete a nós enquanto decisores políticos, enquanto políticos, discutirmos e não outras questões.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Em relação à questão que o Sr. Deputado Aníbal Pires colocou, eu já tive oportunidade de dizer, em relação ao reforço de capital: a União Europeia permite reforços de capital uma vez na vida das companhias aéreas.

Esta calendarização está para 2017, que é a data em que se prevê que toda a parte operacional esteja devidamente estabilizada e que se possa efetivamente, ou que se abra aqui a possibilidade de fazer um reforço de capital, não estando, nem sendo objetivo do Governo qualquer processo de privatização.

Muito obrigado.

Deputados Miguel Costa e Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu começo por uma afirmação sua, que me parece que está de todo desenquadrada com aqueles que devem ser os objetivos de um Deputado e de um Parlamento.

Diz o Sr. Deputado, se me permitir, não fique indignado antes de saber o que eu digo.

Diz o Sr. Deputado: Nós não estamos na posse de todos os elementos para, e cito, “organizar um plano estratégico para a empresa”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não me citou!

O Orador: Citei, citei que eu tive o cuidado de escrever.

Podemos ouvir, posso ter-me enganado, mas que disse, disse.

“... para podermos organizar um plano estratégico para a companhia”.

Não cabe a este Parlamento, não cabe ao Sr. Deputado a construção de um plano estratégico da companhia aérea.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também não cabe fazer de conta que existe um plano estratégico!

O Orador: Às empresas o que é das empresas, ao Governo o que é do Governo e à política, na generalidade, o que é da política.

Esta é uma das bases de toda a discussão, ...

Oh, Sra. Presidente o Sr. Paulo Estêvão está a tentar inscrever-se.

... nós podemos discutir linhas gerais, podemos até delinear estratégias macro, mas na especialidade isso não cabe a este Parlamento.

Em segundo lugar, quando nós discutimos as atuais Obrigações de Serviço Público, há sempre e naturalmente um “velho do Restelo”, há sempre alguém que assume o desígnio que é protagonizado pelo Governo e por esta bancada, como algo que alguém que diz: “Cuidado com a mudança! Cuidado com essas novas propostas! Nós devíamos era melhorar o que temos!”.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Pois não, Sr. Deputado. Nós no PS temos essa capacidade de agir e decidir num determinado sentido quando o tempo o exige, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mesmo sem conhecer os documentos por inteiro!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não! Mesmo depois do que fizeram têm essa capacidade!

O Orador: ... quando o tempo deixa de o exigir nós alteramos a nossa vocação, alteramos a nossa decisão e, obviamente, adequamo-nos aos novos tempos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os senhores estão em desespero!

O Orador: É isto que essas novas Obrigações de Serviço Público trazem, uma adequação aos novos tempos.

Foi isso que fizemos com a SATA ...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Não, Sr. Deputado, só não evolui quem não está disposto a ter uma discussão e a aprender com aquilo que a realidade nos traz.

Mas aquilo que está em causa é decidir, é ver, verificar se o que aí vem é melhor do que o que nós temos.

Pois bem, nós temos o aumento ou não temos o aumento de acessibilidade aos Açores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: Há ou não há mais companhias aéreas decididas a voar para os Açores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não!

O Orador: Há!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há!

O Orador: Há!

Há intenções de várias companhias aéreas: da SATA, da TAP, da Easyjet, da Rynair.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quantas ilhas têm os Açores para o senhor?

O Orador: Pelo menos estas são conhecidas. Há uma vocação de provocar que os Açores possam ter mais acessibilidades.

São Miguel irá ter mais viagens, a Terceira irá melhorar as suas acessibilidades.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: Mais, haverá ou não haverá um decréscimo na tarifa para os residente?

Ou seja, todos os açorianos que queiram viajar para o continente, irão ou não irão pagar menos do que pagavam anteriormente?

Deputados Ricardo Cabral e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O valor máximo que terão que despende para pagar uma passagem de avião para Lisboa, será 134€.

Nós garantimos isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nós quem?

O Orador: Nós...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Governo da República! Os senhores não garantem nada!

O Orador: Ah então já é o Governo da República, Sr. Deputado. Já é o Governo da República.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Isto não pode ser. Quando é bom é o Governo da República do qual o senhor faz parte; quando é mau é o Governo dos Açores. Bom, decida-se!

Nós conseguimos garantir, nessa negociação com o Governo da República, sim, com o Governo da República que se portou muito bem nesta matéria, e nós não temos qualquer tipo de pudor em dizê-lo, o Governo da República nesta matéria, depois dos problemas que tivemos, ajudou-nos, ajudou-nos e chegámos a uma boa conclusão, porque estamos aqui para dizer o que tem que ser dito, nós conseguimos ter um modelo que protege os residentes.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é desespero!

O Orador: Mais, mais Sr. Deputado, não há qualquer tipo de taxas como havia anteriormente nos reencaminhamentos.

Deputado José Ávila (PS): Dois anos!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah! Afinal havia taxas! Taxas e taxinhas!

O Orador: Ou seja, nós conseguimos ter um modelo com mais acessibilidades, um modelo com tarifas mais baixas, um modelo que nos dá acesso a redes turísticas, então não é um melhor modelo, Sr. Deputado?

Ou é um mau modelo porque não foi aquilo que o Sr. Deputado previu ou propôs?

Bom, nós consideramos que é esse um bom modelo, é isso que nós apresentamos ao Parlamento e sujeitamos à discussão.

É esta a preocupação do PS: discutir aquilo que poderá ser melhor para os Açores.

Nessas discussões há sempre “o velho do restelo”. A pena que eu tenho é que seja o Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): Bem-vindo ao debate!

Deputado Rogério Veiros (PS): O substituto do Diretor do Gabinete de Estudos do PSD!

O Orador: Vou cingir-me apenas àquilo a que se refere as Obrigações de Serviço Público que entrarão em vigor no próximo dia 1 de abril deste ano de 2015.

Reforçando a posição que o PSD desde o princípio afirmou, apelidando o novo modelo de modelo inteligente.

Deputado Francisco César (PS): Quem é que disse isso?

O Orador: A proposta inicial que o Governo Regional apresentou ao Governo da República, era uma proposta ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Era melhor do que esta!

O Orador: ... que continha uma equação impossível.

Qual era essa equação impossível? Era o facto de exigir tarifas a um preço máximo de 134€, sendo que afirmava simultaneamente que o esforço do Estado através do pagamento do subsídio ao bilhete, esse esforço do Estado não aumentaria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas onde é que isso está escrito?

O Orador: Recordando aquilo que aconteceu em 1999, quando as passagens aéreas reduziram de 43 contos, para 31 contos, houve um aumento de fluxo de passageiros de 17%, o que significava que a tal equação que o Governo Regional afirmava a pés juntos que se concretizaria, ou seja, do não aumento do esforço do Estado no pagamento do subsídio ao bilhete, era muito pouco provável que acontecesse, porque mais passageiros residentes a voar, tal como aconteceu em 1999, vezes 86 euros, implicaria um aumento dos esforço do Orçamento de Estado para o apoio ao subsídio ao bilhete.

Então, por que é que o modelo que agora foi negociado entre o Governo da República e o Governo Regional, é um modelo inteligente? Porque consegue, através da liberalização das rotas de Ponta Delgada e da Terceira, baixar o preço médio das passagens para que através desse abaixamento o Governo da República não tenha que desembolsar permanentemente por cada passageiro residente, 86€, mas sim o valor que na esmagadora maioria das vezes, será inferior.

Um exemplo que podemos dar para que possamos explicar melhor isso aos açorianos: imaginemos que a tarifa média para o aeroporto de Ponta Delgada, ou para o aeroporto das Lajes na Terceira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sr. Deputado, isso sem ditados populares não chega lá!

O Orador: ... possa ser de 174€ ou de 184€, o Estado, em termos médios pagará apenas 40€, caso a tarifa média seja de 174€, ou 50€ no caso da tarifa média ser 184€.

Desse modo, resta algum dinheiro, alguns euros, neste caso muitos euros, para que todos os açorianos, que vão ser mais a viajar a 134€, possam beneficiar desse reembolso variável, para que nenhum açoriano pague mais de 134€.

Como alguém já disse, neste caso, Duarte Freitas, é um pouco a quadratura do círculo. Conseguiu-se em algumas *Gateways*, por via da concorrência, baixar a tarifa média para que restasse dinheiro, restassem euros, para que os muitos mais açorianos que vão viajar porque as tarifas baixam de 300€ para 134€, muitos mais açorianos, dizia eu, possam beneficiar desse reembolso.

A solução encontrada foi, naturalmente, uma solução difícil porque o Governo Regional entendia que a liberalização não era o caminho e todo o tempo que se demorou nessas negociações, boa parte dele, diga-se em abono da verdade, gasto aquando da permanência no Ministério da Economia do anterior Ministro da Economia, Álvaro Santos Pereira, (boa parte de tempo gasto aquando da permanência do Ministro Álvaro Santos Pereira, no Ministério da Economia) a outra parte do tempo foi gasta porque o Governo Regional não queria ouvir falar da liberalização.

Nós percebemos bem porquê...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Rogério Veiros (PS): Nós somos socialistas! Não somos ultraliberais como os que andam na República!

O Orador: ... e o plano estratégico da SATA diz clarinho, clarinho, clarinho, a razão pela qual o Governo Regional não queria falar de liberalização.

Oh, Srs. Deputados eu fiz um gráficozinho que, a curva negra representa...

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um gráfico à camara)

... até aqui é o estado atual da arte, ou seja a SATA passou de um passivo bancário de cerca de 30 milhões em 2009, para 179 milhões em 2014.

Ou seja foi esse percurso negro por aqui acima.

Daqui para a frente é um bocadinho uma questão de fé.

Deputado Luís Maurício (PSD): A dama de ferro resolve isso!

O Orador: Eu sei que não estamos próximos ainda da época natalícia, mas acreditar que isso vai acontecer até 2020, é como acreditar um bocadinho no Pai Natal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um bocadinho grande!

O Orador: Portanto, Srs. Deputados, por aqui se percebe pelas dificuldades que estão refletidas no plano estratégico da SATA, e é a própria SATA a reconhecê-lo, pelas próprias dificuldades o Governo Regional não queria ouvir falar de liberalização, até porque esse caminho que vai desde 179 milhões de euros de passivo bancário em 2014, até cerca de 50 milhões em 2020, será feito agora, daqui para a frente, num regime concorrencial.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde?

O Orador: Se até agora se atingiu 179 milhões numa situação de monopólio, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor não pode diminuir o trabalho que a SATA tem feito a favor dos Açores e pelos açorianos!

O Orador: ... daqui para a frente será atingido, diz o plano ou quer o plano, ou acredita o plano, ou acredita o Governo, ou acredita o Pai Natal, que nós vamos passar para 50 milhões de passivo bancário, em 2020, num regime concorrencial.

Quem trouxe a SATA até agora e quem criou o problema até agora ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Queria era ter tempo para lhe poder responder!

O Orador: É claramente uma questão de fé de todos os partidos aqui presentes inclusive do PS, acreditar que quem arranjou o problema, quem fabricou problema serão os mesmos que agora vão resolver o problema.

Mas, como a SATA é uma preocupação do PSD, como a SATA é uma preocupação dos açorianos, nós vamos acreditar que sim.

Mas, voltando às Obrigações de Serviço Público.

As Obrigações de Serviço Público que vão entrar em vigo no dia 1 de abril de 2015 ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é dia de petas!

O Orador: ... serão obrigações públicas que vão fazer com que a própria acessibilidade aos Açores, seja uma acessibilidade bastante melhorada porque (também se conseguiu e também por aí) o tal modelo das novas Obrigações de Serviço Público é inteligente, porque vai permitir através do sistema de

encaminhamentos que o Secretário Regional dos Transportes e Turismo referiu há pouco, que os Açores sejam considerados como um aeroporto único.

Vão dizer-me assim: mas agora vamos ter que sair pela Terceira! Ou, vamos agora ter que sair por S. Miguel!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ou sair pelo Corvo!

O Orador: Ou em algumas circunstâncias nos picos da operação, em que a concorrência possa não funcionar na *Gateway* de Ponta Delgada e um micalense tenha que desembolsar, vamos imaginar, 400€ para depois ser reembolsado para o valor máximo de 134€, queira sair pela Horta, ou queira sair por Santa Maria.

Aí, no máximo desembolsa 134€, ou melhor desembolsará um pouco mais, mas também será reembolsado um pouco menos, ao contrário do que poderá eventualmente acontecer nos picos da operação em Ponta Delgada, ter que desembolsar 400 ou 500€ para depois aguardar alguns dias para ser reembolsado.

Pode não ter essa disponibilidade financeira...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Termino já Sra. Presidente.

... e desse modo poder optar por sair pela *Gateway* da Horta, do Pico ou de Santa Maria, refiro-me a um terceirense ou a um micalense.

Ou seja, a grande virtude deste modelo, terminando já, Sra. Presidente, é de que é garantido a todos os açorianos não pagar mais do que 134€, o que é muito bom face à situação atual de que pagamos 300€ e por outro lado permitir que os açorianos possam escolher a *Gateway*, quer ao nível do tarifário, quer aos nível das companhias, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ficamos todos esclarecidos depois desta intervenção do Deputado Jorge Macedo!

O Orador: ... quer ao nível das frequências, quer ao nível dos horários para as suas ligações ao Porto, a Lisboa nesse caso, ou mesmo até ao Funchal.

Muito obrigado.

Deputado Luís Maurício (PSD): Grande lição!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Informo que a bancada do PSD esgotou o seu tempo.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ficamos a perceber que para o Sr. Deputado Jorge Macedo e para o PSD os Açores são uma ilha, pura e simplesmente.

É falso que todos consigam sair a 134€. É falso porque as acessibilidades internas não o permitem.

Se o senhor não dorme na ida, quer seja na Terceira, quer seja em Ponta Delgada, dorme na vinda, tem que pernoitar noutra ilha.

Já agora pergunto-lhe, Sr. Deputado Jorge Macedo, com as suas certezas todas ...

(Aparte inaudível do Secretário Regional do Turismo e Transportes)

Oh Sr. Secretário eu tentei marcar uma viagem hoje, para amanhã, para abril, para Lisboa e disseram-me logo o senhor tem que pagar Terceira ou Horta/Ponta Delgada.

Se eu quiser marcar para o dia 10 de abril, ou dia 5 de maio, o Sr. Secretário explique-me como é que eu marco? Como é que eu marco da Terceira para Lisboa? Pago ou não pago a viagem da Terceira para Lisboa?

Telefonei para quatro agências e todas elas me disseram o senhor tem que pagar, porque ainda não nos deram instruções, nem sabemos como é que isso funciona. A sessenta dias do modelo, o senhor e o Sr. Deputado Jorge Macedo não me sabem explicar isto?

Primeira questão, Sr. Deputado, e já agora: o senhor não me respondeu à questão, onde é que fundamentou o estudo para a liberalização ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): O senhor estava distraído!

O Orador: Não estou distraído!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Estava, porque expliquei isso!

O Orador: Então peço-lhe desculpa mas o senhor vai explicar-me outra vez.

Onde está o estudo que fundamentou a liberalização da rota da Terceira e até da rota de Ponta Delgada?

Qual era a taxa média de ocupação de duas companhias a operarem nessas rotas, Sr. Secretário? Qual era? Onde é que está o estudo?

E já agora, por que é que no primeiro documento os senhores admitiam apenas a possibilidade da rota para o Porto, a partir de Ponta Delgada e da Terceira, ser incluída no serviço público?

Se tinham tanta certeza por que é que já incluíram até Ponta Delgada? Os senhores até já têm dúvidas que Ponta Delgada ...

(Neste momento o Sr. Secretário acena negativamente com a cabeça)

Oh, Sr. Secretário está aqui. No documento antigo e no documento anterior, Sr. Secretário.

Sobre a liberalização das rotas de Ponta Delgada/Porto, Porto/Terceira/Porto, importa assegurar que “fique acautelada a possibilidade de imposição de novas obrigações modificadas de serviço público, na rota em questão”.

Era a única rota que estava no primeiro documento, Sr. Secretário.

No segundo documento, o de dezembro (isto era o documento de julho) o que é que o senhor diz, Sr. Secretário? Vou ler-lhe, sobre a liberalização das rotas, Sr. Secretário e Sr. Deputado Jorge Macedo: “das rotas Lisboa/Ponta Delgada/Lisboa, Terceira/Lisboa, Porto/Ponta Delgada, Porto/Terceira/Porto, importa salientar a principal preocupação da liberalização das rotas Porto/Lisboa, Terceira/Porto, designadamente ...”. Pronto e lá vem para se manter a possibilidade de serviço público.

Oh, Sr. Secretário, que certezas são estas? Os senhores andam a fazer experimentalismos, os senhores não têm a certeza que isto funcione.

Já agora, Sr. Secretário, como é que os senhores badalavam tanto? A acessibilidade dos açorianos não vai melhorar com as tarifas inter-ilhas! Explique-me como é que vai funcionar. Como é que eu posso marcar para dia 5 de abril, 10 de maio, 1 junho, 2 de julho. Os senhores não sabem as regras! Os senhores não sabem como funcionam!

Já agora como é que vão vir mais turistas para as outras ilhas? Os reencaminhamentos e os encaminhamentos, Sr. Secretário, são necessários, e o senhor sabe, que para se pagar o subsídio social de mobilidade só quem tem direito são os residentes nos Açores há mais de 6 meses e para isso houve uma altura em que até nos tiravam fotografias do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte.

Deputado Miguel Costa (PS): Uma coisa não tem nada a ver com a outra!

O Orador: Portanto um residente no continente pagava sempre do seu bolso a passagem Lisboa/Ponta Delgada/ S. Jorge, por exemplo. Pagava sempre do seu bolso! Não recebia nada, a companhia não recebia nada por ele ir de Ponta Delgada a S. Jorge. Nunca recebeu, Sr. Secretário!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Recebeu sim senhor!

O Orador: Nunca recebeu! De um continental nunca recebeu!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Recebia!

O Orador: De um não residente nos Açores nunca recebeu, Sr. Secretário!

Os reencaminhamentos foram e sempre são para residentes, não para exteriores, muito menos para turistas.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Está mal informado!

O Orador: Portanto, eu quero saber como é que vai haver mais turismo nos Açores, de uma maneira geral, Sr. Secretário. Tem que explicar-me isto e quero o estudo que fundamentou essas regras.

Já agora, Sr. Secretário e Sr. Deputado Francisco César, o velho do Restelo, Sr. Deputado Francisco César, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Tem cabelo branco!

O Orador: ... tem aqui o modelo que o senhor defendia e que o senhor defendeu, com unhas e dentes (era Secretária Regional da Economia, a Dra. Luísa Schandler) e onde vem os elogios todos por aqui abaixo, que me escuso de ler, sobre o novo modelo, e diz assim: “como sempre afirmámos esta é uma proposta que não contempla qualquer aumento de financiamento público ao transporte aéreo, ...

Deputado Francisco César (PS): Sim!

O Orador: ... mas que permite uma redução do custo atual das passagens superior a 40%”, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): Sim!

O Orador: Este era o modelo ideal para os Açores.

Deputado Francisco César (PS): Sim!

O Orador: Os senhores capitularam e foram para a liberalização do governo do PSD.

Deputado Miguel Costa (PS): É exatamente o mesmo!

O Orador: Mas não é para todos os açorianos, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Então não é?

O Orador: Não.

Deputado Miguel Costa (PS): Para o seu Governo!

O Orador: Mais, Sr. Deputado, no novo documento de dezembro de 2014, Sr. Secretário, também foram acrescentadas outras coisas.

No custo ilegível, relativamente ao primeiro, o custo ilegível do primeiro documento não é igual ao custo ilegível do segundo.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É igual!

O Orador: Não é!

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): É!

O Orador: Vou dizer-lhe qual é a diferença: no segundo o senhor diz assim, está aqui escrito: “excluindo ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem toda a razão Sr. Deputado!

Deputado André Bradford (PS): Não tem nada!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tem sim senhor!

O Orador: Ouça!

“... os produtos e serviços de natureza opcional, a saber: bagagem de porão, quando esta tenha uma natureza opcional, excesso de bagagem, marcação de lugares a bordo, *check-in*, embarque prioritário, seguros de viagem, comissões bancárias, etc.”

Isto é o modelo *low cost*, ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é não senhor! Eu explico!

O Orador: ... que não estava no primeiro documento e está neste.

Aí é que está a cedência aos interesses privados. Está aqui, Sr. Secretário! Quer mais?

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Eu explico!

O Orador: Está aqui!

E o senhor com isto tudo, sabe o que é que estão a fazer? Os senhores cometeram a loucura de pôr a SATA a concorrer com a TAP e com a Easy Jet na rota do Funchal e vão cometer a loucura de pôr a SATA a concorrer com a TAP, com a Easy Jet e com a Rynair, na rota Ponta Delgada/Lisboa.

Sabe o que é que vai acontecer? Vão afundar ainda mais a SATA e vamos ficar pior do que o que estamos.

Já agora, diga-me quais são as companhias, a sessenta dias do modelo, como é que o senhor garante, se não há obrigações públicas na rota da Terceira, que obrigação tem as companhias de voar para Terceira?

Deputado Francisco César (PS): A SATA já disse isso?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando?

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Luís Parreirão!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate sobre acessibilidades e transportes, importa saber qual (até porque a do Governo e a do PS, é devidamente conhecida) a política de acessibilidades deste PSD e que se resume a 4 pontos ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto só visto!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é para um bailinho de Carnaval, é?

O Orador: Vejamos:

No site oficial do PSD-Açores: “assegurar que a SATA Internacional, tem condições para ao abrigo das revisões de obrigação de serviço público de transporte aéreo, com o continente e Madeira, operar no mercado concorrencial”.

Concordam ou não com o plano e concordam ou não com este plano estratégico da SATA? Qual o vosso plano? O que é que o PSD defende para a SATA?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual plano? O que os senhores esconderam ou o plano que os senhores disponibilizaram?

Deputado Bruno Belo (PSD): Qual? O plano bom ou o plano mau?

Deputado Luís Maurício (PSD): Não se preocupe que já está no *site* do PSD! O nosso *site* é transparente. Os senhores podem consultar!

O Orador: O PSD concorda ou não com o plano estratégico? Se continuam ou não a achar que a SATA deve ser regulador de preço, como defendeu o líder e Deputado Duarte Freitas.

Continuando no vosso *site*: “Assegurar que a revisão de Obrigações de Serviço Público de transporte aéreo, garanta uma redução substancial das tarifas aéreas na ligação da Região com o continente e Madeira”. Está em curso.

“Rever as Obrigações de Serviço Público inter-ilhas”. Está em curso.

“Manutenção do número de ligações marítimas”. Houve uma redução e até hoje não há verificação de nenhum transtorno nos utilizadores deste transporte.

Sr. Deputado, o novo modelo é virtuoso, define os Açores como um aeroporto único, pondo todos os açorianos em pé de igualdade, que garante a mobilidade de todos os açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: Obrigações de Serviço Público.

O líder do PSD, chama a si a paternidade do modelo, quando nada contribuiu para ele.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em três anos nada fez. Só confusão.

Deputado Luís Maurício (PSD): Já está no *site* do PSD!

O Orador: Vejamos:

Primeira versão: queria a liberalização igual à da Madeira, sem proteção para residentes, nem estudantes.

Punha a SATA a regular os preços, *the price maker*, imagine-se.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Arranjem um GPS para o Sr. Deputado porque já está perdido!

O Orador: Aliás, resumindo, é o próprio Secretário de Estado, do PSD, do Governo da República, que não reconhece nenhum mérito neste assunto ao líder do PSD-Açores. Até pelo contrário, nem os seus famosos telefonemas, se os houve, foram relevados.

Deputado Luís Maurício (PSD): Qual é o documento? O de 200 páginas ou o de 41?

O Orador: Na Madeira, Duarte Freitas, temos de tolerar até o comportamento do Sr. Deputado e líder do maior partido da oposição, até porque estava numa missão de “comissiante”, em que muitas vezes o entusiasmo supera-se à razão. Mas a confusão foi muita, mais uma vez, nem os próprios madeirenses o conseguiram perceber.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, digo-vos: impreparação, Sr. Deputado, foi aquilo que se notou na intervenção que fez na Madeira. Confundi a liberalização com a proteção de residentes e estudantes. Que grande confusão, Sr. Deputado!

Incompetência, Sr. Deputado, foi propor a SATA como regulador de mercado, dos preços nas tarifas aéreas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto demagogia, Sr. Deputado, é chamar a si o protagonismo das OSP.

Deputado Luís Maurício (PSD): Demagogia é a sua, Sr. Deputado!

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Deputado, o senhor está perdendo uma grande oportunidade para estar calado!

O Orador: Este PSD não é claramente alternativa porque não tem soluções, tem apenas má-língua.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Macedo pediu a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sra. Presidente, apenas uma interpelação para que seja disponibilizado, dentro dos *timings* possíveis, a gravação daquilo que foi a minha intervenção sobre as Obrigações de Serviço Público e as acessibilidades aos Açores. Para disponibilizar, provavelmente, por via digital, ou por suporte informático, ao Sr. Deputado Miguel Costa e eu disponibilizo os meus *headphones*, para que o Sr. Deputado possa ouvir em silêncio a minha intervenção.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor mande um desenho para a gente!

O Orador: Da sua intervenção, quem estivesse naquelas galerias perceberia que tinha sido já escrita há dois, três, ou quatro dias, ou então não teria rigorosamente nada a ver com o debate que se estava a assistir nesta Assembleia.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Irei pedir então aos serviços a transcrição desta parte do debate, assim que lhes for possível, naturalmente.

Deputado Berto Messias (PS): Não se incomode!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, agora sim tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, há pouco uma afirmação sua, que este plano e a intenção do Governo era defender os interesses dos Açores e dos açorianos. Concordo consigo. Mas nesta afirmação devia incluir o Grupo SATA e V. Exa., infelizmente, com o plano estratégico para a SATA exclui a defesa desta importante empresa pública para a Região.

Voltando ainda às questões de ordem ideológica, na análise *swat* que fazem designadamente nos pontos fortes e no ambiente interno, esqueceram-se daquele que é certamente o maior ativo da SATA, os seus trabalhadores e isso diz alguma coisa do que preside a este resumo do plano que nos foi apresentado.

Há uma questão que ficou por responder, Sr. Secretário, que tem a ver com o seguinte: a não renovação dos contratos promove ou não promove o desemprego?

Gostava de saber a sua opinião sobre isto.

Depois, Sr. Secretário, há aqui duas ou três questões que eu gostaria de tecer algumas considerações e de fazer algumas perguntas, desde logo a seguinte: em termos da estratégia de afirmação do Grupo SATA, ou desta nova afirmação do Grupo SATA; há apenas um aspeto com o qual não concordo e que tem a ver com a redução da atividade da SATA Internacional, futura Azores Airlines e que tem a ver com a redução da atividade, uma vez que o mercado permitia, não só, fazer aquilo que Vs. Exas. querem fazer, nas permitia ainda fazer a afirmação da companhia no mercado do transporte aéreo, aliás como foi até determinada altura, designadamente por algum Partido Socialista, essa intenção. Quanto ao restante até concordo: a ligação de Ponta Delgada/Cabo Verde; a afirmação no mercado dos Estados Unidos, ou melhor na América do Norte, Estados Unidos e Canadá.

Eu gostaria, Sr. Secretário Regional, que me respondesse aqui a algumas questões.

Como sabemos essa operação na América do Norte, Estados Unidos e Canadá, era a que trazia durante o verão o maior aporte financeiro de capital ao grupo e estavam afetos a esta operação três aviões e meio. Não se compreende como é que se quer fazer a afirmação do grupo SATA e da SATA no mercado da América do Norte apenas com duas aeronaves, não se sabendo ainda quais são as aeronaves que vão ser utilizadas.

Deputado André Bradford (PS): Qual é a aeronave?

O Orador: Não me interessa saber qual é a aeronave, o que eu quero saber é o seguinte, ou melhor aquilo que eu sei é o seguinte: é que se vai abandonar a rota para Oakland, ...

Deputado Francisco César (PS): Já lhe vou explicar!

O Orador: ... mas entretanto quando olhamos para os aviões disponíveis, seja o velhinho 767, seja o 330 ...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar, terá que abreviar.

O Orador: ... ou, enfim, se houvesse disponibilidade financeira os Triple Seven ou 787 Dreamliner, dizer-lhe o seguinte, Sr. Secretário: qualquer destes aviões só é rentável para rotas semelhantes às de Oakland, porque não são rentáveis, qualquer destes que eu enunciei, para as rotas de Boston ou de Toronto ou Montreal.

Portanto, Sr. Secretário, não me parece que com apenas duas aeronaves seja possível fazer a afirmação da SATA no mercado da América do Norte.

Mas há uma outra questão ainda, Sr. Secretário, e que se prevê ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu vou já terminar.

... que a operação de verão, designadamente esta a que eu estou a referir-me, venha a ser alvo de algumas perturbações.

Como sabe o *facing* da nova aeronave, seja ela qual for, precisa de formação de pilotos, técnicos de manutenção, tripulantes de bordo e certificação perante a

Autoridade Aeronáutica, preparação do *handling*, quer nas escalas, quer nas bases.

Enfim, um conjunto de interrogações que estão por resolver.

Eu gostaria de saber como é que esta operação vai desenrolar-se no verão.

Tinha ainda outras questões para colocar ...

Presidente: Já não poderá colocá-las, Sr. Deputado.

O Orador: ... mas a Sra. Presidente, sendo tolerante, diz que já não tolera mais e eu vou ficar-me por aqui mas terei oportunidade, certamente, no debate de urgência que o CDS vai promover de voltar a recolocar estas questões e muitas outras.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Alerto que tem apenas um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, um minuto chega perfeitamente, aliás, eu não contava fazer mais nenhuma intervenção, mas tenho que desmentir o que o Sr. Deputado Francisco acabou de dizer, até porque já confirmei através das imagens gravadas.

Deputado Francisco César (PS): Como é que confirmou?

O Orador: Portanto, o que o Sr. Deputado Francisco César disse não é verdade, eu não pretendo obter informação institucional que o Governo deveria ter disponibilizado em relação ao plano estratégico, informação integral, não pretendo fazer um plano, pretendo apreciar com toda a informação.

Portanto, Sr. Deputado Francisco César, o propósito que me atribuiu, eu não disse, portanto faltou à verdade.

Deputado Francisco César (PS): Gostava de ver isso!

O Orador: Devo dizer também o seguinte: o seu próprio colega do lado, passados apenas cinco minutos, depois da sua intervenção, vira-se para o PSD e diz de forma enfática: “Qual é o plano estratégico do PSD?”

Deputado Miguel Costa (PS): Não, não! Qual a estratégia!

O Orador: Cinco minutos depois, o que o Sr. Deputado dizia que não era aceitável, que era que o Parlamento aqui fizesse um plano estratégico... Eu acho que sim. Nós só devemos apreciar o seu colega do lado que pergunta ao PSD : “Qual é ...

(Aparte inaudível do Deputado Miguel Costa)

O Orador: Não. Não. Eu é que escrevi aqui.

... o plano estratégico do PSD?”.

Portanto, sobre esta conversa estamos conversados, passe a redundância.

Vou terminar, Sra. Presidente, dizendo que o PPM, em relação à liberação das rotas, estamos onde sempre estivemos. Há seis anos que estamos a defender aqui no Parlamento, quando o PS continuava a defender o monopólio e só saiu, o monopólio da SATA nesta matéria, dessa posição, como dizia a Sra. Deputada Zuraida Soares, porque se encontra numa situação de emergência e numa situação de falência.

Portanto, os senhores não chegam aqui por qualquer tipo de crença ou qualquer tipo de mérito. Os senhores chegam aqui numa situação de desespero.

É essa a vossa situação.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

Também alerta que dispõe de muito pouco tempo.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao PS não resta de facto muito tempo, permita-me só algumas considerações.

Como jeito de resumo deste debate nós assistimos aqui a todo um conjunto de observações e de intervenções que elucidam muito como não deve ser encarado, ou não deve ser discutido com a política de transportes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Primeiro é sonegar à Assembleia informação!

O Orador: Nós assistimos a tudo.

Nós assistimos ao PCP, à Representação Parlamentar, apenas se lembrar dos trabalhadores agora no Plenário e não tê-lo feito noutra altura.

Aliás o PS foi o único que referiu a questão dos trabalhadores na Comissão Parlamentar de Economia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Protesto!

Deputado José San-Bento (PS): Defesa da honra!

O Orador: Aliás, nós assistimos inclusive, ao PCP dizer que a SATA deveria ir mais além aproveitando as virtualidades que a economia de mercado poderia oferecer à companhia aérea.

Caímos em alguns erros! Sim, é verdade! Nós não podemos vir aqui discutir se o avião é um 777, se é um 767, se é um Airbus A 330.

Nós temos que estabelecer princípios, ou seja, nós pretendemos ter uma determinada rota com um determinado nível de qualidade de acessibilidade. São esses os níveis que nós exigimos e são alguns: o mercado dos Estados Unidos é, não só estratégico para a companhia, como é também estratégico para os Açores; o Canadá é não só estratégico para a companhia, como é também para a Região Autónoma dos Açores.

Mas deve ser a SATA, com base em estudos técnicos, a decidir qual é o melhor avião e deve ser a SATA a implementar o faseamento da entrada da rota e saída da rota.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pelos vistos não existe esse avião!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente. Já termino.

Também assistimos da parte do PSD a uma completa falta de estratégia em relação à SATA.

Sim, o meu colega disse estratégia, não um plano.

Deputado Luís Maurício (PSD): Já estava escrito há 4 meses!

O Orador: Eu estive a ver as imagens como o Sr. Deputado também viu.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As imagens só vão ficar disponíveis no intervalo!

O Orador: Há uma total falta de estratégia, continuo a dizer.

O PSD tem que se decidir porque não pode apresentar-se aqui a criticar tudo aquilo que foi feito no passado e quando o PS apresenta uma proposta, que por acaso é do seu agrado, vem criticar o PS ou então assumir as boas propostas do PS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor está a falar de que plano?

Deputado Luís Maurício (PSD): No *site* do PSD está disponível o plano! É um *site* transparente. Pode consultar!

O Orador: Eu tento terminar, Sra. Presidente mas é muito difícil com o barulho que aí está.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo muito pouco tempo. Tem mesmo de terminar a sua intervenção.

O Orador: Oh, Sra. Presidente, é difícil.

Presidente: É difícil mas terá de ser, Sr. Deputado.

O Orador: Para além disso, em relação ao CDS.

Nós garantimos que tivéssemos um modelo equilibrado. Nós conseguimos ter mais companhias aéreas, mais voos para os Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Melhor do que isto, só na catequese!

O Orador: Nós conseguimos ter tarifas mais baixas nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para onde? Só uma rota!

O Orador: Sr. Deputado, esses são os princípios básicos que nós necessitamos no modelo de transporte.

O Sr. Deputado continua como um velho do Restelo, que desconfia de tudo ...

Presidente: Sr. Deputado, terá que terminar.

O Orador: ... e de todos, a não querer partilhar connosco este novo desígnio.

O PS assume-o, assume-o com a vocação que a SATA e que os transportes têm de servir os Açores, mas também de servir os açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra, suponho que para uma interpelação.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Por algumas afirmações feitas pelo Deputado Francisco César.

Presidente: Mas há alguma questão que tenha ...

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Colocando algumas expressões na minha autoria, quando não correspondem à realidade.

Portanto houve falta de rigor da intervenção do Deputado Francisco César.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Três minutos para um protesto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

O meu protesto vai contra a falta de coragem e de rigor do Deputado Francisco César.

Falta de coragem porque veio criticar a posição do PCP quando sabia que o PCP já não tinha tempo para retorquir.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, santa paciência!

O Orador: Falta de rigor porque:

Primeiro, o PCP falou antes da última intervenção em trabalhadores quando colocou o problema da não renovação dos contratos, quando colocou a questão da renegociação e/ou suspensão do acordo de empresa.

Se isto não é falar em trabalhadores então não sei o que é.

Depois, o Deputado Francisco César também não foi rigoroso porque na Comissão de Economia, como o Sr. Deputado sabe, eu prescindi das últimas questões, em virtude da debilidade física dos intervenientes.

Portanto o Sr. Deputado Francisco César não foi rigoroso.

Depois, Sra. Presidente, solicito que a gravação da minha última intervenção, seja fornecida para verificar se eu falei em virtualidades do mercado, expressão colocada na minha boca pelo Deputado Francisco César, o que denota claramente má fé, falta de coragem e falta de rigor.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu também quero protestar!

Presidente: Oh, Sr. Deputado...

Será solicitada aos serviços, naturalmente, também, a transcrição solicitada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires e naturalmente dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco César para um contraprotesto.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu irei contra protestar, ponto por ponto, aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Em primeiro lugar, não é verdade que o Sr. Deputado não tenha tido tempo para retorquir aquilo que eu disse, aliás, a longa intervenção que fez aqui de protesto, demonstra que o Sr. Deputado, claramente, conseguiu utilizar o tempo para poder protestar ou contestar o que eu disse.

Em segundo lugar, a questão dos trabalhadores.

Eu referi que tenho muita pena que o PS tenha sido o único partido que na Comissão de Economia referiu a questão dos trabalhadores e tenho pena que o PCP só o tenha feito no fim.

Nada do que eu estou a dizer aqui não corresponde à verdade.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tudo falso!

O Orador: É verdade Sr. Deputado.

Em quarto lugar...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Terceiro!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Segundo!

O Orador: Não, eu aqui incluí duas: segundo e terceiro (a questão dos trabalhadores da Comissão, a questão dos trabalhadores aqui no Plenário).

Quarto: A questão do Sr. Deputado não ter referido a economia de mercado.

O senhor Deputado referiu: “sou contra a diminuição da atividade da SATA, da SATA Internacional, agora irá chamar-se Azores Airlines. Porquê? Porque acho que ela não deve diminuir a sua atividade porque o mercado ainda tem muito que possa ser explorado da parte da companhia”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma anedota!

O Orador: Eu referi, que o Sr. Deputado quer aproveitar a economia de mercado para viabilizar a SATA.

Por último, Sr. Deputado, eu lamento, lamento que o Sr. Deputado fuja permanentemente ao cerne da discussão, ou seja, a política de transportes, e lateralize permanentemente com um conjunto de expressões e um conjunto de diversões que em nada dignificam quer a Comissão, quer este Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra, para?

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

A interpelação é a seguinte: quanto tempo dispunha o PCP para o debate antes (não desta intervenção, do contraprotesto) do Deputado Francisco César?

Qual era o tempo que o PCP dispunha?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Demasiado!

Presidente: Eu nem sequer percebo bem o alcance da sua pergunta.

O Sr. quer saber quanto tempo é que tinha ...

O Orador: ... antes da intervenção que se seguiu do Deputado Francisco César.

Presidente: Já tinha esgotado o tempo.

O Orador: Não percebi, Sra. Presidente.

Presidente: Já tinha esgotado o tempo.

O Orador: Já tinha. Não tinha tempo?

Presidente: Não.

Deputado Francisco César (PS): Não fez o protesto? Longo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa ainda tem uma inscrição para participação neste debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de relembrar a esta câmara que o tema desta interpelação, promovida pelo CDS-PP são acessibilidades e transportes e como tal gostaria de voltar a este tema, se me fosse permitido ...

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e já que falamos de transportes aéreos, também gostaria de abordar aqui os transportes marítimos.

Na altura da discussão do Plano e Orçamento, tive oportunidade de levantar algumas questões e o Sr. Secretário Regional se calhar na altura julgou que seriam perguntas retóricas e neste momento julgo que seriam importantes que se esclarecessem, nomeadamente, qual é a intenção do Governo Regional quanto à forma como se pretende que sejam no futuro as ligações marítimas Calheta/Angra, uma vez que esta dúvida surge da indefinição quanto à construção das rampas ró-ró, quer em Angra do Heroísmo, quer na Calheta de S. Jorge?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma questão coerente!

A Oradora: Portanto, esclareça-nos se a ligação Calheta/Angra é para manter e se sim em que moldes?

Uma outra questão que foi levantada e que o Sr. Secretário também não respondeu era se seria possível que após a conclusão da ampliação do porto comercial de Velas, que o navio que faz a ligação Velas/S. Roque, pernoite em S. Jorge, tornando mais eficazes e rentáveis as ligações inter-ilhas e indo de encontro ao afamado PIT, documento onde se pode ler que: “é chegado o momento de promovermos a coordenação e intermodalidade dos transportes aéreos, marítimos e terrestres”.

Saindo dos transportes marítimos e voltando outra vez aos transportes aéreos, o horário de inverno da SATA para S. Jorge.

Neste inverno, S. Jorge tem sido bastante prejudicado com este horário, se por um lado o Governo Regional faz, e bem, um discurso baseado na importância da valorização dos nossos produtos e da sua comercialização e exportação, o que é certo é que esse discurso não se adequa à realidade e os pescadores jorgenses têm sentido imensas dificuldades para escoar o seu produto, uma vez

que a capacidade de carga das aeronaves muitas vezes impossibilita a saída atempada do pescado de S. Jorge.

A minha pergunta é se o Governo Regional está atento e que medidas pretende tomar para emendar esta situação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Uma pergunta final e dada a importância que tem se calhar deveria ter sido a primeira: qual o resultado do inquérito realizado sobre o acidente ocorrido no passado mês de novembro, com o navio Gilberto Mariano e do qual resultou uma vítima mortal?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar responder muito objetivamente a todas as questões e vou começar pela Sra. Deputada Ana Espínola.

A intenção do Governo dos Açores, em relação à ligação Calheta/Angra é continuar com a mesma, dinamizá-la, para se houver condições para que seja incrementada, naturalmente, será.

Portanto esta é uma ligação que irá manter-se na lógica das ligações marítimas na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual lógica? Do Pico?

O Orador: Em relação à segunda questão e que se prende com a fixação, se bem percebi, de um dos navios nas Velas, de S. Roque, aquando da ampliação, Sra. Deputada, isto é uma matéria que é no âmbito da gestão da empresa que presta o serviço, que naturalmente alocará os navios aos portos que sejam mais adequados para otimizar a ligação.

Naturalmente, não há nenhuma indicação por parte do Governo para que o barco fique no porto A, B ou C, é uma gestão que a empresa fará para otimizar todas as suas operações.

Em relação à questão colocada para o horário de inverno da SATA, efetivamente tem havido algumas dificuldades. Posso dizer-lhe que para todas essas dificuldades, quando são identificadas, também tem havido uma resposta eficaz por parte da empresa para colmatar algumas lacunas ao nível da exportação, nomeadamente da exportação de peixe.

No âmbito da revisão das Obrigações de Serviço Público para o serviço de transporte aéreo inter-ilhas, não estão contempladas as necessidades ao nível da acessibilidade de passageiros, mas também ao nível do escoamento de carga que advém de todas as ilhas.

Em relação à questão colocada sobre o resultado do inquérito, eu não lhe posso dizer qual é o resultado do inquérito porque o inquérito ainda não foi concluído, ainda não é do conhecimento da Portos dos Açores e como tal eu não tenho uma resposta para lhe dar em relação a esta matéria.

Ao Sr. Deputado Artur Lima, eu já tinha referido na minha anterior intervenção que os estudos foram efetuados pelo INAC, é essa a entidade que efetuou os estudos de viabilidade económica das rotas.

Aquilo que está na proposta que apresentamos, é uma cláusula de salvaguarda, embora hoje estamos convictos que nenhuma rota ficará deserta, fica a precaução para o futuro se houver alguma eventualidade e não se ficar em situações de não haver ligações, recorrendo-se assim às Obrigações de Serviço Público, para garanti-lo.

O Sr. Deputado também está mal informado relativamente à política atual de encaminhamentos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não estou!

O Orador: A política atual de encaminhamentos é a mesma que se prevê para o futuro modelo. A única diferença que existe tem a ver com a possibilidade da escolha da *Gateway* que o passageiro quiser.

Na anterior não era assim, como bem sabe, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era quase tudo!

O Orador: ... tinha que ir sempre para a mais próxima, mas a política mantém-se e é a mesma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não! Isto, isto!

(Neste momento o Deputado Artur Lima faz um gesto monetário)

O Orador: Em relação às questões que colocou dos custos ilegíveis, o custo ilegível esteve sempre previsto ser da mesma forma.

Aquilo que está aqui não protege nem penaliza ninguém, é uma questão de um uso racional dos dinheiros públicos, através da atribuição do subsídio social de mobilidade.

Nenhum açoriano, nenhum residente, quando marcar a sua viagem, quando for efetuar a sua viagem independentemente da companhia, se optar por levar bagagem, esse valor está incluído no reembolso que lhe é atribuído. Se não optar e no momento do *check in* quiser serviços suplementares, esses serviços extras não estão incluídos, tal como se pretender viajar em executiva esse serviço também não está englobado no subsídio social de mobilidade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A questão que colocou, como é que se faz para comprar uma passagem para ela ser gratuita.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quero comprar!

O Orador: Neste momento o senhor faz a sua reserva, uma viagem normal na SATA, que naturalmente vão dizer-lhe que tem um custo. Esse custo é revertido a zero, ou seja não lhe vai ser pago.

No futuro, com as novas Obrigações de Serviço Público e com o sistema que a SATA Air Açores terá que desenvolver, em termos de sistema informático, é emitida uma passagem a custo zero que é indexada à passagem de saída da Região, ou seja, o custo para o passageiro na ligação para a *Gateway* é zero, tal como hoje já é zero. Pode marcar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Hoje não posso!

O Orador: Pode marcar como eu lhe disse. Neste momento dizem-lhe que tem um custo mas este custo depois é revertido em zero. Não tem custo efetivo para o passageiro.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires.

Oh, Sr. Deputado, foram aqui levantadas várias questões de ordem operacional, que como já lhe disse não me vou pronunciar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai, vai, vai!

O Orador: Não me vou pronunciar porque são questões internas da empresa e como tal eu não vou fazê-lo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai, vai!

O Orador: Em relação à ligação de Oakland e acho que isto é importante esclarecer, a SATA o que propõe é não fazer uma ligação direta e isto com duas perspetivas: de aumentar e de reforçar a ligação de Boston para a Terceira, por um lado, e por outro lado através de acordos de interline com companhias americanas, prestar um serviço mais regular no acesso de Oakland aos Açores a um custo mais baixo, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O velho do Restelo também tinha razão nessa ligação!

O Orador: ... aumentando a qualidade de serviço que, como todos nós sabemos, atualmente as ligações de Oakland aos Açores não primam por uma boa qualidade de serviço e compatível com aqueles que são os parâmetros exigíveis hoje na indústria da aviação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O problema tem a ver com a aeronave!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo deu uma aula quase perfeita a explicar como é que o modelo funciona, no entanto há aqui algumas questões que eu acho que são importantes clarificar para a aula ser perfeita, nomeadamente quando diz que o Governo dos Açores era contra a liberalização.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era, era!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, o Governo dos Açores foi contra, como seria hoje, a liberalização pela liberalização.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ter uma liberalização em determinadas *Gateways* que viabilizassem o modelo de acessibilidades global para a Região, bom para todas

as açorianas e para todos os açorianos, bom para a economia dos Açores, isto nunca teve em causa desde o primeiro momento em que este assunto passou a ser tratado com o Governo da República.

Depois, também diz que este foi o ponto de divergência no tempo ...

Presidente: Sr. Secretário, agradeço que termine.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

... do Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira.

Oh, Sr. Deputado, o senhor tem que se decidir.

Ainda há pouco tempo o Sr. Deputado reconheceu que a proposta teve na gaveta no tempo do Sr. Ministro Álvaro Santos Pereira, hoje diz que afinal este é que foi o ponto de divergência, quando todos nós sabemos que esse não foi efetivamente o ponto de divergência.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o plano que o senhor escondeu?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu disse!

O Orador: Não houve ponto de divergência porque simplesmente até o Sr. Ministro Pires de Lima, tomar posse no Ministério da Economia, este assunto teve efetivamente metido dentro de uma gaveta.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foi o que eu disse! O senhor não ouviu? Foi rigorosamente o que eu disse!

O Orador: Não o senhor disse que esse tinha sido o ponto de divergência que levou a que o processo não avançasse.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é verdade! O senhor ouviu mal!

O Orador: Não houve ponto de divergência, simplesmente porque a proposta que o Governo dos Açores apresentou, em maio de 2012, até outubro de 2013, esteve na gaveta sem se ver o que é que lá estava.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Exato! Foi o que eu disse!

O Orador: Portanto, não havia divergência absolutamente nenhuma, não se sabia o que é que estava incluído na própria proposta.

Presidente: Sr. Secretário, tem mesmo que terminar.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor para além de esconder, ouve mal!

O Orador: Sra. Presidente, só para terminar gostaria de dizer que nós temos um modelo para as acessibilidades aos Açores que irá certamente trazer grandes mais-valias em termos de acessibilidade para todas as açorianas e todos os açorianos e será um instrumento que dará um contributo essencial para a dinamização económica de toda a nossa Região.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como?

Presidente: Obrigada Sr. Secretário.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para uma última intervenção.

O que chegamos aqui à conclusão é que isto foi um modelo de puro experimentalismo, sem certezas, e que a sessenta dias, pouco mais de sessenta dias da entrada em vigor, ninguém sabe como são feitas as coisas.

Primeiro, permitia o reencaminhamento de turistas.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Não é “os turistas”. É o encaminhamento!

O Orador: Claro que a União Europeia não permitiu e agora já não permite o reencaminhamento de turistas para outras ilhas.

Foi dito e redito por vários agentes do setor.

Depois, este modelo que o PS criou nos Açores de cinco *Gateways*, quando vem falar, apenas é liberalizada uma *Gateway* com companhias interessadas, a outra até hoje ninguém concorreu e não foi explicado como é se vai obrigar companhias a voar para a Terceira sem terem nenhuma contrapartida. Também não se explicou.

Não se explica também como é que um açoriano de uma qualquer outra ilha, tendo uma passagem numa *low cost* de Ponta Delgada para o exterior, se houver um atraso na SATA-Air Açores que perca a ligação dessa *low cost*, quem é que paga esse prejuízo ao açoriano doutra ilha.

Também não foi explicado neste modelo maravilhoso do Sr. Secretário, ou seja o modelo não passa de uma falácia.

O Sr. Secretário, tenho pena de lhe dizer que o Governo dos Açores foi obrigado a aceitar este modelo. Porquê? Não sei.

Agora, que havia um modelo que o Governo dos Açores considerava ideal, que servia todos os açorianos, que garantia este nível de tarifas e até mais baixas, os senhores de repente capitulam e vão para a privatização e para a liberalização selvagem, favorecendo ...

Quando o Sr. Secretário me diz dos turistas, é o Governo da República que manda o dinheiro para o Governo Regional e o Governo Regional paga as companhias privadas.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): O senhor não percebeu!

O Orador: Oh, Sr. Secretário, essa é a confissão ...

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): Hoje é assim!

O Orador: ... que realmente isto não funciona. É tudo experimentalismo, Sr. Secretário.

Portanto, este modelo não serve à generalidade dos açorianos, não trata todos em condições de igualdade e não garante o mesmo nível de equidade e de acessibilidade para todos os açorianos.

Os Açores, para mim e para o CDS, Sr. Secretário, são nove ilhas, nove parcelas, como eram para o anterior Governo do PS, como disse Duarte Ponte, como disse Carlos César, como disse Luísa Schandler: nove ilhas, nove parcelas em igualdade de circunstâncias de acesso ao exterior.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vítor Fraga): E é o que o Governo faz!

O Orador: A verdade é que os senhores até no último documento de 2014, já admitem que até a rota de Ponta Delgada possa novamente vir a ser imposta as Obrigações de Serviço Público.

É isso que está escrito no documento, Sr. Secretário.

É substancialmente diferente daquele que foi apresentado em julho de 2014.

Infelizmente, teria sido possível, por outro meio, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar Sra. Presidente.

... com outro modelo, ter tarifas mais baratas, mantendo Obrigações de Serviço Público, numa região arquipelágica sem população suficiente para cinco companhias voarem para os Açores, Sr. Secretário.

Já agora, peço-lhe, Sr. Secretário, que me faça chegar, porque tem em seu poder, os estudos do INAC que fundamentaram a liberalização...

Peço-lhe, vou repetir, que me faça chegar ao CDS, a este Grupo Parlamentar ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Nos!

O Orador: E a estes Grupos Parlamentares ...

Deputada Zuraída Soares (BE): A todos!

O Orador: ... os estudos do INAC, que o senhor tem, que o Governo dos Açores tem que ter e que fundamentam este modelo e sobretudo a liberalização da rota de Ponta Delgada e da Terceira.

Espero que me faça com muita brevidade.

Muito obrigado, Sr. Secretário. Muito obrigado, Sra. Presidente pela tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Com esta última intervenção terminámos o ponto 1 da nossa Agenda.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

O ponto 2 refere-se à **Apresentação do Projeto de Resolução n.º 107/X – “Jornadas Parlamentares Atlânticas”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Regulamenta esta apresentação o art.º 81.º do nosso Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Piros.

Deputado Aníbal Piros (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresento à câmara uma proposta que poderá ter no futuro profundos e significativos desenvolvimentos que, creio, poderão ser de grande alcance para o nosso arquipélago. Pretendemos que seja retomado o importante espaço de

diálogo com as restantes regiões da Macaronésia, que se se criou em torno das Jornadas Parlamentares Atlânticas.

Creemos que esse diálogo, com os nossos vizinhos mais imediatos, com aqueles que partilham connosco a mesma região biogeográfica da Macaronésia, poderá ser muito frutuoso.

Partilhamos, com a Madeira, as Canárias e com Cabo Verde, mais do que geografia. Partilhamos uma história, ligada à descoberta europeia do grande Atlântico, temos laços e afinidades culturais que os homens e as suas viagens foram criando, partilhamos os desafios do desenvolvimento em contexto insular num mundo globalizado. Temos experiências políticas e autonómicas diversas, mas com muitos pontos de contacto. Podemos, certamente, aprender com a experiência dos outros e transmitir-lhes a nossa. Há um vasto campo de diálogo a aprofundar com os nossos vizinhos insulares.

Questões tão centrais como o desenvolvimento económico, a agricultura, o turismo, o aproveitamento das zonas marinhas e a proteção dos oceanos e da biodiversidade, migrações, transportes, ciência e tecnologia, entre muitas outras, poderão ser algumas das áreas em que é possível desenvolver projetos de cooperação e parcerias. Não limitamos, nem condicionamos à partida as áreas deste diálogo e desta cooperação, que terão de ser definidos em conjunto com os restantes parceiros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Programa eleitoral da CDU para as eleições regionais de 2012 defendia-se, e cito:

“A alteração da política de relações externas da Região, nas quais o Parlamento Regional tem de assumir um papel mais relevante, nomeadamente através de visitas e contactos oficiais junto das instituições europeias, do estabelecimento de uma relação bilateral regular com a Região Autónoma da Madeira e com o aprofundamento das relações no âmbito da Macaronésia (...).” Citei.

Com esta proposta estamos a cumprir uma parte importante desse objetivo com que nos comprometemos com o povo açoriano.

Pretendemos contribuir para a afirmação externa da nossa Região, ao serem os Açores a assumir a iniciativa, a dar o primeiro passo para o relançamento deste grande espaço de diálogo intra-Macaronésico.

Mas pretendemos também dignificar e valorizar este Parlamento e o seu papel. Aos Governos caberá o estabelecimento de parcerias concretas, no terreno, mas é ao Parlamento que cabe a iniciativa, o enquadramento, a aproximação política e diplomática. E, por isso, propomos claramente que esta seja uma iniciativa do Parlamento Regional, conduzida pela Senhora Presidente da Assembleia. Estamos convictos que essa é a forma mais adequada de conduzir este processo. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pensamos que os tempos de crise como os que vivemos tornam ainda mais importantes a cooperação, o diálogo e a amizade entre os povos. Este não é o tempo de nos fecharmos sobre nós próprios, acabrunhados pelas enormes dificuldades que o nosso Povo atravessa. Pelo contrário, agora mais do que nunca, este é o tempo de abrir horizontes, de rasgar novos rumos e novas rotas, para o desenvolvimento que queremos para o futuro.

Apelo-vos para que, juntos, possamos transmitir um sinal positivo aos outros povos da Macaronésia e assim darmos um passo decidido e decisivo para construir um futuro melhor as Regiões da Macaronésia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O n.º 2 do art.º 81.º prevê um período de dez minutos para pedidos de esclarecimento.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Não havendo, encerramos assim este ponto e eu farei agora um intervalo de 30 minutos.

Pedia aos Líderes e à Sra. Secretária Regional o favor de me acompanharem até à sala da Mesa para uma breve reunião.

Eram 16 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 22 minutos.

Entramos agora no ponto 3 da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/X – “Regime jurídico contra incêndios em edifícios na Região Autónoma dos Açores”**.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum.

Para apresentar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Luís Cabral*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como em todas as áreas prevenir é sempre melhor que remediar.

Os sistemas de combate a incêndios quando são desenhados e instalados não é expetável, obviamente, a sua utilização, mas o seu bom funcionamento é fundamental para a segurança em caso de acidente.

Estabelecer por isso um regime de segurança contra incêndios é um dos desideratos dos decisores políticos, de forma a que os açorianos possam sentir-se em segurança quando trabalham, vivem ou ocupam de forma transitória e frequentam os edifícios da Região.

Esta é uma área que fruto das inovações tecnológicas e daquilo que é a evolução científica, quer a nível de combate a incêndios, quer a nível da construção civil, está em constante alteração e em constante conotação e por isso carece de uma revisão, também ela, de forma regular dos enquadramentos legais, de forma a que se garanta a sua atualidade.

Por isso, consciente dessa necessidade o governo regional dos Açores propôs à Assembleia Legislativa Regional dos Açores este diploma, esta alteração, no fundo uma transposição daquilo que é o regime jurídico de segurança contra

incêndios para a Região Autónoma dos Açores, consciente de que se trata de uma área muito específica com terminologias científicas muito próprias e que no fundo permitem, não só naquilo que é a componente de construção, mas também na manutenção e naquilo que é o funcionamento regular dos edifícios, garantirmos a todos os açorianos e a todas as açorianas que têm a componente de segurança contra incêndios assegurada.

Estamos como temos estado e como é nosso apanágio, disponíveis para melhorar este diploma, para torná-lo mais adequado àquilo que são as necessidades.

Por isso manifestando essa disponibilidade queria, no fundo, dar a nossa nota de que todas as alterações serão obviamente bem-vindas e consideradas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão agora abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Suponho que vai haver inscrições para o debate sobre esta matéria.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores não são uma Região onde as ocorrências de incêndios sejam preocupantes, até pelas nossas condições edafoclimáticas. São raras as notícias relativas a esta matéria, se bem que nos últimos tempos fomos confrontados com pequenas ocorrências em serviços públicos da Administração Regional em Ponta Delgada.

Para além disso, as nossas corporações de bombeiros estão relativamente bem apetrechadas para fazer face a situações esta natureza. Temos, inclusive, bombeiros açorianos que todos os anos vão prestar auxílio a colegas do Continente no combate aos incêndios florestais.

Nesse sentido, e dada a situação de profunda crise económica e social que a Região atravessa, bem como os desafios com que estamos confrontados (como o fim das quotas leiteiras, as novas regras de transporte aéreo, as mudanças na política fiscal, o desmantelamento da Base das Lajes...), estranhámos esta prioridade do Governo.

O Governo Regional traz-nos aqui uma adaptação à legislação nacional em vigor... Só que, como sempre, a cópia é pior que o original!

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional é um péssimo exercício de cópia, pelo que o Grupo Parlamentar do CDS-PP, numa postura construtiva e de colaboração institucional, se viu forçado a apresentar um conjunto de propostas de alteração que, no nosso entender, melhoram a proposta do Governo, adaptando verdadeiramente o diploma à realidade insular, à realidade urbanística, à realidade demográfica e à realidade dos agentes económicos Açorianos.

Estamos a legislar para os Açores... as nossas especificidades exigiam uma atenção especial ao excesso de burocracia... Porém, no entender do CDS-PP, esta má cópia regional, poderá tornar a vida dos Açorianos num verdadeiro inferno.

Este “*copy-paste*” com que o Governo presenteou os Deputados, genericamente, o que faz é adequar as responsabilidades nacionais à entidade regional com competência na matéria, neste caso o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, e alterar a numeração de alíneas, embora mantendo os mesmos conteúdos, como se isso introduzisse alguma modelação ou adequação da lei nacional à realidade regional. E exemplos são mais do que muitos: o Governo muda as alíneas, mas mantém referências a caminhos de ferro, estações fluviais e jardins zoológicos... Isto apenas para referir os mais impensáveis maus exemplos de desleixo na produção legislativa!

Este irrepetível exercício de cópia do Governo também retira ao diploma original as suas maiores virtudes, como seja a existência de um sistema informático para a realização de todo o expediente relacionado com este regime jurídico, como seja a entrega de documentos, a consulta pelos interessados do estado dos procedimentos e o envio de pareceres e a decisão do SRPCBA, isto numa altura em que até pela facilidade e comodidade e até mesmo por uma questão ecológica, de economia de papel, seria conveniente e prático que existisse essa forma de disponibilizar a informação.

Acreditamos que deva existir um registo das empresas que fornecem serviços e comercializam produtos e equipamentos de segurança contra incêndio em edifícios, bem como deva existir um registo atualizado dos responsáveis pela elaboração de projetos e planos de segurança que deve ser feito de forma gratuita de modo a que não constitua um pretexto para encarecer o serviço que vai ser prestado por estas entidades.

Não podemos deixar de referir que embora esteja definido no artigo 15.º o regulamento técnico sobre este não temos qualquer dado. E é preciso que a elaboração deste regulamento tenha em conta a dimensão das empresas locais, o número de funcionários, e o grau de risco de ocorrência de incêndio a que estão sujeitas.

Precisamos de legislação regional adequada à nossa realidade para que a legalidade não se torne um empecilho e um sobrecusto desmotivante, e que o Governo Regional tenha em atenção que introduzir mais custos e mais burocracia ao frágil tecido económico que temos e a eventuais pequenas empresas que se queiram instalar pode ser um fator desmoralizador para aqueles que já a muito custo ainda tentam manter as portas abertas.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O diploma agora em análise vem replicar uma matéria que já existe no continente e vem de certa forma adaptá-la à nossa Região, com as exigências que a nossa Região impõe e com as particularidades que essa nossa Região tem. No entanto, eu gostaria de colocar ao Sr. Secretário Regional a seguinte questão: no diploma que o Governo apresenta são revogados alguns artigos e sobretudo a norma revogatória, o art.º 33.º do novo diploma, revoga o art.º 26.º, por exemplo: Os estabelecimentos de ensino não necessitam de ter um plano de evacuação?

É essa a pergunta que tenho que lhe fazer, Sr. Secretário.

Acha que os estabelecimentos de ensino não necessitam de um plano de evacuação?

Art.º 27.º: Deixa de haver responsável pela segurança nos estabelecimentos de ensino?

O Sr. Secretário, aí há bocadinho, quando apresentou o diploma referia que queria que todos os açorianos tivessem uma garantia de segurança nos edifícios na Região.

A ausência de inspeções (art.º 29.º e 30.º, Sr. Secretário).

São várias as revogações que põem, em causa a segurança, sobretudo nos estabelecimentos escolares.

Eu não sei até que ponto é que porventura poderá revelar uma desconsideração relativamente aos especialistas que elaboraram toda a regulamentação anterior, ao ver que ela neste momento não está refletida neste diploma.

Mais do que isso, Sr. Secretário.

Os quarenta mil alunos e funcionários, de todas as escolas da Região, não é possível o regime jurídico contra incêndios abranger esses edifícios e as pessoas que lá estão?

Portanto, Sr. Secretário, gostava que me explicasse e que me elucidasse essas matérias.

Tendo em conta que por exemplo, o art.º 26.º do diploma 27/2005, referia que “o plano de segurança e evacuação visa reduzir os riscos associados à ocorrência de intempéries, sismos, calamidades, acidentes ou sinistro de qualquer natureza, incluindo o incêndio”.

Sr. Secretário, fico à espera de esclarecer-me sobre isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Manuel Pereira.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A segurança contra incêndios cuja importância é por todos reconhecida para além da legislação nacional, está também parcialmente regulamentada nos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 25/92/A, de 27 de outubro e no 27/2005/A, de 10 de novembro.

Porque na região existe um Serviço Regional de Proteção Civil que desde há anos é a entidade com competência nesta área, entendeu o Governo Regional proceder à adaptação do Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro, de forma a adequá-la às nossas especificidades e sintetizando-a toda apenas num documento.

Devo dizer que concordo com a Deputada Ana Espínola quando diz que os bombeiros dos Açores estão de facto preparados e que, infelizmente, agora têm ocorrido algumas ocorrências, mas de facto é graças à formação que é dada e é justo reconhecer que temos uns corpos de bombeiros eficientes e gostei de ouvir essa frase.

A proposta em apreciação e as propostas de alteração já distribuídas às Sras. e aos Srs. Deputados é de aplicação geral a todas as utilizações de edifícios e recintos, visando em cada uma delas a redução das probabilidades de ocorrência de incêndios; limitação e desenvolvimento de eventuais incêndios, circunscrevendo e minimizando os seus efeitos, nomeadamente a propagação de fumo/gases de combustão; facilitar a evacuação e salvamento dos ocupantes em risco e permitir uma intervenção eficaz e segura dos meios de socorros.

Com a presente proposta definem-se utilizações-tipos, os locais e as categorias de risco e muito importante a definição das normas que regulam a alteração da utilização dos edifícios ou resíduos existentes, mesmo quando implicam obras de remodelação, reconstrução ou ampliação.

Estabelece ainda que é o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores, a entidade com competência para assegurar o cumprimento do regime de segurança contra incêndios na Região, assim como a creditação de entidades para emissão de pareceres e a realização de vistorias e de inspeções, das condições do sistema de segurança contra incêndios, nos termos previstos no presente diploma.

Em sede de comissão foram ouvidos o Sr. Secretário Regional da Saúde, que tem a tutela do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros e ainda a Associação de Municípios dos Açores e os representantes da Ordem dos Engenheiros e da Ordem dos Arquitetos dos Açores.

Se a Associação de Municípios e a Ordem dos Engenheiros, manifestaram total concordância com a proposta apresentada pelo Governo, o mesmo já não aconteceu com o representante da Ordem dos Arquitetos que teceu um conjunto de considerações negativas e algumas também positivas, conforme o parecer que está junto ao processo.

Importa referir que já na audição do Sr. Secretário Regional, vários daqueles aspetos já tinham sido colocados pelas Sras. e Srs. Deputados como por exemplo a questão da comercialização dos materiais, a não referência à possibilidade de utilização de sistema informático e a questão das taxas e coimas para quem revertia esse produto.

Sobre estes aspetos o Sr. Secretário Regional da Saúde prestou esclarecimentos que constam do relatório da Comissão e demonstrou abertura para acolher e analisar as mesmas propostas.

Com esta postura de diálogo que norteia o trabalho deste Grupo Parlamentar e Governo Regional, foram enquadradas na proposta de alteração já elaborada, praticamente todas as observações e dúvidas colocadas em sede de Comissão

pelos diversos partidos nela representados e representantes técnicos que as terão que respeitar.

No entendimento do Grupo Parlamentar são um contributo importante para a melhoria do regime de segurança contra incêndios na Região e assim um contributo importante para o bem-estar e a segurança dos açorianos.

Deputados Berto Messias e José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas, muito brevemente, para dizer que o BE vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, assim como as várias propostas de alteração de diversas bancadas parlamentares que nós consideramos que aperfeiçoam, completam e melhoram o documento em si.

Agora, Sras. e Srs. Deputado, Srs. Membros do Governo, eu não posso deixar de me referir porque acho que é uma afronta e o povo diz e com razão “quem não se sente, não é filho de boa gente” e eu tenho, digamos, a veleidade e a certeza de pensar que sou, já sem me referir à contradição absolutamente evidente entre os pareceres da Delegação Regional da Ordem dos Engenheiros e da Ordem dos Arquitetos, que são da noite para o dia, um diz que é um documento fantástico, resumindo; o outro diz que é um documento, e chama-lhe uma quantidade de coisas.

Mas mais grave do que isso Sras. e Srs. Deputados é o que vem em nota de rodapé, assinado pelo Presidente da Delegação dos Açores, da Ordem dos Arquitetos e que eu passo a ler, para as Sras. e Srs. Deputados e sobretudo para os açorianos e açorianas, que não leram este documento.

Diz assim: “A Delegação dos Açores da Ordem dos Arquitetos, cumprindo com as suas obrigações de disponibilidade e vontade própria em servir, encontra-se disponível para colaborar com todos os órgãos governamentais da Região Autónoma dos Açores.

Contudo, exigimos respeito pelo nosso precioso tempo, sendo que deverá haver algum cuidado com as solicitações a que somos sujeitos.

Enviarem-nos uma Proposta de Lei com omissões, erros técnicos, gralhas e contradições, deixa-nos preocupados, indignados e de outro modo, envergonhados, dada a sua proveniência”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No caso concreto inevitavelmente, Sr. Secretário Regional da Saúde, por favor providencie para que nunca mais nenhuma entidade individual ou coletiva ponha numa nota de rodapé do seu parecer, independentemente do valor, das críticas do parecer (não estou a discutir isso), agora esta nota é absolutamente vergonhosa para todos nós nesta Casa e sobretudo para o Governo Regional.

Isto é inadmissível de receber e sobretudo de não fazer um reparo, que é isso que eu estou a fazer a esta circunstância.

Isto não é para branquear e fingir que não está cá.

Está cá, sim senhor, e é vergonhoso que esteja.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputada.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem agora a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, tem várias falhas, algumas incompreensíveis. São incompreensíveis porque se trata no fundo de uma adaptação de uma lei nacional à nossa realidade regional.

Não é feito esse esforço.

Esse esforço não é feito porque não tem em conta a nossa realidade que tem pequenos comércios, que tem sociedades recreativas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que tem inclusivamente Carnaval, que tem especificidades e nenhuma delas é aqui contemplada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Por outro lado não faz um esforço e que vem no sentido do que foi referido pela Deputada Zuraida Soares, que é um bocadinho ridículo porque desde sempre me lembro de dizer e de gozar com alguém que vem do território continental português, para se ir para a Graciosa, apanhava-se o comboio em Angra do Heroísmo.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Ou seja, de facto considerar em diplomas desta natureza as gares ferroviárias, considerar gares fluviais, autódromos e outras coisas, tais como oceanários, Sr. Secretário, isto não faz muito sentido, isto não é uma adaptação à nossa realidade.

Por outro lado, o CDS-PP fez um conjunto de propostas de alteração mas não refere nessas propostas de alteração algo que pode ser corrigido aquando da redação final, que tem a ver com as unidades científicas utilizadas, ou seja, praticamente mais de metade das unidades científicas utilizadas estão erradas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não interessa a ninguém!

O Orador: Vou dar o exemplo do Anexo I, quando se fala em poder calorífico superior, cuja unidade pode ser expressa em megajoule, por quilograma, o menos um, vem em expoente e não a seguir a quilograma.

Do mesmo modo que o menos dois, vem em expoente e não a seguir a quilograma.

O metro quadrado dois, está em expoente e não a seguir a metro quadrado.

Portanto, isto são imprecisões científicas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Graves!

O Orador: ... (não diria graves) ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Graves!

(Risos da Câmara)

O Orador: ... mas que necessitam de estar alteradas no regulamento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não vens cá mais! Eu dispenso-te!

(Risos da Câmara)

O Orador: Meus senhores, por outro lado há uma ordem para se indicar as unidades.

Não fizemos alterações a estas unidades, isto porquê? Porque se pode fazer perfeitamente em sede de alteração de redação final.

Ora, esta Proposta Decreto Legislativo Regional que se baralha com proposta de Decreto Regulamentar Regional, o texto está de facto muito mauzinho, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Por exemplo...

O Orador: ... isto devia ter sido revisto, repensado e de facto pensar seriamente quem faz a formação, em que moldes é que são feitas as formações, porque a forma como aparece aqui este documento vai prejudicar muito a vida aos açorianos.

No fundo, estamos aqui para facilitar a vida aos açorianos.

Fazemos um conjunto de propostas para ultrapassar essas incoerências e para que faça algum sentido a aplicação regional deste diploma.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tu não achas isto grave? Não vens cá mais!... Isto é um homem puro, reto!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só para dar aqui alguns esclarecimentos relativamente a algumas questões, principalmente a questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Bruno Belo, mas

começando por aquilo que foi levantado pelo CDS-PP, relativamente à tipificação dos diferentes edifícios.

Os Srs. Deputados devem ter percebido e acho que fazendo uma análise séria sobre esta matéria, estão ali a ser considerados todos os edifícios tipo que poderão ser construídos, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): As gares fluviais podem ser construídas?

O Orador: ... independentemente da sua existência atual ou não sobre essa matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Cada um tem o seu petróleo e uns têm mais petróleo que outros!

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, parece-me que a sua visão histórica dos Açores se limita única e exclusivamente, provavelmente, a um dos grupos do arquipélago.

Já existiu na Região Autónoma dos Açores uma ligação ferroviária entre o porto de Ponta Delgada e o molhe da doca. Era uma questão ferroviária que existia ali.

Sr. Deputado Artur Lima existem várias tipificações que não são uma questão de aplicação direta daquilo que são as realidades regionais.

Estas tipificações que são usadas e que são as mesmas que são usadas no diploma nacional, toda a gente percebeu isso, acho que houve um entendimento claro que as tipificações são as mesmas que as tipificações dos diplomas nacionais, sobre essa matéria, querem pura e simplesmente tipificar, não quer dizer que existe. Querem tipificar edifícios dentro de doze classes que aqui estão apresentadas.

O próprio CDS-PP, nas propostas de alteração que faz a este diploma, engana-se por duas vezes nesta questão das tipificações.

Deputada Zuraida Soares (BE) e Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é grave!

O Orador: Por isso eu acho que é grave o próprio CDS-PP vir aqui apontar erros ao Governo, quando na sua própria proposta de alteração comete dois erros na própria proposta.

Ou seja, aquilo que disse inicialmente é que isto é um diploma que tem as suas terminologias técnicas, isto é um diploma que tem as suas especificidades, como devem imaginar isto é um diploma que não é trabalhado a nível jurídico, isto é um diploma que é trabalhado a nível técnico e não jurídico ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mais grave ainda!

O Orador: ... e que obviamente tem o seu enquadramento jurídico posterior, são tidos vários pareceres de várias entidades, muitos deles contraditórios, como a Sra. Deputada Zuraida Soares fez questão aqui de realçar, e bem, contraditórios entre aquilo que é a vontade de uma classe profissional, contra outra classe profissional. Isto tem que ser tudo coligido de forma a garantir que seja dado entendimento ao maior número de aportes possíveis para estes diplomas.

Este tipo de gralhas poderá acontecer, tal como aconteceu com a proposta do CDS-PP sobre essa matéria.

Estamos aqui, de uma forma muito clara, tal como disse no início, prontos para debater e aceitar todas as alterações que considerarem relevantes introduzir nestes documentos para que eles fiquem documentos que sirvam melhor os açorianos.

Sr. Deputado Bruno Belo, relativamente às questões que coloca da revogação dos artigos, é importante esclarecer esse ponto de uma forma prévia antes que se chegue à votação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é mesquinho! É de uma mesquinhez!...

O Orador: Esses artigos que são revogados, como sabe, estão enquadrados naquilo que é um diploma feito principalmente pela Educação, ou virado muito para aquilo que é a componente das escolas e que está, neste momento também desatualizado por via das alterações dos regimes de segurança contra incêndios que se foram verificando a nível regional e nacional.

Por isso, aquilo que é a nossa proposta sobre essa matéria, de uma forma clara e transparente, não é fazer com que as escolas deixem de ter medidas de auto proteção, porque se for ao art.º 22.º daquilo que é a nossa proposta, continuam a haver medidas de autoproteção que serão obviamente aplicadas às escolas

porque as escolas passam a enquadrar-se neste novo regime de segurança contra incêndios.

Sr. Deputado Joaquim Machado, esteja descansado porque aquilo que foi uma recomendação desta Casa será cumprida.

Não precisa estar aí a dizer que não, porque aquilo que é uma recomendação desta Casa será cumprida.

Nós iremos, dentro das escolas, garantir a aplicação de uma forma concreta daquilo que foi a recomendação desta Casa.

Agora, faz sentido que as escolas não sejam segredadas de um regime de segurança contra incêndios, que está a ser revisto, que está a ser atualizado e que se mantenha num regime de segurança contra incêndios, desatualizado.

Por isso mesmo, revogam-se esses artigos, que dizem especificamente e foi esse o objetivo, são os artigos que estão diretamente relacionados com a segurança contra incêndios e propõe-se que seja aplicado nas escolas este modelo que agora aqui irá ser aprovado.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Joaquim Machado inscreveu-se?

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, aceito a crítica, evidentemente, e há um erro, dois erros, depende da maneira como a gente conta, na proposta feita pelo CDS-PP e há aqui uma proposta de emenda, em vez de ter tipo 8, tinha tipo 7, e não incluimos o transporte rodoviário.

É verdade, há uma outra, podíamos dizer que é uma gralha, mas pode ser uma questão de interpretação que são as normas revogatórias.

Agora, não é comparável, nem pode ser comparável, o número de erros que está na proposta do Governo, com uma única página, só, das gralhas da proposta do Governo.

Se tivéssemos três gralhas na proposta que fizemos, o senhor numa página tem: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito! Numa só página!

Se formos página a página, sem contar com os transportes fluviais, as gares rodoviárias, há bem poucas ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ferroviárias.

O Orador: Ferroviárias, peço desculpa.

... os oceanários, etc., etc., quer dizer, não podemos comparar “alhos com bugalhos”. São níveis completamente diferentes e os graus de responsabilidades também são outros.

Portanto, não estamos aqui para dizer quem é que se enganou mais. O que eu tentei chamar a atenção foi em sede de redação final que se façam as correções científicas, que não são alvo de propostas concretas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é grave!!!

O Orador: Chamou-se a atenção para estes aspetos, porque estes aspetos são aspetos comuns do pensamento de gente que vive no território continental português.

É inadmissível que a gente pense nesta Assembleia exatamente desta forma errada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A gente é uma casa de família!

O Orador: É uma forma de expressão Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso hoje não está muito coordenado por aí!

O Orador: Isso quer dizer que quando pensamos os Açores, temos que pensá-lo com alguma realidade.

Portanto, é essa a nossa questão.

Fico-me por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A revogação de normas sobre a proteção e segurança nas escolas que este diploma faz, de facto assume uma gravidade enorme, porque nos termos em que

é feita esta revogação, deixa a descoberto um conjunto de normas e procedimentos que são determinantes para a segurança das escolas e portanto para a população escolar das nossas ilhas.

Apetecia-me perguntar ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, se está de acordo com os termos deste diploma.

Percebo que isso seria uma pergunta incómoda, considerando que esta Proposta de Decreto Legislativo, foi aprovada em Conselho de Governo quando o Prof. Avelino Meneses ainda não havia sido empossado nas funções que hoje desempenha.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo o comboio em que o senhor está!

O Orador: Mas essa circunstância não o dispensa de ter opinião sobre esta matéria e julgo de comungar das preocupações que nós aqui estamos a apontar.

De facto, as normas que são propostas para revogação, relativas aos estabelecimentos de ensino, deixam a descoberto um conjunto de procedimentos ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mais do mesmo!

O Orador: ... que de modo algum ficam abrangidas pelo que dispõe o art.º 22.º desta Proposta de Decreto Legislativo, nomeadamente cito estes aspetos:

Desaparece a obrigatoriedade de existir um delegado de segurança e chefe de equipa nas escolas;

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Não leu o artigo 21.º todo!

O Orador: O plano de segurança e de evacuação das escolas, que é revogado na proposta que os senhores agora fazem, para além de outras coisas, também determinava orientações de procedimentos a seguir, em casos de violência ou perturbação grave do funcionamento do estabelecimento de ensino.

Esta matéria objetivamente não está abrangida pelas disposições deste Decreto Legislativo.

Há também matérias relativas à instrução, formação e realização de exercícios de segurança, que deixam de ser feitos nos termos em que esta legislação agora é proposta.

Como acabam os programas de sensibilização e instrução de todo o pessoal docente e não docente no domínio da segurança e da evacuação.

Deixa de ser obrigatório distribuir aos alunos e encarregados de educação, o plano de segurança e evacuação da escola.

Portanto, a revogação explícita e absoluta dos artigos que estão relacionados com as normas de segurança e evacuação das escolas, tal como aqui é feita, deixa em graves riscos de segurança, as populações escolares das nossas ilhas.

É nesse sentido que o PSD propõe a eliminação das normas que a Proposta de Decreto Legislativo, procura revogar neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado André Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de intervir, por causa desta última questão apresentada pelo Sr. Joaquim Machado, relativamente ao regime jurídico de planeamento, proteção e segurança das construções escolares.

De facto este Decreto Legislativo Regional, foi elaborado em 2005, antes de existir o regime jurídico nacional atual e em vigor na Região Autónoma dos Açores, desde 2008, uma vez que não foi feita a sua adaptação à Região, que está a ser feita agora, que criou portarias, despachos, ...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... que têm as condições todas elas técnicas e normas técnicas, incluindo as normas a observar nas escolas.

Deputado André Bradford (PS): Ele não sabia!

O Orador: Portanto, não vemos qual é o motivo, essa lei já se aplicava, sobrepunha-se também à existente em 2005, não vemos agora essa revogação a afetar o que está feito para trás.

Neste momento, estamos a fazer a adaptação do regime jurídico que existe desde 2008. Esse regime jurídico nacional já se aplicava na Região.

Portanto, não consideramos que prejudica a segurança nas escolas.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado Lúcio Rodrigues (PS):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta explicação que acabou de ser produzida julgo que não faz vencimento porque dispondo a Região de legislação própria sobre determinadas matérias o que prevalece é a legislação regional.

Portanto, este diploma nacional que agora estamos a fazer a adaptação não vigorava na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente naquelas matérias sobre as quais nós temos disposições no Decreto Legislativo 27/2005, de 10 de novembro, que é aquele que estou a reportar-me que determina sobre planos de segurança e evacuação das escolas.

Já agora convém também fazer um reparo.

Já ouvi da parte do Sr. Secretário Regional dizer que as matérias relativas à segurança nas escolas está desatualizada.

Bom, eu fico de algum modo espantado com essa observação e essa posição do Governo Regional sobre essa matéria.

Desde logo, porque há apenas quatro meses, incompletos, esta Assembleia pronunciou-se sobre esse diploma, quando aqui esteve em discussão uma proposta de resolução do PSD, recomendando determinados procedimentos de segurança nas escolas que não estavam a ser cumpridos desde 2005, com graves riscos para as populações escolares dos Açores, pela falta de planos de evacuação, pela falta de vistorias do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, pela falta de realização de treinos e de outros procedimentos que estão previstos naquele diploma.

Deputado José Contente (PS): Nas escolas ou nos ciclos?

O Orador: Nessa recomendação que o PSD fazia ao Governo Regional e que acabou por ser subscrita, em termos de voto, por todas as bancadas, incluindo a

bancada do PS, faço notar que nós propúnhamos um determinado prazo para o cumprimento daquelas disposições que ali estavam, que no fundo tratavam-se do cumprimento do que está previsto no Decreto Legislativo 27/2005. O Governo Regional não disse que aquelas normas estavam desatualizadas, bem pelo contrário, o Governo Regional num processo de diálogo com o PSD, por intermédio também do PS, até sugeriu, propôs e nós num princípio de boa vontade, de colaboração, aceitámos, que fosse dilatado o tempo para o cumprimento exatamente daquelas disposições, do mesmo modo que também concordámos, com uma alteração proposta pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura de fazer cumprir a disposição de entregar à Assembleia Regional um relatório das atividades realizadas nestes domínios da segurança e prevenção nas nossas escolas, não no mês de julho ou de setembro como estava previsto na redação inicial, mas até ao mês de dezembro. Nós também concordámos.

Portanto, o PS e o Governo Regional estiveram de acordo com aquilo que foi a proposta de resolução a recomendar o cumprimento daquelas normas do Decreto Legislativo 27/2005 e agora somos confrontados com esta opinião, um bocadinho descontextualizada, surpreendente, eu diria até mais inoportuna de que aquele diploma está desadequado, mas não me deram ainda resposta para estas observações que eu faço.

Ainda que o art.º 22.º, nas medidas de autoproteção, possa suprir algumas das matérias que estão neste Decreto Legislativo de 2005, são distribuídos planos de evacuação e segurança aos alunos e encarregados de educação no início do ano?

É obrigatório fazer formação aos alunos na área de cidadania?

Deixam ou não de existir ações de sensibilização nos domínios, por exemplo, da prevenção rodoviária, que está neste diploma de 2005 e que os senhores simplesmente revogam?

Aliás, se o diploma de 2005 está desatualizado é estranho que ele não seja revogado, mas que apenas sejam revogadas as disposições relativas à segurança

e proteção nas escolas. Porquê? Se o diploma está todo desatualizado, seria coerente fazer a revogação daquele diploma. Mas não.

O que os senhores aqui nos trazem para aprovação é a revogação apenas das normas relativas à segurança e proteção das escolas, que são exatamente aquelas normas que têm estas disposições que estou aqui a referir, de sensibilização, não só na área da proteção civil, mas noutros domínios que tem a ver com a segurança das crianças, por exemplo, junto das praias, no domínio marítimo, da proteção rodoviária. Os senhores revogam isto tudo.

Portanto, é uma atitude julgo que imprudente que acarreta alguns riscos, sobretudo porque deixa as nossas escolas sem a devida proteção e prevenção, porque cai pela base, Sr. Secretário, aquilo que foi o início da sua intervenção: se de facto prevenir é melhor que remediar, não é esse o conceito que o senhor aqui traz nesta Proposta de Decreto Legislativo e muito menos se concretiza o princípio dos açorianos sentirem essa segurança.

Nos termos que os senhores propõem a revogação destas normas relativas à segurança das escolas, julgo que nenhum pai, nenhum professor pode ficar descansado se efetivamente vierem fazer a revogação dessas normas.

Deputado Zuraída Soares (BE): Não há pai sem mãe! As mães também!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira, tem a palavra.

(*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, é o seguinte: o DLR 27/2005, que se propõe a revogação na parte que toca à segurança contra incêndios nas escolas, ao ser revogado tem validade o 220 e as portarias que foram publicadas a nível nacional.

Portanto, não há nenhum vazio relativamente à segurança ...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Portarias a nível nacional nos Açores?!

O Orador: Sim. Os regulamentos técnicos.

Portanto penso que é uma falsa questão. Era isso que eu queria dizer.

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Não existindo regionais, vigora.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Portaria Regional nos Açores?

O Orador: O diploma! O diploma!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual é o diploma?

O Orador: O 220, de 2008.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O 220 é o quê?

O Orador: O regulamento técnico ...

O 220 o que estamos agora a adaptar, de 2008, segurança contra incêndios, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

Começamos pela votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de DLR apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então começar com o debate e votação na especialidade.

Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao art.º 1.º.

O Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração que o PS apresenta ao art.º 1.º tem sinceramente só a ver com a abreviatura e da sigla a que se refere o regime jurídico de segurança contra incêndios em edifícios na Região Autónoma dos Açores e para fazer a distinção da sigla a nível do regime jurídico nacional.

Gostaríamos, se possível, que em redação final que todas as vezes que se lê “segurança contra incêndio em edifícios”, se passasse a incluir a letra “A” nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente que a Comissão terá em consideração, depois na elaboração da redação final, da sugestão que acaba de fazer.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 1.º da proposta com alteração que lhe foi introduzida.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso votar em conjunto os art.ºs 2.º e 3.º.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, uma vez que foi votada esta alteração feita ao art.º 1.º pelas propostas de alteração do PS em que altera a sigla para SCIEA, gostaria que ficasse claro que a partir de agora todas as nossas propostas adotariam essa sigla, uma vez que foi baseado exatamente na proposta inicial e portanto temos a designação anterior.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente que sim, aliás a advertência que fiz à Comissão foi que efetivamente, seja no corpo original do diploma, seja nas alterações, será

corrigida a sigla para que ela fique corretamente inscrita no diploma em sede de redação final.

Perguntava à câmara se poderia colocar à votação os art.ºs 2.º e 3.º em conjunto?

Não havendo oposição está à votação os art.ºs 2.º e 3.º, da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está então à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao art.º 4.º. São duas propostas de alteração e uma proposta de aditamento.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 4.º da proposta com alterações que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao art.º 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação o art.º 5.º com estas alterações introduzidas.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os art.ºs 6.º e 7.º da proposta não têm alterações.

Pergunto se posso colocar estes dois artigos à votação em conjunto?

Não havendo oposição está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de emenda, apresentada pelo CDS à sua proposta de alteração, à alínea h), do n.º 1.º do art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, também apresentada pelo CDS, à alínea i) e à alínea j), ao n.º 1 do art.º 8.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Querem mesmo estações fluviais!

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 8.º da proposta com a alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM, 19 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do BE.

Presidente: Está agora à votação o art.º 9.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao n.º 4.º do art.º 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo CDS, à alínea a), do n.º 6, do art.º 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 10.º da proposta com as alterações que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao art.º 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os art.ºs 12.º, 13.º e 14.º.

Não havendo oposição coloco à votação estes três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo CDS, ao art.º 15.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, a este mesmo artigo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e uma abstenção do BE.

Presidente: Voto agora o art.º 15.º com a alteração que aprovámos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento, apresentada pelo CDS, ao art.º 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 16.º com esta proposta que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao art.º 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 17.º com esta alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os art.ºs 18.º, e 19.º.

Não havendo oposição coloco à votação estes dois artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo CDS, ao art.º 20.º.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só para solicitar a votação número a número.

Presidente: Muito bem.

É o que faremos então.

Em primeiro lugar está à votação a proposta de alteração ao n.º 1.º do art.º 20.º.

Deputado André Rodrigues (PS): O n.º 1 não tem proposta de alteração! É para o n.º 2!

Presidente: As propostas de alteração são ao n.º 1, ao n.º 2 e depois é a renumeração e o aditamento do n.º 6.

(Pausa)

É só o n.º 2.º, o aditamento e a renumeração.

Então está à votação o n.º 2.º ao art.º 20.º. Proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tendo sido rejeitada, ficam naturalmente prejudicadas as propostas de alteração que renumeravam este artigo pelo que colocarei apenas agora em votação a proposta de aditamento de um n.º 6 a este art.º 20.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 20.º com esta alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e uma abstenção do BE.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração, apresentada pelo PS, ao art.º 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 21.º com esta alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao art.º 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento de um artigo 22.º-A, apresentado pelo CDS.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só para justificar a orientação de voto do Grupo Parlamentar do PS, uma vez que consideramos que a nossa proposta ao art.º 23.º-A, substitui na íntegra a proposta do CDS e para além disso não é possível obrigar que a comercialização de produtos e equipamentos de segurança contra incêndios, tenha que ser realizado por entidades com sede na Região Autónoma dos Açores, por violação da Constituição e da lei do mercado da Comunidade Europeia.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Tendo em conta de facto essa especificidade e uma vez que a proposta do PS é exatamente a proposta do

CDS-PP, nós retiramos dessa proposta inicial o ponto 1, do aditamento ao art.º 22.º-A.

Presidente: Está retirada então a proposta.

Sendo assim não precisamos de votá-la.

Pergunto ao Sr. Deputado Félix Rodrigues se é só referente à 22.º-A, ou também vai retirar a 22.º-B.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Só o n.º 1.

Presidente: Ah, só o n.º 1.

Então tem que se votar.

Está então à votação o n.º 2 desta proposta de aditamento do art.º 22-A.

O Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esqueci-me também de justificar que uma vez que a proposta do CDS-PP acolhe o nosso parecer favorável, portanto nós gostaríamos de retirar o ponto n.º 2 do art.º 23-A.

Presidente: Muito bem.

Estão feitas as devidas correções. Oxalá que não nos enganemos na votação.

Está à votação então o n.º 2, do art.º 22.º-A, proposta apresentada pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então para a proposta de aditamento apresentada pelo CDS-PP para o art.º 22.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 23.º da Proposta de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Agora sim coloco à votação a proposta de aditamento apresentada pelo PS, um artigo 23.º-A.

O Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É só para efeitos de redação final, tem que se fazer a conjugação do n.º 1, do 23.º-A, proposto pelo PS, pelo já votado n.º 2, do art.º 22.º-A, proposto pelo CDS. É sobre a mesma matéria.

Presidente: Eu espero que a Comissão esteja a tomar bem nota destas questões para que depois a redação final saia nas devidas condições.

Vamos então passar à votação.

Está à votação o n.º 1.º desta proposta de aditamento do art.º 23.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 24.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de aditamento foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

O Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o PS aprovou a proposta de alteração ao ponto n.º 3, do art.º 16, faz com que tenha que retirar a sua proposta agora ao art.º 25.º.

Presidente: Retira toda a proposta incluindo a eliminação e a proposta de alteração.

Deputado André Rodrigues (PS): Sim. Sim.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vou colocar à votação o art.º 25.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação em conjunto os art.ºs 26.º, 27.º e 28.º.

Não havendo oposição coloco à votação estes três artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Passamos então para a proposta de eliminação apresentada pelo CDS-PP a algumas alíneas do n.º 2, do art.º 29.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o art.º 29.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo CDS ao artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 31 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação ao artigo 30.º, sem alterações.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, uma abstenção do BE, uma abstenção do PCP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação o art.º 31.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento a um artigo 31.º-A, apresentado pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora à votação o art.º 32.º da proposta de DLR.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 33.º.

O Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este conjunto de normas que são propostas para revogação, como já tive oportunidade de dizer na discussão na generalidade, trata-se de matéria importante e portanto a sua revogação, para nós, configura-se como um ato de grande gravidade, nomeadamente a revogação do art.º 46.º do Decreto Legislativo que estabelece o regime jurídico do planeamento de proteção e segurança das escolas, que diz o seguinte: “pelo menos uma vez em cada ano escolar, de preferência no início das atividades letivas, deve o plano de segurança e evacuação ser divulgado junto da comunidade escolar e ser testado através da realização de exercício adequado, envolvendo todas as entidades que nele intervenham.

Nos estabelecimentos escolares é obrigatório a execução de programas para a sensibilização e instrução de todo o pessoal docente e não docente no domínio da segurança e evacuação.

No prazo máximo de trinta dias após o início de cada ano letivo, devem ser realizadas em todos os estabelecimentos escolares, sessões informativas do pessoal docente e não docente, instrução dos delegados de segurança a quem sejam cometidas tarefas específicas”.

Nós entendemos que é de uma gravidade enorme, revogar estas disposições e sem elas as nossas escolas, os nossos alunos, não estão em segurança.

Daí que nós façamos a proposta de eliminar aquilo que é intenção do Governo, apoiado pelo PS, de revogar todas estas matérias relativas à prevenção, segurança e proteção dos estabelecimentos escolares, nomeadamente e sobretudo por causa do que está determinado neste artigo 46.º.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, aqui outra vez o mesmo assunto.

Nós, Grupo Parlamentar do PS, não temos essa interpretação.

Na nossa opinião a aprovação deste regime jurídico a nível regional, permite inclusive ao Governo Regional, criar regulamento técnico específico com todas as medidas de proteção e de condições de segurança contra incêndio, para todas as tipologias de edifícios na Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Enquanto não colocar, esse regulamento técnico através de portaria em vigor, está em vigor a portaria a nível nacional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual é a portaria?

O Orador: A portaria 1532/2008, de 29 de dezembro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Onde chegou esta nossa autonomia, Sra. Presidente.

Esta nossa autonomia chegou ao ponto de uma portaria nacional se sobrepor aos decretos legislativos deste Parlamento. Chegou a este ponto.

Deputado André Rodrigues (PS): Não senhor!

O Orador: É um ponto a que terá chegado o PS, talvez.

Obviamente que não é essa a nossa interpretação.

Julgo que nenhuma portaria pode revogar um Decreto Legislativo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E julga bem!

O Orador: Julgo também que há Srs. Deputados na bancada do PS que sendo juristas de formação, portanto estão mais habilitados a falar sobre isto do que eu e que se sentem incomodados e num silêncio que fala muito, que diz muito.

Mas independentemente dessa aberração interpretativa daquilo que são as competências da região, há uma coisa incontornável: ao revogar-se este art.º 46.º do regime jurídico de proteção e segurança em edifícios escolares, fica um

vazio que não é suprido por aquilo que possam ser as iniciativas do Governo neste domínio.

Há matérias aqui que são tão especificamente do âmbito escolar, que não quadram naquilo que são as disposições, nomeadamente do art.º 22.º desta Proposta de Decreto Legislativo que estamos a votar.

Portanto, abre-se aqui um vazio, que eu não quero acreditar que seja apenas para desvalorizar a resolução que o PSD fez aprovar aqui em outubro.

Quero acreditar que possam ser outras motivações, mas quaisquer que essas sejam, elas têm uma gravidade enorme porque deixam fora da segurança os nossos estabelecimentos de ensino e 40 mil crianças e jovens que os frequentam, ...

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: ... para além de mais de 5 mil professores e de outros tantos funcionários não docentes.

Portanto, é de uma gravidade enorme aquilo que se está a fazer, sobretudo porque os nossos estabelecimentos de ensino ficam menos protegidos.

É verdade que com base no regime jurídico que foi estabelecido pelo Decreto Legislativo 27/2005, as nossas escolas já não estavam muito seguras como nós vimos em outubro, porque esse regime não estava a ser cumprido por descuido (vou dizer assim) por descuido do Governo Regional, que não alertou os Conselhos Executivos, não promoveu as fiscalizações que deviam ter sido feitas pelo Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros, porque não exigiu às escolas a realização dos planos os seus testes e treinos correspondentes, mas agora com a revogação deste art.º 46.º então, em definitivo, as nossas escolas, as nossas crianças, os nossos jovens estão ainda mais inseguros.

Presidente: O Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, temos que voltar a insistir na interpretação, pelo menos que nós julgamos ser a mais correta, e isso não tem nada a ver com o Projeto de Resolução que o PSD entregou e o Sr. Secretário ainda hoje nesta discussão

referiu que estavam a fazer as diligências necessárias para cumprir a vossa Resolução.

Portanto, se este regime jurídico permite ao Governo dos Açores criar regulamentação técnica específica para todos os edifícios tipo da Região, e que também já é previsto a nível nacional, com todas essas medidas que o Sr. Deputado afirma, não sei qual é o perigo, como é que colocamos em risco a escola e os nossos alunos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma questão muito simples: no dia em que for publicado este Decreto Legislativo, qual é a norma que obriga as escolas a cumprirem estas determinações que estão aqui no art.º 46.º? Isto é, de realizar em cada ano escolar, de preferência no início das atividades letivas, um plano de segurança e evacuação; dele ser divulgado junto da população escolar; a execução de programas de sensibilização e instrução de todo o pessoal docente e não docente, a realização no prazo máximo de 30 dias desse mesmo plano; as sessões formativas para o pessoal docente e não docente e a instrução aos delegados de segurança a quem sejam acometidas aquelas tarefas específicas.

No dia em que este Decreto Legislativo, que os senhores vão agora fazer aprovar, com estas revogações, for publicado, qual é a disposição normativa existente na Região que obriga as escolas a terem estes procedimentos de segurança?

Fico a aguardar obviamente a resposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Parece-me que estamos aqui numa discussão já há demasiado tempo sobre uma matéria que, tanto quanto aquilo que podemos constatar desta votação e deste diploma, será alvo de regulamentação, por parte da Secretaria Regional da Saúde e ficando por isso o ónus de existir ou não vazío legal sobre essa matéria, sobre a Secretaria Regional da Saúde.

Para que não lhe restem dúvidas, Sr. Deputado Joaquim Machado, pedi a palavra para lhe dizer que assumo o compromisso, no dia em que for publicado este diploma, de ter a portaria relativamente à questão das escolas, publicada também a nível regional para que não restem dúvidas nesse dia em relação àquilo que é o enquadramento das escolas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 19 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Está então agora à votação o art.º 33.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 30 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 3 abstenções do CDS-PP e uma abstenção do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de aditamento de um artigo 33.º-A, apresentada pelo CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** É para dizer à Mesa que o CDS vai retirar esta proposta de aditamento do art.º 33.º

Presidente: Tendo sido retirada a proposta passamos então à votação da proposta de alteração, apresentada ao art.º 34.º. Pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora à votação o art.º 34.º com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação das alterações aos anexos a este diploma.

São as duas do PS.

A primeira alteração que coloco à votação é o anexo II.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao anexo V.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos então agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a proposta de DLR foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 19 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM e 3 abstenções do CDS-PP.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pede a palavra para uma declaração de voto?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não Sra. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, naturalmente vamos encerrar também os nossos trabalhos.

Uma boa noite a todos.

Regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 48 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Deputado que faltou à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de **Melo**

Documentos entrados

1 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece o regime jurídico da estrutura fundiária – PCP (MAM) – (Re.PL 333/2014) – n.º 145/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 12 – 12

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 01 – 05;

Assunto: Projeto de Proposta de Lei que estabelece o regime jurídico que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe o artigo 29.º da Diretiva n.º 2014/23/CE, o artigo 22.º e o anexo IV da Diretiva n.º 2014/24/CE e o artigo 40.º e o anexo V da Diretiva n.º 2014/25/CE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de março - PCM (ME) - (Reg. PL 219/2014.– n.º 146/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 12 – 23

Comissão: Política Geral

Data limite do parecer: 2015 – 01 – 12;

Assunto: Autoriza o Governo a estabelecer o novo regime jurídico do comércio de artigos com metais preciosos e das contrastarias, a fixar o regime contraordenacional e sancionatório respetivo e a tipificar como crime a prática de determinados atos relacionados com artigos contendo metais preciosos, bem como a simplificar o regime de acesso e de exercício da atividade de ensaiador-fundidor e de avaliador de metais preciosos - PCM (MF) - (Reg. PL 514/2014). – n.º 147/X

Data de Entrada: 2015 – 01 – 06

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 01 – 16.

2– Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Oitava alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto e 22/2014/A, de 27 de novembro, que estabelece o Regime Jurídico da Atribuição do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, do Complemento Regional de Pensão e da Remuneração Complementar Regional](#) – n.º 45/X

Data de Entrada: 2014 – 12 – 30

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2015 – 02– 03.

3 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Criação de um roteiro cultural dedicado a Carlos George Nascimento](#) – n.º 106/X

Proveniência: PPM

Data de Entrada: 2014 – 12 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2015 – 01– 30.

4 – Anteproposta de Lei:

Assunto: [Amnistia de infrações tributárias praticadas com gasóleo agrícola](#) – n.º 13/X

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2014 – 12 – 10

Data limite do parecer: 2015 – 01 – 19.

5 – Requerimentos:

Assunto: [Lobbying em Bruxelas](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2014 – 12 – 17

Referência: 54.03.00 – N.º 344/X;

Assunto: [Remoção de amianto nas Escolas de Arrifes, Canto da Maia e Capelas, na ilha de São Miguel](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2014 – 12 – 18

Referência: 54.06.02 – N.º 345/X;

Assunto: [Corte na remuneração complementar: circular sobre põe-se à lei?](#)

Autor: José Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2015 – 01 – 05

Referência: 54.03.02 – N.º 346/X.

6 – Resposta a Requerimentos:

.

Assunto: [Ligações marítimas Pico-Faial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16

Referência: 54.03.06 – N.º 328/X;

Assunto: [Procedimento adotados no caso da droga encontrada nas instalações da Secretária Regional da Educação e Cultura](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16

Referência: 54.07.00 – N.º 333/X;

Assunto: [Cabo Verde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 218/X;

Assunto: [Museu das Flores continua a "marcar passo"!](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 19

Referência: 54.03.08 – N.º 306/X;

Assunto: [Apoios da Ação Social Escolar nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 19

Referência: 54.01.00 – N.º 313/X;

Assunto: [PROMEDIA Pendente desde 2013](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 315/X;

Assunto: [Governo Regional abandona RIAC do Canadá](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 19

Referência: 54.03.00 – N.º 337/X;

Assunto: [Combate ao Abandono Escolar Precoce](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 22

Referência: 54.03.00 – N.º 325/X;

Assunto: [SINAGA - Situação atual em relação à produção](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 22

Referência: 54.03.02 – N.º 323/X;

Assunto: [Trabalho suplementar na Administração Pública Regional e do Setor Empresarial da Região](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 01 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 236/X;

Assunto: [Remuneração Complementar Regional](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 01 – 02

Referência: 54.01.00 – N.º 239/X;

Assunto: [Acusações da RIAC só agravam as dúvidas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 01 – 02

Referência: 54.03.00 – N.º 338/X;

Assunto: [Empreitada de construção do edifício multisserviços RIAC na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 01 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 334/X;

Assunto: [Deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 01 – 08

Referência: 54.01.00 – N.º 281/X;

Assunto: [Bairro de Santa Rita - Praia da Vitória](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 01 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 340/X;

Assunto: [Inspeção de Tratores, atrelado e máquinas agrícolas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2015 – 01 – 08

Referência: 54.03.00 – N.º 343/X.

7 – Comunicações/Informações:

Assunto: Interpelação ao Governo sobre acessibilidades e transportes

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2014 – 12 – 10;

Assunto: Voto de Pesar, relativo ao falecimento de Alberto Madruga da Costa

Proveniência: O Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Fernando Menezes

Data de Entrada: 2014 – 12 – 15;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de mandato, com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2015

Proveniência: O Deputado Paulo Borges

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: Ofício a comunicar que em substituição do deputado Paulo Borges será o Senhor Nuno Miguel Aguiar de Meneses e que o mesmo não tem a verificação de poderes

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa

Proveniência: O Presidente da Assembleia de Freguesia das Angústias, José E.Oliveira

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa

Proveniência: O Presidente da Câmara Municipal da Horta, José Leonardo

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: Ofício enviado por correio eletrónico as verificações internas de contas de gerência aprovadas e abaixo indicadas:

- Relatório. n.º 13/2013-VIC/SRATC (Procº n.º 14/408VIC3) – “Serviço Regional de Estatísticas dos Açores”;
- Relatório. n.º 14/2013-VIC/SRATC (Procº n.º 14/409VIC3) – “Direção Regional do Secretário Regional do Planeamento e Fundos Estruturais”;
- Relatório. n.º 15/2013-VIC/SRATC (Procº n.º 14/410VIC3) – “Gabinete do Secretário Regional dos Transportes e Turismo”;
- Relatório. n.º 16/2013-VIC/SRATC (Procº n.º 14/411VIC3) – “Alfândega de Ponta Delgada”;
- Relatório. n.º 17/2013-VIC/SRATC (Procº n.º 14/414VIC3) – “Escola Básica Integrada da Maia”;
- Relatório. n.º 18/2013-VIC/SRATC (Procº n.º 14/419VIC3) – “Tesouraria de Ponta Delgada”;

- Relatório. n.º 19/2013-VIC/SRATC (Procº n.º 14/420VIC3) – “Tesouraria de Angra do Heroísmo”;

- Relatório. n.º 20/2013-VIC/SRATC (Procº n.º 14/421VIC3) – “Tesouraria da Horta”;

Proveniência: Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2014 – 12 – 22;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Pesar aprovado pela Assembleia de Freguesia da Conceição, pelo falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa

Proveniência: Assembleia de Freguesia da Conceição

Data de Entrada: 2014 – 12 – 23;

Assunto: Ofício a informar que foi recebido o Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Romão Madruga da Costa e que o mesmo foi remetido a todos os Grupos Parlamentares

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 12 – 29;

Assunto: Ofício a informar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 21/2014 – Plano Anual Regional para 2015

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2014 – 12 – 29;

Assunto: Ofício a informar que foi para publicação o Decreto Legislativo Regional n.º 22/2014 – Orçamento da RAA para o ano 2015

Proveniência: Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores

Data de Entrada: 2014 – 12 – 29.

8 – Relatórios:

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 269/2014, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro](#) – n.º 139-OGP

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 160/2014, que procede à criação do Sistema Nacional de Informação Cadastral](#).- n.º 138/X

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 513/2014, que aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos para o horizonte 2014-2020](#) – PCM (MAOTE) – n.º 144/X

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014 – 12 – 26;

Assunto: [Relatório de Verificação de Poderes do candidato Nuno Meneses](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Adenda ao Relatório do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/X \(BE\) – “Alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A – Alteração ao Regime Jurídico do Conselho de Ilha”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Adenda ao Relatório do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 26/X – alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, alteração ao regime jurídico do Conselho de Ilha](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 102/X \(PPM\) – Recomenda à Assembleia da República que altere a redação da alínea b\) do artigo 288.º da Constituição da República Portuguesa](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 43/X - Revoga o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2006/A, de 6 de abril](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 6/X – Conta de Gerência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2013](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 92/X \(PSD\) – Recomenda ao Governo Regional que crie um projeto que assegure a prioridade no encaminhamento de desempregados que constituam um agregado monoparental.](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/X – 2.ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 54/2006/A, de 22 de dezembro, Orgânica dos serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 259/XII que procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto](#) - n.º 124-AR

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014 – 12 – 12;

Assunto: [Audição da gestora pública indigitada para a presidência do Conselho de Administração do Hospital de Santo espírito da Ilha Terceira](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 12 – 22;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que “Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de dezembro, que regula o regime jurídico da realização de acampamentos ocasionais – PCM – \(Reg DL 493/2014\) – n.º 140/X](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014 – 12 – 26;

Assunto: [Projeto de DLR 36/X – Atribuição da designação de “Tesouro Regional” à imagem e ao tesouro do Senhor santo Cristo dos Milagres](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2015 – 01– 05;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 686/XII – Contra a injustiça fiscal, por uma tributação justa ao serviço de um Portugal democrático e soberano](#)

- n.º 123-AR

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: [Projeto de Proposta de Lei que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de](#)

[compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas](#) – PCM (MF)

– (Reg. PL 504/2014).

- n.º 143-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução na ordem jurídica interna as obrigações decorrentes do Regulamento \(CE\) n.º 649/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo à exportação e importação de produtos químicos perigosos](#) - MAOTE - (Reg. DL 483/2014). - n.º 141-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro](#) – MF – Reg. DL 503/2014).- n.º 142-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 12 – 16;

Assunto: [Estabelece o regime jurídico da estruturação fundiária](#) – PCM (MAM) – (Reg. PL 333/2014). N- 145-OGP

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 01 – 06;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 85/X - “Resolve recomendar ao Governo Regional que cumpra integralmente o que se encontra definido na Resolução da ALRAA n.º 5/2012/A e no Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 86X - Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores a criação de um sítio na internet – Portal SPERAA – a fim de permitir o acesso público a informações relevantes às empresas públicas regionais](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 87/X - Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores um conjunto de procedimentos para a promoção da transparência na execução dos contratos com recurso a parcerias público privadas na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 88/X - Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores a criação de uma unidade técnica de acompanhamento e monitorização da atuação do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 104/X - Recomenda à Comissão Permanente de Economia que acompanhe o fim do regime de quotas leiteiras nos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09;

Assunto: [Petição n.º 31/X “Pelo aumento do Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2015 – 01 – 09.

8 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenário os Diários da Assembleia Legislativa Regional n.ºs 80, 81 e 82, bem como a Separata n.º 9/2015.

P´la redadora: Noélia Escobar